

**DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO DOS ÍNDIOS
MBYÁ-GUARANI NA REGIÃO SUL DO BRASIL
(1996-97)**

RELATÓRIO GERAL

**Ivori José Garlet
Valéria S. de Assis**

Maringá, Brasil

1997

APRESENTAÇÃO GERAL

O presente relatório, sobre o levantamento da situação dos Mbyá-Guarani no Sul do Brasil, foi organizado da seguinte forma: consta de quatro partes, sendo a primeira, denominada "Relatório da região Sul", referente a uma análise-síntese dos dados obtidos no conjunto dos três estados brasileiros que correspondem à região Sul, acompanhada dos anexos necessários. As três partes seguintes referem-se, cada uma, aos relatórios específicos de cada estado (Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná), com a apresentação de todos os dados levantados e também acompanhadas dos seus anexos. Desta forma, procuramos estruturar este trabalho a fim de proporcionar tanto a consulta dos dados quanto a avaliação da análise elaborada.

SÍNTESE DO DIAGNÓSTICO DA POPULAÇÃO MBYÁ-GUARANI NO SUL DO BRASIL.

I. APRESENTAÇÃO

Este relatório é referente às atividades desenvolvidas de acordo com as propostas do Projeto "Prácticas de Gestión Ambiental Mbyá-Guaraní". Em seu planejamento original o citado Projeto propunha-se a um levantamento detalhado e extensivo de todas as comunidades Mbyá disseminadas em seu amplo território de domínio, o qual abarca porções de diversos países sul-americanos (Paraguai, Argentina, Uruguai e Brasil). No que se refere ao Brasil – e por razões que foram apresentadas às demais instituições envolvidas neste Projeto, principalmente ao CERI e à IDRC/CIID – as atividades ficaram restritas à região Sul, ou seja, aos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná.

Entendemos que, ainda que seria de relevante importância a realização de uma pesquisa cabal, envolvendo os demais estados com presença Mbyá, a mesma seria praticamente inviável nesta fase específica do projeto. Basicamente porque a atividade demanda um maior e melhor planejamento em torno dos recursos humanos, materiais e de prazos.

Por outro lado, numa avaliação prévia e apressada, entendemos que esta experiência, ainda que limitada a um terço da área de dispersão geográfica dos Mbyá, traz à luz uma série de dados de suma importância, quer do ponto de vista sociológico, antropológico e etnográfico, quer da perspectiva que visa a implantação de políticas – públicas ou não – direcionadas a estas populações.

Antecipando os resultados positivos do levantamento, podemos afirmar que os mesmos revelam com bastante profundidade, detalhes e extensão a situação vivenciada pelas diferentes comunidades Mbyá. Até onde se tem notícias, no Brasil, ou especificamente nos três estados meridionais, nunca foi elaborado um trabalho de tal envergadura e abrangência, quer pelos organismos oficiais, quer por instituições não-governamentais.

Do ponto de vista oficial os dados disponíveis não só são pouco precisos, como parciais e, em algumas circunstâncias, tendenciosos. Dois aspectos devem ser referidos em relação aos resultados censitários oficiais: em primeiro lugar o nivelamento étnico, ou seja, consideram indistintamente como Guarani os diversos grupos específicos (Mbyá e Chiripá). Em segundo lugar, tais quadros estatísticos nem sempre consideram as populações que estão fora das áreas oficiais como indígenas. A prática de atendimento a estas populações acompanha, portanto, esta visão parcial, distorcida e exclusivista. Trata como iguais os grupos que são étnica e culturalmente diferenciados. Estigmatiza e desconsidera as populações que não se enquadram ao modelo uniforme de atendimento prescrito nas orientações políticas oficiais. De sorte que nem sempre são consideradas indígenas as comunidades Mbyá, por exemplo, acampadas ao longo das rodovias. A omissão oficial tem buscado sua remissão ao defini-los como estrangeiros ("argentinos", "paraguaios"). Por extensão deve-se interpretar que nem sempre os Mbyá foram contemplados e assistidos pelos direitos constitucionais a que estão sujeitos os povos indígenas no Brasil. Principalmente ao se tratar de garantias territoriais e direitos às reivindicações possessórias.

Também as organizações não-governamentais – instituições religiosas, entidades assistencialistas, de apoio e assessoria, instituições de caráter acadêmico etc – nem sempre primam por ações que consideram e evidenciam particularidades de grupos étnicos diferenciados. Muitas continuam tendo uma visão genérica e unilateral dos índios. Cada uma delas produz e manipula dados sobre as populações indígenas com as quais interagem

segundo seus objetivos e interesses específicos, portanto nem sempre merecedores de crédito e confiança.

Considerando, portanto, os interesses específicos de cada uma das instituições que interagem com as comunidades Mbyá no Sul do Brasil, os dados e os levantamentos disponíveis, além de raros, são parciais e vêm condicionados aos interesses institucionais.

Para a execução deste relatório final, não foi possível acessar resultados de censos e levantamentos produzidos pelas diversas instituições que atuam com junto aos Mbyá no Sul do Brasil, procurando, a partir daí, confrontar os dados. Felizmente pudemos contar com o estudo realizado pelo Instituto Socioambiental (ISA) que, a partir do cruzamento de dados e informações produzidos ao longo de uma década (1985-1995) elaborou um quadro sintetizando a situação fundiária dos povos indígenas no Sul e Sudeste do Brasil. Portanto, desde logo deve-se estar atento ao fato de que, ao trabalhar os dados produzidos por instituições movidas pelos interesses e limitações acima referidos, o quadro elaborado pelo ISA – apesar de ser o mais completo disponível – não contempla a totalidade dos grupos Mbyá.

De qualquer forma, entendemos que a partir dos resultados ora evidenciados será possível não somente o cruzamento com os resultados de outros estudos, mas também buscar uma complementaridade entre as informações que ainda encontram-se esparsas e chegar-se a um conhecimento maior da situação da população Mbyá no Sul do Brasil.

2. EQUIPE EXECUTORA

Para a realização desta fase inicial do Projeto *Prácticas de Gestión ...*, consistindo no levantamento de dados relativos à situação das comunidades Mbyá, a coordenação do mesmo no Brasil constituiu sub-equipes para que o trabalho fosse executado por estados. O critério básico para a escolha das pessoas que iriam compor as sub-equipes foi o fato destas pessoas já possuírem algum vínculo com as comunidades Mbyá nas respectivas unidades da federação. Julgamos esta uma condição essencial para que os dados pudessem ser recolhidos com um maior grau de autenticidade, uma vez que o levantamento teria que contar com a colaboração dos próprios Mbyá. Além disso, era indispensável um conhecimento mínimo do contexto em que as comunidades se inserem, evitando dessa forma a transcrição aleatória ou fictícia dos dados e informações.

No Rio Grande do Sul (RS) o trabalho de campo propriamente dito ficou sob a incumbência de Ignacio Kunkel e André R. Soares. A equipe de Santa Catarina (SC) foi formada por Cátia Weber, Deise L. O Montardo, Maria D. P. Darella e Maristela D. H. Farias. No Estado do Paraná (PR) as atividades foram executadas por Ivori J. Garlet e Valéria S. de Assis.

Quanto à sistematização dos dados e informações recolhidos, a equipe de Santa Catarina elaborou o seu relatório. À coordenação, sob responsabilidade de Ivori e Valéria, coube a elaboração dos relatórios parciais da situação no Rio Grande do Sul e no Paraná e, também, a sistematização do relatório final.

A execução das atividades propostas transcorreu em épocas muito díspares ao longo de mais de um ano. Assim, por exemplo, os trabalhos no RS foram desenvolvidos de julho a outubro de 1996; a equipe de SC necessitou o período compreendido entre agosto e

novembro de 1996¹; no PR os trabalhos de campo foram executados entre abril e julho de 1997, sendo que os meses de julho e agosto foram dedicados à sistematização tanto do relatório sobre as comunidades do PR, como também o relatório final. Em relação às atividades desenvolvidas pela equipe coordenadora temos a destacar, ainda, os deslocamentos periódicos ao RS, onde foi dada continuidade aos trabalhos de apoio e assessoria desenvolvidos juntos as comunidades daquele Estado.

3. ANÁLISE DOS DADOS

Desde já deixamos explicitado que procuramos condensar o maior número possível das informações recolhidas em cada Estado nas tabelas nº 01, nº 02, nº 03 e nº 04². Contudo, elas não esgotam, nem a quantidade de dados recolhidos e que constam dos relatórios parciais (por estado), nem impedem as possibilidades de outras leituras, uma vez que consideramos que o recorte dado prioriza um eixo central. Antecipamos que este recorte está direcionado à situação fundiária, a partir da qual os outros aspectos assumem uma projeção maior ou menor.

Portanto, para uma maior visibilidade da situação específica de cada comunidade, recomenda-se a consulta complementar dos relatórios produzidos sobre a situação particular de cada estado.

Neste relatório final, centramos o enfoque somente sobre as áreas que, por ocasião da pesquisa de levantamento de dados, encontravam-se ocupadas por indivíduos ou algum grupo Mbyá³. Estas ocupações são as que estão relacionadas tanto nas tabelas 01, 02 e 03, como no mapa 01⁴.

Intencionalmente não relacionamos os pontos ocupados temporariamente e tampouco os espaços tradicionalmente ocupados e dos quais os Mbyá saíram ou foram forçados a abandonar nos últimos tempos. Entendemos que alguns destes pontos, principalmente os que foram ocupados nos últimos tempos, encontram-se relacionados nos relatórios parciais.

Também alertamos para o fato de termos feito, na distribuição geográfica das áreas Mbyá no Sul do Brasil (mapa 01), uma divisão tipológica ampla entre “áreas com providência jurídica” e “áreas sem providência jurídica”. As subdivisões e o detalhamento das diferentes situações de cada uma destas categorias amplas podem ser acompanhadas nos três relatórios estaduais, mas vêm sistematizados e detalhados no tópico 3.2 deste relatório final.

Talvez cause surpresa, principalmente às instituições oficiais, o procedimento classificatório aqui adotado ao catalogar as ocupações Mbyá em terras pertencentes a outros grupos étnicos (Kaingang, Xokleng, Chiripá) como áreas sem providência jurídica.

¹ A equipe de SC incluiu, em seu relatório final, informações e dados recolhidos em trabalhos de campo realizados desde o mês de março de 1996.

² Confira anexo 01.

³ Nas tabelas 01 e 04 arrolamos as áreas Fazenda Vargas, Taim e Águas Brancas como sendo ocupadas. Na verdade, todas elas sofreram processo de identificação, mas no momento da execução do levantamento encontravam-se desabitadas. Os Mbyá encontram-se acampados próximos a estes locais aguardando medidas oficiais mais concretas para terem acesso às terras. A Área Indígena Águas Brancas chegou, inclusive, a contar com Portaria Demarcatória, mas face ao desinteresse e a morosidade da FUNAI em viabilizar o assentamento das famílias Mbyá, as terras foram ocupadas por um grupo de colonos sem-terras e, ao que tudo indica, os Mbyá perderam a possibilidade de disporem desta área. Até o momento não há decisões oficiais conclusivas a respeito.

⁴ O mapa 01 consta no anexo 02.

Entendemos que as comunidades nessas circunstâncias, embora disponham de espaços, não são detentoras reais dos mesmos. Sua permanência se dá por concessão destes grupos étnicos e reflete uma postura estatal omissa e/ou contrária à garantia de terras aos Mbyá.

3.1. POPULAÇÃO

Um dos resultados relevantes deste levantamento é quanto ao total de indivíduos pertencentes à etnia Mbyá presentes nos três estados do Sul do Brasil. Sua relevância se dá precisamente por revelar um número bem superior aos resultados até então disponíveis ou projetados.

Tais diferenças não podem ser atribuídas exclusivamente ao aumento demográfico e/ou à intensificação progressiva no fluxo dos deslocamentos de grupos familiares de outras partes do território. Além destes fatores, deve-se considerar o alcance deste levantamento, no sentido de localizar e incluir no censo a maioria – senão a totalidade – dos grupos dispersos na região de abrangência deste levantamento.

Confrontando-se os dados apresentados em fevereiro de 1996 pelo Instituto Socioambiental (ISA)⁵ com os resultados deste levantamento percebe-se um grande descompasso. Conforme já evidenciamos anteriormente, o referido Instituto elaborou seu quadro a partir de fontes diversas (órgãos oficiais, ONGs, instituições religiosas, missionários, pesquisadores etc) que, por sua vez, fundamentam seus dados em projeções e/ou estimativas apressadas, vinculadas aos seus interesses específicos. Entendemos, portanto, ser necessário sinalizar para alguns aspectos lacunares existentes no quadro do ISA.

Em primeiro lugar, o fato de nem sempre ser possível distinguir as especificidades étnicas dos “Guarani” (Mbyá e Chiripá) referidos. Segundo, em algumas áreas a população Mbyá aparece dissolvida no cômputo geral da população indígena referida, sendo impossível estimar-se o número de habitantes Mbyá e de habitantes de outro(s) grupo(s) étnico(s). Em terceiro, deve-se considerar o fato de que o quadro apresentado pelo ISA não contempla a totalidade das ocupações Mbyá e um significativo contingente populacional localizado fora das áreas reconhecidas oficialmente⁶.

É possível, a partir da confrontação dos resultados de ambas as pesquisas, visualizar o seguinte quadro em relação à população Mbyá no Brasil meridional:

a) Instituto Socioambiental: 1.046 pessoas (especificadas como Mbyá)

b) O presente levantamento: indicou a existência de 2.640 indivíduos distribuídos em 549 famílias⁷.

Em relação ao presente levantamento declaramos que, somente nos casos de casamentos interétnicos (Mbyá x Chiripá), não foi possível fazer uma distinção clara a que grupo deveriam ser inseridos os indivíduos “mestiços”. Procuramos, na medida do possível, adequá-los de acordo com a auto-definição dos próprios informantes. Contudo, nem sempre esta conduta verificou-se viável, principalmente em função do próprio retraimento de alguns informantes. Nestes casos, sim, foi feita uma projeção ou uma aproximação dos dados,

⁵ Sul. Povos Indígenas no Brasil 1991/95. São Paulo: Instituto Socioambiental, p. 764-771, 1996

⁶ Cabe lembrar aqui que o ISA preocupou-se essencialmente em sistematizar as informações existentes sobre as populações indígenas nas mais diversas fontes já referidas, e se elas por vezes não permitem visualizar os diferentes grupos Guarani, em especial os Mbyá, isso decorre da pouca precisão destas mesmas fontes.

⁷ Esta é uma das deficiências do atual levantamento. Embora tenha sido possível mapear a população Mbyá de acordo com a composição das famílias extensas e nucleares, em algumas áreas isto não foi possível. O número apontado como o total de famílias está mais adequado ao total de famílias nucleares.

ficando os resultados bastante condicionados à subjetividade do censista. As áreas onde encontrou-se tal dificuldade foram: Nonoai, Passo Feio, Seção Guarani e Votouro no Rio Grande do Sul; Mbiguaçu e Cambirela em Santa Catarina; Taquara (Rio das Cobras) no Paraná.

Outras casos houve em que, para esta sistematização final, optamos por não incluir algumas comunidades arroladas nos relatórios parciais, por termos certeza de não tratar-se de indivíduos/grupos Mbyá. É o caso, por exemplo, das famílias que foram localizadas pela equipe de Santa Catarina nos municípios de Treze Tílias e Palhoça (acampamentos Praia de Fora I e II). As mesmas pertencem à parcialidade Chiripá.

Também procurou-se, ao longo do período de execução dos trabalhos de campo e mesmo durante a redação final do relatório, ficar atento à mobilidade espacial dos diferentes grupos familiares, evitando serem os mesmos catalogados mais de uma vez.

Creemos, portanto, que, mesmo considerando as limitações acima referidas, o levantamento procurou ser fidedigno à situação vivenciada pelas comunidades no Brasil meridional.

3.2. ASPECTOS FUNDIÁRIOS

Por mais que alguns estudiosos da cultura Guarani, e hoje em particular dos Mbyá, reproduzam e repitam elaborados discursos sobre os significados transcendentais e místicos que interpretam incluídos na busca da "Terra Sem-Males", e que para atingi-la os indígenas podem prescindir dos espaços concretos, é necessário considerar alguns aspectos fundamentais. Em primeira instância, a relação dos Mbyá com o seu território, uma relação que vai se transformando e assumindo novos contornos ao longo do processo histórico e de fricção interétnica. E em segundo momento considerar a estreita e vital relação entre cultura e espaço.

Posteriormente seria oportuna uma análise destes aspectos confrontados com os resultados deste levantamento no tocante à situação fundiária dos Mbyá no Sul do Brasil. Após tais procedimentos, entendemos que restam poucas alternativas, tanto ao estudioso quanto aos membros das instituições que se perfilam na qualidade de protetoras, apoiadoras e assessoras das comunidades Mbyá. Ou os diversos grupos que lidam com os Mbyá continuam validando a hipótese descomprometida de que, realmente, esta etnia busca uma Terra Sem-Males, metafísica, ou admitam que é necessário intervir politicamente nas instituições oficiais e na nossa sociedade de forma geral para que haja uma reversão no atual quadro. Sob o risco de que, realmente, o único espaço que restará aos Mbyá será o projetado no além.

Segundo avaliação que fazemos, sustentada nos resultados aqui aportados, a situação fundiária dos Mbyá-Guarani no Brasil meridional é um dos aspectos mais impactantes e reveladores deste levantamento. Ainda sem parâmetros para procedermos a um estudo comparativo com situações de outros países ou regiões, cremos ser o Sul do Brasil onde as comunidades estão em condições menos favoráveis e de maior precariedade. Os números atuais, mais que um diagnóstico, são testemunhos de toda uma trajetória histórica de esbulho territorial e da sistemática negação ao direito básico a ter seus espaços garantidos.

Novamente confrontando e comparando os presentes dados aos proporcionados pelo ISA (idem), temos o seguinte quadro:

- a) Instituto Socioambiental: 34 áreas com presença Mbyá;
- b) Presente levantamento: 63 pontos efetivamente ocupados pelos Mbyá.

Percebe-se, portanto, uma diferença de aproximadamente 100% entre os resultados. Alguns fatores podem ser relacionados para justificar esta diferença. Primeiramente situam-se as fontes: enquanto o ISA baseou-se em informações de segunda mão, os resultados deste levantamento advêm de um trabalho de campo extensivo e intensivo. Outro aspecto a ser considerado é o lapso de tempo entre uma pesquisa e outra (aproximadamente 2 anos). A morosidade nos procedimentos burocráticos que visam a regularização fundiária, certamente, contribuiu para que, durante este período, houvesse significativas alterações na situação apontada por um e outro levantamentos. A ausência de respaldo legal para a permanência dos Mbyá sobre as terras deve ter favorecido à intensificação da fragmentação social dos grupos e, por extensão, contribuído para o aumento da mobilidade espacial. Conseqüentemente, alguns dos assentamentos sofreram divisões internas ou se desconstituíram, dando origem a novos. Também deve ser considerado o deslocamento de vários grupos familiares que, nos últimos dois anos, deixaram outros pontos de seu território (Argentina e Paraguai) e passaram a circular sobre sua porção brasileira.

Cabe acrescentar, ainda, que é em relação ao comportamento dos Mbyá frente à garantia legal das terras que se observa uma das mais significativas transformações. De uma postura inicial radicalmente contrária à demarcação – sustentada sobretudo pelos dirigentes religiosos – os Mbyá, na última década, têm se mobilizado e emergido no cenário político nacional. A atitude adversa à demarcação de espaços específicos encontrava-se fundamentada tanto em princípios religiosos da etnia, que nega o direito à apropriação individual de bens dispostos a todos pelos deuses, como também por entender que a demarcação de espaços obrigá-los-ia a uma sujeição ao Estado brasileiro. É possível aventar também a provável influência do contexto político nacional nestas mudanças de comportamento dos Mbyá. A partir de 1988, com a nova Constituição Federal, tornou-se mais acessível às sociedades indígenas as reivindicações pelo direito à terra. E embora os Mbyá aparentem uma postura de alheamento, na verdade mantêm-se atentos aos acontecimentos do seu entorno. Desta forma, à resistência discursiva interna vem se somando a apropriação de estratégias “do branco” para dar maior visibilidade à sua situação às suas reivindicações possessórias e políticas.

3.2.1. ÁREAS RECONHECIDAS OFICIALMENTE

Neste tópico serão analisadas as áreas em relação às quais há incidência de ações oficiais no sentido de reconhecer e dar proteção legal à presença e permanência dos Mbyá sobre as terras em que se encontram. Sob a denominação de áreas com providências jurídicas observa-se uma ampla gradação nas iniciativas oficiais, correspondente aos diversos passos e instâncias administrativos a que devem sujeitar-se os processos de legalização das terras indígenas em território brasileiro.

Das 63 ocupações levantadas, apenas 15 contam com ações conclusivas ou iniciativas oficiais no sentido de reconhecer e garantir a posse às comunidades Mbyá sobre as terras em que se encontram.

3.2.1.1. ÁREAS IDENTIFICADAS

Configuram como áreas identificadas aquelas sobre as quais o Ministério da Justiça, ao qual está vinculado o órgão indígenista oficial, executou medidas preliminares no sentido de reconhecer e respaldar os direitos das comunidades indígenas sobre as terras

tradicionalmente ocupadas e que lhes são necessárias à sobrevivência física e cultural. Tais iniciativas vêm caracterizadas pela fundamentação em laudo antropológico, acompanhado pelo memorial descritivo da respectiva área, fixando – em termos documentais e cartográficos – os confrontantes da proposta demarcatória.

Para os Mbyá nos estados do Sul pode-se dizer que as iniciativas da FUNAI no processo identificatório passam a ocorrer a partir de 1985. Concorreram para isto tanto a pressão das comunidades Mbyá quanto o empenho e as intervenções das instituições não-governamentais de apoio e assessoria a tais comunidades. Mesmo sendo uma ação preliminar, sujeita a várias alterações e correções até o desfecho final (demarcação e homologação), entende-se o processo de identificação como fundamental, uma vez que confere aos indígenas alguns direitos básicos, como o de não serem expulsos das terras à revelia de terceiros interessados em delas se apossarem.

Foram arroladas 13 áreas sobre as quais o órgão indigenista realizou a identificação. Destas propostas oficiais, algumas devem ser objeto de estudos complementares, os quais devem contemplar sugestões das comunidades no sentido de sua ampliação, uma vez que a proposta inicial não incluiu a totalidade de terras reivindicadas pelos Mbyá e consideradas como patrimônio seu.

Estão incluídas 04 áreas do Rio Grande do Sul, neste total de 13, como identificadas, uma vez que a FUNAI instituiu um Grupo de Trabalho (GT) em 1993 com a finalidade de elaborar as respectivas propostas. Todo o trabalho de campo, inclusive o memorial descritivo, foi realizado. Contudo, até o momento não foram produzidos os relatórios finais e tampouco os respectivos laudos antropológicos. De forma que, embora as propostas estejam parcialmente delineadas, não têm respaldo e validade legais. Portanto, ao se considerar o número total de áreas identificadas, tenha-se que contar com a possibilidade de que as quatro áreas em questão (Cantagalo, Barra do Ouro, Varzinha e Fazenda Vargas), num futuro próximo, não sejam reconhecidas e caracterizadas pela FUNAI como áreas identificadas.

Ainda em relação às terras identificadas, cabe destacar que, no Rio Grande do Sul, outras três áreas, além das acima referidas, correm o risco de terem seus processos anulados ou estagnados. A área de Águas Brancas I chegou a ter uma Portaria Demarcatória expedida em favor da comunidade, mas a falta de articulação entre os diversos setores públicos envolvidos nas discussões a respeito do destino daquelas terras (FUNAI, INCRA e Governo do Estado) antecipou e favoreceu o assentamento de famílias de colonos sem-terras. Quanto às outras duas áreas (Taim e Irapuá), é provável que os processos sejam estagnados em função de posturas reacionárias, contrárias e intransigentes assumidas por uma organização não-governamental (Conselho Indigenista Missionário - CIMI) em relação à possibilidade de compra de terras para assentamento de famílias indígenas.

Estes diversos fatores podem contribuir para o agravamento da já desesperadora situação em que se encontram os Mbyá no que diz respeito à questão das terras e, por extensão, inviabilizar a preservação de sua cultura e da própria vida.

3.2.1.2. ÁREA DEMARCADA

Do ponto de vista jurídico, considera-se demarcada a área sobre a qual o Governo Federal, através do órgão indigenista oficial, propugnou e executou intervenções no sentido de identificação e reconhecimento aos direitos de posse e usufruto à comunidade indígena. O ato demarcatório implica, também, na fixação dos limites físico-geográficos das terras objeto de identificação anterior e reconhecidas como das comunidades indígenas. Em suma,

o ato demarcatório reconhece e faz valer as decisões e encaminhamentos tomados no processo identificatório.

Embora nos dois últimos anos (95 e 96) diversas áreas passaram a contar com Portaria Demarcatória, continuamos, neste levantamento, a considerá-las como apenas identificadas por entendermos que os procedimentos legais postulados pelo processo demarcatório ainda não foram concluídos.

Portanto, no Sul do Brasil os Mbyá estão contemplados com apenas uma área (Rio Areia) na condição de demarcada.

3.2.1.3 ÁREA HOMOLOGADA

A homologação consiste na consumação do rito jurídico que envolve a garantia das terras de determinada comunidade indígena. É precedida pela demarcação, mas o reconhecimento se consuma mediante três procedimentos oficiais básicos: pela homologação por Decreto do Presidente da República, pela inscrição no Cartório de Registro de Imóveis na comarca em que se situa a área indígena e pela inscrição no Serviço de Patrimônio da União.

Encontra-se nesta situação apenas a Área Indígena Cotinga, no Estado do Paraná.

3.2.2. OCUPAÇÕES SEM PROVIDÊNCIAS JURÍDICAS

Até o momento nos ocupamos dos aspectos mais favoráveis deste levantamento. A seguir apresentamos a existência de uma grande maioria de ocupações completamente desprotegidas e permanecendo à revelia, ou em segundo plano, nas intervenções oficiais. Estas ocupações, apesar de não se caracterizarem como irregulares – do ponto de vista dos Mbyá, uma vez que efetivamente estão sobre o seu território de domínio – do ponto de vista jurídico podem ser vistas como clandestinas. Esta situação de clandestinidade faz com que as comunidades ou grupos familiares fiquem a mercê de quem, de direito ou de má fé, intitula-se proprietário das terras em que se encontram. Tem-se aí uma das motivações que faz com que a mobilidade espacial seja tão intensa no Sul do país.

Repetimos que classificamos como sem providências jurídicas as terras que os Mbyá ocupam sobre áreas pertencentes a outros grupos étnicos. Mesmo que tais terras constem como demarcadas ou homologadas, o são nominalmente e de direito a outros povos indígenas. Os Mbyá ocupam-nas por concessão desses povos. Entendemos que não se pode considerar resolvido o crônico problema fundiário dos Mbyá tão somente transferindo-os para terras de outros grupos étnicos. Pelo contrário, tal atitude pode por vezes resultar em problemas fundiários que provocarão outros de outras ordens também para a etnia que possui o território.

Em relação às ocupações desprovidas de respaldo oficial, que são no total 42, encontramos as seguintes situações: acampamentos em beira de estrada; assentamentos em propriedades particulares; assentamentos sobre terras de domínio público e assentamentos em terras pertencentes a outros povos indígenas.

3.2.2.1. ACAMPAMENTOS DE BEIRA DE ESTRADA

Os acampamentos em beira de estrada caracterizam-se como a última alternativa encontrada pelos Mbyá para poderem se localizar no espaço. É a condição mais desumana e indigna existente, testemunho incontestável de que as pessoas a ela submetidas não dispõem do mínimo necessário à sobrevivência física e cultural.

Tais acampamentos são levantados nas áreas de servidão ao longo das rodovias públicas. A preferência é por locais onde ainda seja possível encontrar faixas de mata e alguma oferta de matéria-prima para a confecção de artesanato. Esta é, via de regra, a única atividade que permite algum ingresso de recursos. A atividade fica à mercê de um mercado consumidor extremamente instável, enfrentando períodos de estagnação ou de vendas muito reduzidas. Conseqüentemente as famílias dela dependentes estão continuamente expostas a mais gritante miséria, enfrentando fome, alta incidência de doenças, impossibilidade de manter ativadas práticas culturais importantes, como os rituais religiosos e morando em insalubres barracos cobertos de lona plástica. É grande a rotatividade espacial das famílias em tais circunstâncias, que se deslocam contando com a possibilidade de encontrar locais menos desfavoráveis e onde a produção e comercialização do artesanato seja mais promissora.

Quando condicionados a permanecerem em beiras de estradas, o contato com a sociedade envolvente se torna obrigatório e intenso, o que expõe os Mbyá ao preconceito e aos vícios, como o consumo de álcool e – ainda que em casos isolados – à prostituição. Poderia-se pensar que este contexto representa uma situação transitória e de exceção na vida dos grupos familiares, mas durante este levantamento constatou-se que um grande número de famílias vivem nestas circunstâncias a 10, 15 e até 20 anos. Os efeitos negativos sobre a cultura são incalculáveis, pois perpassam suas diversas esferas (sociais, econômicas, religiosas e políticas).

Foi constatada a existência de 19 acampamentos em beiras de estradas. A situação é mais grave no Rio Grande do Sul, onde ocorre a formação de 12 acampamentos, seguindo-se Santa Catarina, com 07. Surpreendentemente no Paraná não foi localizado nenhum grupo familiar vivendo em tais circunstâncias, embora tenham sido colhidos relatos sobre a eventual formação de acampamentos às margens da rodovia interestadual que liga Garuva (SC) a Paranaguá (municípios de Matinhos e Guaratuba).

3.2.2.2. OCUPAÇÕES SOBRE TERRAS PERTENCENTES A OUTROS GRUPOS ÉTNICOS

Outra situação que expõe a gravidade do quadro fundiário é a formação de assentamentos sobre terras pertencentes a outros grupos étnicos. Somos tentados – por não termos como embasar nossas afirmações numa análise documental que as comprovem – a atribuir tal prática como conseqüência da atitude do Estado brasileiro adversa à garantia dos territórios indígenas. Latifundiária em sua origem, este mesmo Estado somente desenvolveu iniciativas isoladas quando sob pressão ou quando os povos indígenas resistiram em confronto aberto em defesa de seus territórios.

No Sul do país, os povos Kaingang e Xokleng (Jê) forçaram o Estado a tomar tais iniciativas, ainda que isto lhes custasse uma drástica redução territorial e o fato de terem que viver confinados em áreas reservadas. Já em relação aos Guarani, quebrada a resistência armada inicial (oferecida durante o período missionário), foram sistematicamente ignorados e expropriados. Desta forma, o Estado sempre se mostrou conivente com o processo expropriatório; num primeiro momento cedendo às frentes de expansão que avançaram

sobre os territórios Guarani e, posteriormente, promovendo a colonização sobre os últimos espaços que ainda lhes restavam (VENZON, 1993-93: 122)⁸.

Resulta desta postura que as reivindicações dos Guarani contemporâneos (Chiripá e Mbyá) não foram consideradas e o problema fundiário foi dado por solucionado ao coagi-los a dividirem as mesmas terras já reservadas aos Kaingang ou Xokleng. Tal atitude governamental é decorrente também da visão homogeneizante presente na denominação genérica de *Índio*. A sociedade envolvente possui uma concepção dos povos indígenas como algo unitário, não percebendo as marcadas distinções entre elas. Desta forma, pressionado por essa concepção, o governo por vezes, age sobre as comunidades indígenas partindo desta premissa.

Após a exploração e opressão desenvolvidas pelo Estado, a maioria das comunidades Mbyá que se encontram sobre terras pertencentes a outros grupos étnicos, tiveram que submeter-se a situações em que foram espezinhadas por tais grupos. De certa forma esta discriminação continua se perpetuando, uma vez que nem sempre as lideranças Mbyá são reconhecidas pelos seus "anfitriões", não lhes é proporcionada autonomia para tomar suas próprias decisões ou, ainda, são ignorados na hora de divisão de bens e serviços repassados às comunidades pelo órgão indigenista oficial.

Outra consequência decorrente desta convivência forçada, promovida pela indisponibilidade de espaços específicos e adequados, é no que tange à manutenção das particularidades culturais. Até o momento as comunidades Mbyá tem se demonstrado resistentes à idéia de casamentos interétnicos, embora constatarem-se ocorrências neste sentido. Mas a situação assume proporções preocupantes no norte e noroeste paranaenses, onde comunidades Chiripá e Kayová estão há mais de um século sobre terras Kaingang. A miscigenação produziu a neutralização das especificidades culturais dos grupos étnicos envolvidos neste processo. Como exemplo, cita-se o caso de São Jerônimo da Serra. Nesta comunidade, originariamente Chiripá, existe uma população superior a 500 indivíduos resultante de casamentos com Kaingang, Xetá, brancos e negros, sendo que somente três anciãos ainda falam a língua Guarani (Chiripá). Ou, como no caso de Massiambu (SC) e em Votouro (RS), onde professores Chiripá são responsáveis pelo ensino da língua "Guarani" às crianças Mbyá.

Dentro deste contexto deve-se dar destaque ao papel negativo exercido nas próprias escolas inseridas nas comunidades onde ocorre a superposição de grupos étnicos. Após um determinado grau de mestiçagem, e em nome de uma educação bilingüe, ocorre a imposição de uma das línguas, normalmente do grupo étnico majoritário, em detrimento de outra(s). E com frequência, não raro, acontecem fatos inusitados como o presenciado em São Jerônimo da Serra, onde crianças Guarani devem submeter-se ao aprendizado da língua Kaingang. Pode-se, portanto, deduzir-se qual será, a médio e longo prazos, os efeitos culturais de semelhante prática pedagógica.

A partir do levantamento constatou-se a existência de 12 comunidades Mbyá vivendo sobre terras pertencentes a outros grupos étnicos, distribuídas da seguinte forma: 09 estão em áreas Kaingang, 01 em terras pertencentes aos Xokleng e 02 que dividem terras com uma comunidades Chiripá.

3.2.2.3. OCUPAÇÕES SOBRE PROPRIEDADES PARTICULARES

⁸ VENZON, Rodrigo. Migração e Territorialidade Mbyá no Rio Grande do Sul. PETI/ANAÍ-RS: Expropriação e Luta : As Terras Indígenas no Rio Grande do Sul. p.169-172. 1990-93.

A inexistência de terras asseguradas leva os Mbyá a buscar, por suas próprias iniciativas, outras soluções temporárias e paliativas, como é o caso dos assentamentos sobre propriedades privadas. A permissão é, normalmente, resultado de um acordo verbal entre os proprietários e os chefes de família Mbyá. Cabe ao proprietário, e exclusivamente a ele, a fixação das condições da permanência: duração da estada, limite do número de habitantes, a extensão do espaço a ser ocupado e, eventualmente, alguma forma de pagamento pelo uso do espaço.

Com o acirramento das disputas pela posse da terra nos últimos, ensejado pelo surgimento do Movimento Sem-Terra, o tempo de permanência dos Mbyá nestes espaços é reduzido, dificilmente excedendo aos três anos. Os proprietários ficam temerosos de que os índios reiviniquem as terras ocupadas mediante processos judiciais de usucapião. À mercê dos proprietários das terras, são freqüentes as expulsões, conforme ficou atestado durante os levantamentos realizados no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina. Este é, portanto, outro motivo que leva os grupos à instabilidade espacial, ocasionando constantes deslocamentos.

Se existe algum aspecto positivo para os grupos que se encontram sobre propriedades particulares em relação aos que estão acampados em beira de estrada, esta se deve ser atribuída ao fato de que a maioria deles dispõem, ainda que temporariamente, de terras para realizar seus cultivos.

São, ao todo, 14 assentamentos localizados sobre propriedades particulares, sendo 12 no Estado de Santa Catarina e 02 no Rio Grande do Sul.

3.2.2.3. OCUPAÇÕES SOBRE TERRAS PÚBLICAS

As terras de domínio público federal, estadual e/ou municipal são alvos preferidos para ocupação pelos Mbyá. Consideram que tais áreas, ao não pertencerem de direito e de fato a nenhuma pessoa física em particular, constituem propriedade sua e justificam-se recorrendo às suas matrizes míticas e culturais.

Na condição de terras públicas encontram-se áreas sobre as quais foi descartada a possibilidade de colonização por suas peculiaridades topográficas, climáticas ou pelo fato de os solos desfavorecerem as atividades agropecuárias. Também encontram-se nesta situação áreas que foram destinadas à proteção ambiental, transformadas em parques e/ou reservas ecológicas. A maioria delas, portanto, apesar de se encontrarem em condições ecológicas privilegiadas, se comparadas ao seu entorno, são praticamente inadequadas para a agricultura.

Muitos dos atuais assentamentos resultaram da iniciativa dos próprios órgãos públicos (estaduais e municipais) que, ao se sentirem penalizados ou pressionados por proprietários locais – temerosos de que os Mbyá viessem a se estabelecer sobre suas terras –, indicaram espaços públicos para o estabelecimento dos índios acampados à beira das estradas ou propriedades privadas.

Com a crescente conscientização, por parte da sociedade envolvente, sobre a necessidade de preservação ecológica, cresceu também a pressão sobre as comunidades Mbyá estabelecidas sobre espaços destinados à proteção. E as relações entre as comunidades Mbyá situadas sobre unidades de conservação e as instituições ambientalistas (inclusive as não-governamentais) não tem sido cordiais e tranquilas. A ponto de hoje poder-se afirmar que, após terem sido expulsos de seus espaços tradicionais pelo avanço das frentes expansionistas e serem suas terras objetos de implantação de projetos intencionais de colonização, os Mbyá estão sendo visados e tratados como os grandes vilões do

desequilíbrio ecológico. Como resultado desta nova frente de pressão, que poderíamos defini-la como a “onda ambientalista”, diversas comunidades tiveram que abrir mão de espaços tradicionalmente ocupados.

Nos três estados foram colhidos depoimentos denunciando as pressões sofridas para que fossem abandonados os assentamentos após a edição de medidas protecionistas. Mas a situação mais grave ocorre no Litoral Norte Paranaense. Dos vários pontos ocupados até a metade da década passada – quando foi criado o Parque Nacional de Superagüi –, hoje mantêm-se apenas 02.

Ao todo são 12 assentamentos sobre áreas públicas. No Rio Grande do Sul verifica-se a maior incidência, com 09; a seguir vem o Paraná com 02 e Santa Catarina com 01 assentamento.

3.3. ATIVIDADES E RECURSOS DE SUBSISTÊNCIA

Sintetizando, a situação econômica dos Mbyá no Brasil meridional é de extrema precariedade. Entretanto, esta precariedade contempla uma ampla gradação. Esta, por sua vez, está intimamente vinculada à situação das terras em que as comunidades estão inseridas.

Há uma estreita correspondência entre a disponibilidade de terras e o potencial sobre elas contido, o grau de contato com a sociedade nacional, o caráter das políticas indigenistas de intervenção (oficiais e civis) e o maior ou menor grau de manutenção das atividades econômicas tradicionais. Estas são, também, as variantes básicas que determinam a predominância de uma atividade em detrimento de outras ou favorecem a conjugação de diversas delas.

As comunidades que não dispõem de terras, como as que se encontram acampadas à beira de estradas, têm na produção e comercialização do artesanato a atividade econômica exclusiva. Como tais espaços são, a um só tempo, locais de produção, venda e consumo do resultado final da atividade, os Mbyá estão sujeitos – por mudança e contingência de um destes fatores – à grande mobilidade espacial e social. Se um determinado ponto reúne as condições adequadas ao desenvolvimento da atividade, serão maiores as probabilidades de que as famílias permaneçam sobre ele por um tempo mais dilatado e que o número de indivíduos e/ou famílias cresça. É o espaço, com suas condições e potencialidades, que será o principal determinante para a dinâmica social e econômica.

São raros os pontos ocupados em beira de estrada que possibilitam, eventualmente, a caça ou a pesca. De forma que estas atividades não assumem uma importância enquanto recursos de subsistência. Talvez sua real importância se dê do ponto de vista pedagógico, uma vez que permite às gerações novas, mesmo em situação precária e adversa, receberem e o conhecimento e as técnicas tradicionais de manejo ambiental.

Também raramente os Mbyá acampados vendem sua força de trabalho aos regionais (colonos, fazendeiros, chacareiros...). E se o fazem é somente por curto espaço de tempo, até conseguir juntar o necessário para suprir as necessidades mais imediatas e voltar à produção do artesanato. Assim que o trabalho para terceiros visa, de alguma forma, subsidiar a atividade básica dos grupos acampados, ou seja, a produção e comercialização do artesanato.

Quanto aos grupos assentados sobre áreas de terras que, de alguma forma, contam com providências jurídicas oficiais (homologada, demarcada, identificadas), observa-se uma ampliação das atividades de subsistência. Mas é o potencial de recursos naturais que vai determinar a predominância de uma, ou de algumas, sobre as demais. Se, por exemplo, as

qualidades dos solos favorecem o desenvolvimento da agricultura, esta torna-se a atividade prioritária, em torno e a partir da qual, são organizadas e ativadas outras.

Os grupos sobre terras em tal situação são menos instáveis. O tempo de permanência dos grupos familiares em tais locais varia muito e em função de fatores diversos, mas a média varia entre três e cinco anos. A possibilidade de permanência por um período maior no espaço permite o planejamento das ações, como a definição das áreas de cultivo e os períodos em que devem executar as diversas fases de elaboração das roças (preparo do solo, plantio, limpeza e colheita). Paralelamente, ou nos intervalos entre estas diversas fases, podem dedicar-se à caça, pesca (caso haja oferta), à produção e comercialização de artesanato e a realização de trabalhos para regionais.

Mesmo considerando-se uma maior estabilidade dos grupos nestas circunstâncias, percebe-se que são freqüentes as saídas temporárias de grupos familiares das áreas para dedicarem-se a outras atividades em locais onde as condições são mais propícias do que no espaço de referência. Por exemplo, durante os períodos de entressafra é comum diversas famílias de uma determinada área saírem para dedicarem-se à produção de artesanato ou trabalharem enquanto diaristas. Tal dinâmica visa tanto suprir as necessidades do grupo enquanto não consegue dispor de produtos cultivados, bem como juntar recursos para viabilizar a elaboração de suas roças. De qualquer forma, o grupo possui uma área de referência e tem na agricultura a atividade básica, em função da qual articulam outras.

A limitação espacial e a disponibilidade de recursos naturais são os fatores básicos a promover tanto a concentração quanto a fragmentação social. As áreas mais extensas e ecologicamente preservadas possibilitam o assentamento de várias famílias extensas. Por outro lado, as áreas pobres, desprovidas de recursos e poucas extensas, motivam a atomização dos grupos. Em algumas circunstâncias até mesmo a família extensa deve fragmentar-se em função das limitações e condições espaciais.

Mas, mesmo numa como na outra situação, a família extensa continua mantendo-se enquanto unidade básica de produção e consumo. A economia segue sendo regida e dinamizada pelo sistema de reciprocidade. As relações de reciprocidade, mais intensas dentro do círculo formado pelo grupo de consangüinidade e afinidade, também se processam inter-aldeias e inter-familiares, durante os trabalhos coletivos de abertura de roças, construção das casas de rezas, rituais religiosos etc. Desta forma, mantêm-se ativadas as relações sociais a partir da circulação de bens e serviços dentro do sistema de reciprocidade. Sem dúvida, os próprios Mbyá, e de modo especial os mais velhos e dirigentes religiosos, são críticos ferrenhos quanto às dificuldades atuais para manter as regras de reciprocidade face à fragmentação social. Talvez por isso mesmo demonstram grande habilidade e criatividade para afirmar-se enquanto grupo etnicamente diferenciado frente à pressão da sociedade envolvente, inclusive quando as condições básicas de sobrevivência lhes são suprimidas.

As roças visam basicamente a geração de itens para o consumo doméstico. Somente em condições excepcionais (pretensão de mudança de local, visita a parentes, aquisição de um determinado bem...) planejam a produção de algum excedente a ser comercializado. A produção destinada ao mercado é mais freqüente entre as comunidades assentadas em terras pertencentes a outros grupos étnicos. Este fato, presumivelmente, possa ser atribuído à importância secundária que recebe o artesanato, em função da dificuldade de venda, ou ainda à existência de eventuais ajudas de instituições externas (órgão indigenista, igrejas, ONGs...), praticamente condicionando as ajudas a um aumento das áreas cultivadas. O excedente, isto é, a produção que não pode ser consumida imediatamente, é comercializada para garantir o acesso a bens diversos.

A extensão de algumas áreas, extremamente exíguas, impede o desenvolvimento das técnicas de manejo tradicional. Os Mbyá são obrigados ao uso ininterrupto das mesmas áreas cultivadas por anos a fio, o que implica numa redução gradativa da fertilidade dos solos. Não têm como manter a rotatividade das roças, abrindo novas clareiras na mata e deixar as parcelas cultivadas há mais tempo em pousio. Diante de tal quadro, algumas comunidades percebem-se hoje frente à necessidade de recorrer a fertilizantes químicos, contrariando as normas tradicionais e os preceitos míticos, que prescrevem que suas sementes tradicionais devam “crescer com a força de Ñanderu”.

Em relação às sementes nativas tradicionais, principalmente o milho, observou-se que a maioria das comunidades as possui e, dentro do possível, seguem cultivando-as. Contudo, algumas comunidades alegam ter “perdido” as sementes tradicionais, mas que gostariam de reavê-las para continuar plantando-as. Em relação a este particular, chamou-nos a atenção o fato de que justamente comunidades assentadas em caráter mais “permanente” (Palmeirinha, por exemplo) terem “perdido” suas sementes tradicionais, ao passo que grupos assentados em beira de estradas, com alta rotatividade espacial, continuam a mantê-las.

3.3. EDUCAÇÃO

A grande maioria das comunidades Mbyá continua a resistir à implantação de escolas e à aderir ao processo de educação formal, baseado nos padrões ocidentais. Os Ñanderu continuam detendo força, respeito e credibilidade suficientes para fazer valer uma constatação irreprovável se for analisada a qualidade da educação imposta às comunidades: “a *opy* é a nossa verdadeira escola”.

Dos 64 pontos levantados com presença Mbyá no Sul do Brasil, 11 contam com prédios escolares. A incidência da educação formal é hegemônica nas comunidades assentadas em terras pertencentes a outros grupos étnicos (Kaingang, Xokleng, e Chiripá). Também estão entre as áreas que possuem escola a que já se encontra homologada (Ilha da Cotonga) e a área demarcada (Rio Da Areia).

Portanto, o aspecto que logo chama a atenção, ao se analisar os dados, é o fato de todas as comunidades onde ocorre a existência de escolas coincidirem com áreas onde a intervenção indigenista estatal está solidificada⁹. Isso pode indicar a educação indígena, que do ponto de vista constitucional é colocada como uma opção dos povos e comunidades indígenas, pode estar sendo interpretado pela FUNAI como uma obrigação sua. Ou, também, que os Mbyá assentados sobre terras de outro povo indígena, aceitem a escola como uma estratégia para não serem estigmatizados pelo fato de rejeitá-la. Ou ainda que a implantação seja automática. Por exemplo: ao se dotar de escola uma comunidade Kaingang, por extensão deve-se tomar a mesma medida em relação aos Mbyá.

Mas a existência por si só do prédio escolar não autoriza a concluir que o processo educacional esteja se desenvolvendo. Em muitas comunidades o funcionamento da escola está condicionado a outros fatores. Um destes fatores é a merenda. A tal ponto que se poderia afirmar que a frequência das crianças Mbyá na escola depende da assiduidade com que é servida a merenda escolar.

Também é visível a influência de instituições religiosas, tanto na edificação das escolas, quanto na formação dos “professores bilingües”. O destaque cabe ao “Summer

⁹ Exceto as áreas de Mbiguaçu e Massiambu (SC), sobre as quais a FUNAI não mantém a estrutura típica de um Posto Indígena, que consiste na sede do posto, escola, enfermaria, eventualmente, casa do funcionário responsável (Chefe de Posto) e galpões (para abrigar maquinários diversos, guardar ferramentas e para a armazenagem de produtos, etc).

Institute of Linguistics” e à “Missão do Cristianismo Decidido”. E, dentro da perspectiva das instituições religiosas, tanto a escola quanto os professores devem se constituir em agentes difusores da doutrina por elas pregada e defendida.

O grau de escolaridade proporcionado nestas instituições formais está restrito ao ensino fundamental, ou seja, às quatro séries iniciais. Mas a maioria dos alunos não chega sequer a completar o ciclo, ficando limitados – na melhor das expectativas – aos rudimentos da escrita e leitura. Os alunos que conseguem concluir as séries fundamentais e pretendem prosseguir seus estudos devem sair das áreas e freqüentar as “escolas dos brancos”, no meio rural ou urbano. Em Palmeirinha, por exemplo, constatou-se que uns poucos alunos realizam cursos supletivos nas sedes de municípios próximos (Pato Branco, Chopinzinho), para onde deslocam-se diariamente.

Face às exigências constitucionais (Federal e Estaduais) de que o programa escolar indígena contemple o bilingüismo, a maioria das escolas está aos cuidados de dois professores: um professor índio e um “branco”. E, normalmente também, há uma divisão tácita: o professor indígena fica responsável unicamente pelas atividades relacionadas ao domínio da escrita da língua indígena, ao passo que ao professor “branco” compete trabalhar todos os demais aspectos do currículo. E nem sempre há uma sintonia entre ambas as práticas e discursos.

Conforme já referimos anteriormente, nem sempre o professor bilingüe é Mbyá. Em algumas comunidades observou-se que professores Chiripá desempenhavam-se enquanto responsáveis pelo aspecto da educação bilingüe. Contudo, não foi possível aferir se o “Guarani” ensinado era referente ao falado pelos Mbyá ou pelos Chiripá. Sem dúvida, a atuação de um professor Chiripá é mais adequada que a de um professor “branco” despreparado; mas, de qualquer forma, preocupa a forma pela qual as crianças Mbyá estão sendo introduzidas a esta nova experiência de ler e escrever o mundo.

Não foi possível acompanhar ou analisar os programas pedagógicos aplicados e/ou desenvolvidos nas escolas freqüentadas por crianças Mbyá. Contudo em conversa tanto com pais de alunos, quanto com alunos, das áreas Rio da Areia e Palmeirinha, percebeu-se uma grande expectativa em relação aos estudos, principalmente no sentido de que eles proporcionem aos Mbyá o mesmo nível de oportunidades que aos alunos “brancos”. Também não foi possível avaliar se estas expectativas estão sendo encaradas enquanto estratégias que servirão para a afirmação da identidade cultural do grupo ou contribuirão para amortizá-la e conduzi-la ao poço amplo e monótono da homogeneização. Qual é o alcance deste processo educacional de instrumentalizar o aluno para que o retorno ocorra no contexto de sua coletividade? Ou está voltado a criar expectativas ilusórias de que estará (o aluno) preparado para conquistar, individualmente, espaços e melhores condições de trabalho fora de sua comunidade?

Queremos enfatizar que ainda é recente – permanecendo restrita ao domínio do discurso – a proposta de um processo educacional que parta, considere e trabalhe as “especificidades culturais”. É longo e sinuoso o caminho que vai do discurso à prática, principalmente quando tantos interesses entram em cena, como no caso dos povos e comunidades indígenas, e por tratar-se de grupos considerados periféricos.

Qualquer proposta na área educacional, mais do que em qualquer outra área, precisa ser detalhadamente analisada em conjunção com a comunidade indígena; pois se a especificidade de uma cultura se mantém através da transmissão dos saberes às gerações mais novas e o próprio processo de transmissão se dá por estratégias cognitivas próprias; a imposição de modelos exógenos pode se configurar na mais nefasta ação de epistemicídio que uma etnia pode sofrer.

3.4. SAÚDE

A situação de saúde é um atestado da miserabilidade dos grupos Mbyá. Entre outros fatores, é consequência do deterioramento das condições ecológicas, da indisponibilidade de terras adequadas para manter o modelo econômico tradicional ativado e das políticas de atendimento.

A questão da saúde não pode ser medida e avaliada descontextualizada da situação mais ampla em que estão inseridos os Mbyá na atualidade. E um dos aspectos onde as transformações ocorreram rápida e drasticamente está relacionado ao meio ambiente. Povo originário da floresta, à qual estava ajustado o padrão econômico, os Mbyá hoje estão sobre espaços quase que completamente desprovidos de matas.

As alterações no padrão econômico implicaram em mudanças significativas nos hábitos alimentares. Hoje, a dieta básica está dependente de produtos industrializados. A mesma está centrada no consumo desproporcional de amidos e carboidratos, que contribuem para a formação do quadro de desnutrição. Em seu encaço, outras doenças vão se desenvolvendo.

A maioria dos locais ocupados, além de não contribuir para que o modelo econômico tradicional se mantenha minimamente equilibrado, tampouco permite um isolamento satisfatório da população envolvente. Este contato intermitente facilita o contágio e a disseminação de doenças.

A medicina tradicional (xamânica, mística e fitoterápica) continua tendo sua importância primordial e prevalente em relação à medicina ocidental. Contudo, na mesma proporção em que se intensificam os contatos com a população envolvente, diminuem os recursos oferecidos pelas florestas, ocorrem alterações nos hábitos alimentares e higiênicos e amplia a incidência de doenças, aumentando também a dependência da medicina alopática. Os *Nanderu*, apesar de serem procurados e valorizados pelos seus conhecimentos e pelas práticas de cura, criticam as iniciativas dos que procuram a intervenção da medicina ocidental. Por outro lado, entendem que seus conhecimentos nem sempre têm aplicabilidade prática, uma vez que os locais em que se encontram não oferecem os recursos necessários para que mantenham ativados tanto o conhecimento, quanto as práticas tradicionais.

Embora não tenhamos subsídios suficientes para comprová-los, é possível que os parâmetros demográficos dos Mbyá atuais apresentem variações. Por exemplo: enquanto havia condições de limitar o número de filhos por família a partir de métodos contraceptivos tradicionais, as famílias não eram compostas por uma prole excessiva. Por outro lado, a destruição dos recursos ambientais e o contato interétnico inevitável contribuíram para que o índice de mortalidade infantil se elevasse significativamente. Um aumento no número de filhos decorre não somente do fato de já não serem mais eficazes/possíveis os métodos de controle tradicionais, mas também como uma estratégia para manter o crescimento vegetativo do grupo face às elevadas taxas de mortalidade infantil.

Em relação ao atendimento de saúde prestado – ou que deveria estar sendo prestado – às comunidades Mbyá, observa-se um crescente deterioramento. Tem contribuído, para tanto, o fato de que nos últimos anos o serviço de saúde, que era competência exclusiva da FUNAI, passou a ser dividido com a Fundação Nacional de Saúde (FNS). De acordo com as definições políticas entre os respectivos ministérios, à FUNAI compete, hoje, o atendimento curativo das doenças. À FNS cabe a responsabilidade sobre o atendimento preventivo. Para os indígenas esta divisão de competências significou uma burocratização ainda maior dos serviços, até porque, na prática, as instituições divergem a respeito da abrangência dos conceitos “preventivo” e “curativo”. Outro fator que as instituições estatais consideram

como limitador das suas ações é a dotação orçamentária. Os recursos, sempre insuficientes segundo suas justificativas, acabam sendo consumidos em atividades meios e somente uma pequena porcentagem chegam às atividades fins.

A FUNAI mantém, em muitas áreas, enfermaria e um profissional em saúde (atendente ou auxiliar de enfermagem) para acompanhar a população indígena. Os casos simples são tratados e acompanhados na própria comunidade. Já nos casos mais graves, os doentes são removidos para hospitais próximos de cada área ou para Curitiba, onde a instituição mantém a Casa de Saúde Indígena, responsável pelo tratamento de todos os indígenas do Sul do país.

Este é o esquema ideal e em tentativa de funcionamento, mas na prática observa-se que, dentre os povos indígenas do Sul, os Mbyá são os mais desfavorecidos. Concorre para isso o fato de os Mbyá preferirem, na maioria dos casos, utilizar seus próprios recursos e procedimentos para tratar dos problemas de saúde. Por outro lado, a própria FUNAI raras vezes dispõe de medicamentos adequados e suficientes na enfermaria do posto indígena, não conta com recursos e/ou meio de transporte para remoção dos pacientes, o funcionário responsável nem sempre está disposto a atender aos índios, e outros problemas desta natureza.

Na prática, portanto, observa-se que a maioria dos Mbyá devem procurar por seus próprios meios e recursos a ajuda médica, quando necessitam e se decidem pela medicina ocidental. Nestes casos, normalmente deslocam-se até a sede do município em que residem e se candidatam a uma vaga para o concorrido atendimento público proporcionado pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

Nos últimos anos ocorreram iniciativas por parte das comunidades Mbyá, principalmente no Rio Grande do Sul e via a Organização Mbyá-Guarani, no sentido de reivindicar e organizar um atendimento sistemático e diferenciado. Contudo, pouco se observa em termos de resultados efetivos. As cobranças dos Mbyá feitas às autoridades responsáveis acabam sendo sufocadas pelo peso da burocracia e da inoperância das instituições públicas.

As doenças recorrentes entre os Mbyá são a pneumonia (a situação se agrava durante o inverno), a tuberculose, doenças de pele, verminoses... É igualmente lastimável o quadro odontológico, sendo pouco provável a existência de indivíduos que não apresente problemas dentários. Também foram constatados alguns casos de AIDS, inclusive com morte, o que tem gerado pânico e preocupação tanto entre os Mbyá, como entre algumas organizações indigenistas. Por outro lado, as instituições oficiais que deveriam estar atentas aos possíveis desdobramentos destes fatos, não têm se posicionado frente à questão com o empenho e a seriedade com deve ser tratada.

Nos últimos anos foi alta a incidência de mortes e lesões causadas por atropelamentos. As situações de acampamentos de beira de estrada expõe seus moradores, principalmente crianças, idosos e indivíduos embriagados, à violência do trânsito.

Quanto às soluções para amenizar a crítica situação de saúde em que se encontra a população Mbyá na atualidade, pensamos que as ações devem ser conjugadas com outras instituições que atuam com esta etnia em outras regiões de seu território. A intensa mobilidade espacial dos grupos familiares, provocadas por uma série de fatores, conforme estudo realizado por GARLET¹⁰, torna inviável e pouco expressivas iniciativas localizadas e isoladas. Tome-se, por exemplo, o caso da tuberculose: se não houver uma preocupação com o tratamento e o controle da doença sobre a totalidade do território Mbyá, as ações

¹⁰ GARLET, Ivori José. Mobilidade Mbyá: História e Significação. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: PUCRS. 1997.

tornam-se infrutíferas, pois ao se deslocarem, os indivíduos estão tanto fugindo dos controles localizados, interrompendo os tratamentos, quanto favorecendo a disseminação da doença.

Estas ações globais, devem ter desdobramentos a curto, médio e longo prazos. A curto prazo, através da garantia de atendimentos médico-odontológicos eficientes. A médio e longo prazos devem ser previstas atividades que priorizem a garantia de espaços adequados à demanda cultural do grupo, que favoreçam o desenvolvimento de atividades de subsistência auto-sustentáveis e que considerem e incluam as técnicas e conhecimentos de manejo ambiental dos Mbyá.

Concluindo, observa-se que a grave situação de saúde pela qual estão acometidas as comunidades Mbyá no Sul do Brasil é consequência direta da ausência de espaços com um meio ambiente condizente à cultura Mbyá. Doenças como pneumonia, tuberculose, anemia e verminose desenvolvem-se somente em indivíduos com sérios problemas de nutrição. Podendo habitar em ambientes propícios ao desenvolvimento de sua economia, os Mbyá poderiam se alimentar melhor, restringindo significativamente os índices de tais doenças. Nesta mesma situação hipotética, eles não necessitariam manter tanto contato com a sociedade envolvente, restringindo assim também as demais doenças elencadas. Portanto, os recursos e os planejamentos governamentais para a saúde dessas populações poderiam ser mais eficientes e acentuadamente em menor volume.

4. ATIVIDADES DE APOIO ÀS COMUNIDADES MBYÁ NO RS, DESENVOLVIDAS A PARTIR DO PROJETO PRÁCTICAS DE GESTIÓN...

Além do levantamento de dados propriamente dito, o Projeto *Prácticas de Gestión...* ensejou o desenvolvimento de atividades concretas junto aos Mbyá. Em decorrência da existência de um trabalho articulado e sistematizado no Rio Grande do Sul, desenvolvido conjuntamente pela equipe coordenadora e outras pessoas e instituições, foi priorizada a destinação de recursos para a execução de atividades específicas e unicamente neste Estado.

Uma destas atividades consistiu na continuidade ao acompanhamento, parceria e assessoria às comunidades na criação e articulação de uma organização dos próprios Mbyá. Esta proposição vinha sendo debatida e discutida desde, pelo menos, 1995. Mas foi no ano seguinte (1996) que as discussões foram atingindo um consenso e um amadurecimento a ponto de constituir-se a Organização Mbyá-Guarani (*OMG*). Apesar do consenso na sua criação as comunidades ainda não chegaram a um acordo quanto à dotá-la ou não de personalidade jurídica. Independente desta decisão, os representantes da *OMG* estabeleceram um calendário de reuniões periódicas (mensais) e definiram linhas de ação. Como prioridade absoluta, elegeram a questão fundiária em que a atuação deveria ser urgente, incisiva e decisiva. Também em relação à saúde traçaram algumas metas.

No que diz respeito às terras, a *OMG* chegou à conclusão que as iniciativas da FUNAI, além de morosas, estavam muito aquém das exigências e das reais necessidades das comunidades Mbyá. As áreas identificadas nos últimos anos (93/94), bem como as que estavam sendo cogitadas para as identificações futuras, caracterizam-se por não terem elementos naturais compatíveis com os padrões Mbyá e, portanto, inadequadas à sobrevivência física e cultural do grupo. Diante deste procedimento oficial, os representantes

duas mil it. - 2.1000 Su
- Missões / 20. 7. 0.
19

Mbyá decidiram fazer um levantamento das áreas que realmente lhes interessam por seu potencial e recursos naturais. Percorreram praticamente todo o Estado do Rio Grande do Sul durante o ano de 1996 e elegeram 07 áreas que correspondem às suas expectativas.

A partir da definição destas áreas, foi elaborado um documento que foi entregue pelos representantes Mbyá ao Presidente da FUNAI, em Brasília. As propostas do documento podem ser resumidas nos seguintes termos: a FUNAI se empenharia em adquirir, mediante compra, 05 das áreas eleitas, enquanto as outras 02 deveriam ser submetidas ao rito jurídico normal de garantia de áreas indígenas. Em princípio, a FUNAI considerou válidas as proposições dos Mbyá, dando a entender que tinha como acatá-las e dar encaminhamentos com a urgência que a questão demanda. Contudo, uma organização indigenista ligada à Igreja Católica entendeu que a proposta seria anticonstitucional e posicionou-se publicamente contrária. A Promotoria Pública decidiu, então, convocar a organização indígena e as instituições indigenistas (oficiais e não-governamentais) para debater a propostas e suas possíveis repercussões sobre os futuros processos de reivindicações possessórias dos povos indígenas no país. Em muitos momentos semelhantes a este, além do apoio financeiro, fez-se necessário nosso acompanhamento (da coordenação) com a *OMG*, a fim de auxiliá-los na comunicação com as diversas instituições e autoridades.

Resumindo a questão: a proposta de compra de terras para os Mbyá no Rio Grande do Sul foi suspensa. Conseqüentemente, os representantes da *OMG* estão se rearticulando e estudando novas estratégias para pressionar e comprometer a FUNAI, bem como insistir junto à instituição indigenista que se posicionou contrariamente à proposta de compra para a especificidade da situação das comunidades Mbyá no RS. Entendem os Mbyá, principalmente os grupos acampados ao longo das rodovias, que não há como sustentar uma luta política, de reivindicação de espaços adequados, quando a situação de miséria ameaça a existência imediata.

Os recursos proporcionados pelo Projeto *Prácticas de Gestión...* permitiram, portanto, o acompanhamento e assessoria à *OMG*, bem como subsidiaram diversos encontros dos representantes Mbyá. Inclusive proporcionaram a participação de alguns representantes das comunidades do Rio Grande do Sul em reuniões que ocorreram na Província de Misiones (Argentina).

Também de acordo com as propostas previstas no Projeto em questão, foi destinado apoio à algumas comunidades (em termos de ferramentas, alimentos e sementes), para que pudessem implementar suas roças e construção de casas. Diante do quadro geral de miséria e abandono, a opção de repasse de recursos procurou contemplar, a um só tempo, o maior número possível de pessoas, bem como viabilizar a permanência dos indígenas sobre as terras em que se encontram, tendo em vista o aguardo de decisões burocráticas em torno da regularização destas áreas.

5. CONCLUSÕES E PROPOSTAS DE ATUAÇÃO

Este levantamento revelou com uma maior precisão e complexidade a presença dos Mbyá na Região Sul do Brasil. O inter cruzamento dos dados revelou um quadro bastante precário da situação deste grupo étnico. A grave situação dos Mbyá é consequência de vários fatores que se inter cruzam, especialmente aqueles relacionados às políticas tanto locais quanto nacionais que se referem à questão indígena.

Quando a Constituição de 1988 foi promulgada, muitos daqueles que trabalham em favor dos povos indígenas comemoraram, pois a forte ameaça de se retroceder nos direitos indígenas foi vencida, somada com alguns avanços, embora poucos, mas importantes.

Entretanto, nos anos posteriores novas dificuldades foram geradas para a efetivação destes direitos. Paulatinamente, o governo federal foi formalizando uma política cunhada como neoliberal que passou, entre outros aspectos, a defender e a aplicar a privatização em vários setores públicos, baseando-se em uma retórica de incentivar o desenvolvimento do país através da iniciativa privada. Desta forma, a partir da era Collor, o governo vem progressivamente executando a privatização de diferentes empresas estatais dos mais diversos setores da economia. Esta política também vem atingindo as áreas sociais, ou seja, a educação, a saúde, assim como as instituições envolvidas com as populações indígenas, como a FUNAI. Mas como estes setores são responsabilidade do Estado, sua política de privatização não pode ser tão direta quanto aquela realizada para áreas econômicas. Assim, o governo apoia-se em uma estratégia de sucatear esses setores, tornando-os progressivamente inoperantes e obrigando a população a buscar tais serviços nas iniciativas privadas.

Portanto, é a partir deste contexto que se pode compreender a pouquíssima e ineficiente atuação da FUNAI nos últimos ^{anos} em favor das comunidades Mbyá na região Sul. A FUNAI recebeu cada vez menos recursos e apoio político para implementar ações que, de fato, alterasse positivamente a situação das comunidades indígenas e das Mbyá, em particular.

Como nas demais instituições estatais, o sucateamento da FUNAI têm promovido as ações das iniciativas privadas. Assim, as comunidades Mbyá vêm sendo alvo de atuações de diferentes ONGs (Organizações Não Governamentais), instituições religiosas, universitárias e de governos locais (municipais e estaduais). Uma boa parte destas ações são setorizadas (atendem apenas um aspecto, por exemplo moradia, saúde ou alimentação) e momentâneas; outras são mais duradouras e promovem a incorporação de comportamentos, ideologias e tecnologias da sociedade envolvente. Porém, pode-se ~~de~~ dizer que a maioria delas, apesar das boas intenções que possam ter, são marcadamente etnocêntricas e acabam por impor o modelo ocidental como a única opção. Esse vai e vem de entidades, pessoas e programas de atuação têm sido mais nefastos que benéficos para essas comunidades.

Ainda sobre a crise da política indigenista oficial, no início de 1996, o governo federal baixou um novo decreto, o de nº 1.775, sobre a demarcação de terras indígenas que resultou em um retrocesso na luta pelo direito à terra. Este decreto apresenta, no art. 2º, a possibilidade de qualquer um contestar o processo de demarcação, o que antes não havia, permitindo que interesses dos mais excusos – pois são esses os que mais se manifestam nestas situações – dificultem ainda mais a conquista das populações indígenas de seus direitos possessórios.

Uma das áreas Mbyá do Sul foi diretamente afetada por esse decreto. Trata-se da área da Barra do Ouro, no Rio Grande do Sul, ocupada desde 1975 por uma comunidade Mbyá que, desde então, e de modo mais enfático a partir de 1985, busca a demarcação destas terras, apesar de serem também reivindicada pela Cia Zaffari de Supermercados que possui uma propriedade nas proximidades. Como esta empresa ambiciona expandir sua propriedade sobre terras públicas, nas quais estão os Mbyá, apoiou-se no referido decreto, obstando ainda mais o processo demarcatório.

Portanto, o maior problema visualizado neste levantamento corresponde à questão fundiária. A partir dela são encadeados os demais problemas. Como já dissemos anteriormente, existem na região Sul 63 (sessenta e três) pontos ocupados pelos Mbyá, perfazendo um total de 2.640 indivíduos, porém somente *duas* áreas se caracterizam como garantidas para suas comunidades – Cotinga e Rio da Areia, ambas no Paraná.

É a partir da segurança em relação aos espaços, com recursos naturais adequados, que se faz possível uma comunidade Mbyá viver de acordo com seus padrões culturais. Estes

padrões por sua vez, permitem o incremento de atividades econômicas que viabilizam a saúde dos indivíduos e maior independência dos recursos exógenos.

Todas as comunidades Mbyá da região sul sofrem sérios problemas ligados tanto aos aspectos econômicos, como de saúde e sociais em geral. Por não possuírem espaços suficientes adequados e garantidos, não conseguem desenvolver atividades econômicas básicas. Disso decorrem problemas nutricionais, que por sua vez deixam a população suscetível às mais diversas doenças. Tais situações limitam consideravelmente as possibilidades das comunidades exercitarem suas atividades tradicionais, ameaçando a perda paulatina de alguns traços culturais.

Portanto, como já detalhamos no corpo deste trabalho, não é possível abordar um problema que afeta esta etnia de forma isolada. Ele é gerado e só é possível de ser entendido na conjunção com os demais. Da mesma forma, uma proposta de atuação que promova resultados positivos e efetivos só será válida se possuir uma perspectiva mais abrangente e complexa. Entendemos que o apoio às comunidades Mbyá deve também combinar ações com resultados de efeitos imediatos, de médio e de longo prazos. Por exemplo, há comunidades sem qualquer possibilidade de gerar alimentos. Nestes casos, a melhor estratégia é a de fornecer-lhes alimentos (resultado imediato), conjuntamente promover o incremento de atividades de subsistência, como o plantio de cultivares tradicionais (resultado de médio prazo) e a atuação junto às instituições públicas para a concessão e garantia de terras e recursos para que estas comunidades possam ter condições de se auto-gerirem sem a intervenção externa (resultado de longo prazo). *É o resultado da comissão de trabalho realizada.*

Ainda é preciso relembrar que qualquer proposta de atuação e intervenção deve levar em conta primeiramente os interesses e a vontade da comunidade a ser afetada, caso contrário o trabalho será inútil, para não se dizer nefasto para essa comunidade. Os Mbyá-Guarani caracterizam-se por serem extremamente arredios e por vezes impermeáveis a uma aproximação. Tal pode parecer uma inverdade já que aparentemente parecem receber de bom grado toda a ajuda externa, porém eles se caracterizam por serem habilmente sutis nas suas recusas. É assim que se compreende, por exemplo, o fracasso em um grande volume de ações na área de educação promovido por diferentes instituições em várias comunidades.

Portanto, tendo por base as premissas acima, apontamos algumas propostas de atuação, que serão indicadas separadamente apenas para efeito de apresentação, mas que devem ser entendidas como articuladas entre si.

Primeiro, enfocamos o aspecto fundiário. A atuação deve se direcionar para o apoio às comunidades para a definição e garantia de áreas territoriais adequadas a seu sistema sócio-cultural. Em especial a continuidade de apoio à *OMG* (Organização Mbyá-Guarani do Rio Grande do Sul). Este apoio deve ser dado em vários âmbitos.

No âmbito financeiro, possibilitando tanto quanto for possível as reuniões das comunidades e representantes; as viagens das lideranças e representantes para encontros e reuniões com autoridades e instituições e, a produção dos documentos elaborados pelas comunidades e sua divulgação.

No âmbito jurídico, prestando assistência jurídica para o esclarecimento e acompanhamento destas comunidades das questões legais que envolvem as reivindicações de terras às comunidades indígenas.

No âmbito político e intelectual, expondo, divulgando e denunciando ao público tanto acadêmico quanto geral, o contexto da questão, assim como os aspectos sócio-culturais desta etnia, a fim de sensibilizar e ampliar as formas de pressão para que soluções sejam efetuadas.

Em seguida, enfocamos o aspecto da saúde. A proposta é de adequar da forma mais harmoniosa possível as práticas tradicionais de cura dos Mbyá com as ocidentais, uma vez

que em todas as comunidades há casos de doença caracteristicamente exóticas, como a tuberculose, em que apenas as técnicas e drogas ocidentais surtem efeito. Desta forma, entende-se que se deva manter o apoio com recursos financeiros e de assessoria à *OMG*, no sentido de auxiliá-la na conquista de que as instituições públicas de saúde definam programas específicos de atendimento permanente às comunidades Mbyá. Estes atendimentos circunscrevem-se à presença regular de profissionais da área de saúde, através de um sistema de visitas a cada uma das áreas a fim de diagnosticar e tratar aqueles casos possíveis de serem solucionados por tais profissionais, assim como providenciar o transporte para hospitais nos casos mais graves. Estes profissionais deverão ser especialmente preparados para atender um público indígena como os Mbyá. O padrão de relacionamento deverá acontecer respeitando a comunidade local e suas lideranças, sem jamais impor qualquer coisa.

Paralelamente deve-se promover, na medida em que as comunidades tenham seus espaços garantidos, o incremento ou mesmo a reincorporação de espécies botânicas que compõem as matrizes para a produção de remédios tradicionais. Promover estudos etnobiológicos em parceria com indivíduos Mbyá, no sentido de sistematizar seu etnoconhecimento a respeito de técnicas curativas, entre outras formas de conhecimentos nativos, a fim de manter esse conhecimento documentado assim como evitar a "biopirataria", ou seja, a apropriação do saber ambiental dessas comunidades por pesquisadores e instituições inescrupulosas.

Quanto aos aspectos econômicos, a proposta possui como ambição última promover atividades tradicionais que permitam a auto-sustentação dessas comunidades. A curto prazo, tendo em vista um contexto em que tais comunidades ainda não possuem áreas definidas, promover e valorizar a produção de artesanato, assim como ampliar suas possibilidades de comercialização enquanto forma de obtenção de recursos para a compra daqueles itens que não podem ser conseguidos devido à limitação conjuntural para a execução de suas atividades tradicionais.

Na medida do possível apoiar as comunidades no plantio de roças de cultivares tradicionais, através do auxílio na obtenção tanto de ferramentas, quanto de sementes possíveis de serem conseguidas através da negociação entre as comunidades. A manutenção de formas tradicionais de plantio promove também a produção de alimentos através de receitas tradicionais do grupo, cuja importância pode ser compreendida nos significados e nas representações que elas possuem nos diversos âmbitos sócio-culturais. Muitos dos rituais executados por essa etnia só podem se desenvolver a partir de uma dieta baseada nestes alimentos.

A partir do momento em que as comunidades conseguirem áreas garantidas, promover, além das atividades tradicionais já mencionadas, também a caça, a pesca e a coleta. Naquelas áreas em que as condições ambientais forem desfavoráveis ao desenvolvimento dessas práticas, apoiar a introdução de atividades exóticas que sejam as mais apropriadas possíveis às premissas sócio-culturais desta etnia. Os Mbyá possuem grande resistência à criação de grandes animais como vacas e cavalos. Uma atividade exótica que parece ser bem recebida entre eles é a apicultura. Essa atividade além de se constituir numa boa alternativa para a dieta alimentar (afinal o mel também faz parte da dieta tradicional do grupo), também pode produzir excedentes com boa aceitação no mercado. Entretanto, cabe lembrar que a introdução de qualquer atividade exótica deve partir da vontade e interesse da comunidade em questão.

Não propomos aqui nenhuma forma de atuação na área da educação. Entendemos, como já ficou demonstrado em diversos momentos deste trabalho, que intervenções nesta

área não só são desnecessárias, como também têm promovido apenas o agravamento de problemas no âmbito sócio-cultural do grupo.

A educação na cultura Mbyá se dá de uma forma integral, através da sociabilização do indivíduo em todos os contextos de vivência. Uma escola ou um programa de educação formal, por exemplo da língua, ficam completamente destituídos de sentido. O aprendizado da língua se dá conjuntamente com o aprendizado de conhecimentos práticos e abstratos, através da vivência e da participação em rituais onde o indivíduo se inicia no etnoconhecimento e no pensamento do grupo que faz parte. Desta forma, entendemos que a introdução de qualquer atuação neste âmbito deve ser muito bem pensada conjuntamente com a comunidade a ser afetada.

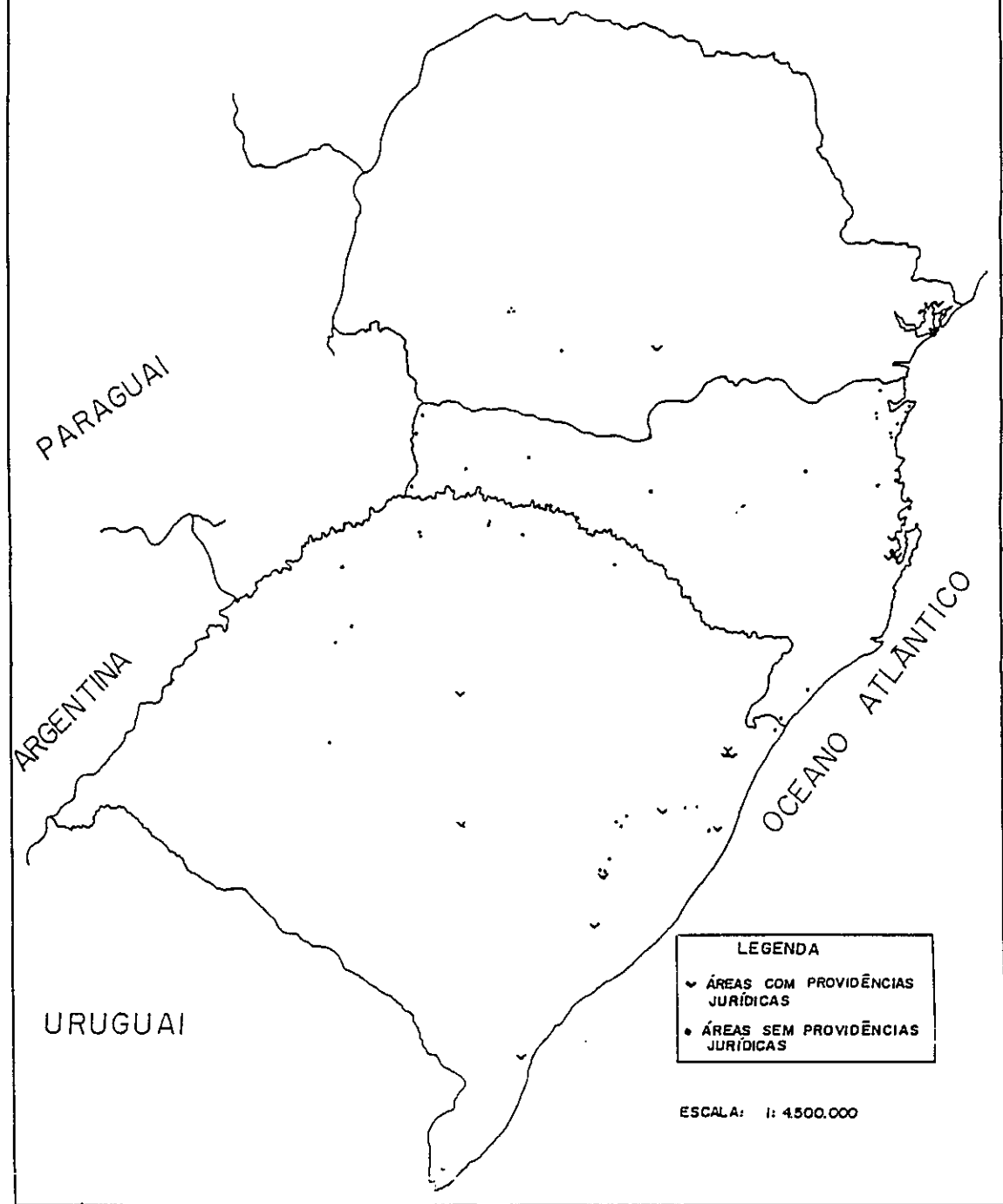
Este levantamento permitiu revelar, entre muitos aspectos, que além das diferenças detectadas entre os subgrupos Guarani, também existem diferenças significativas entre os próprios Mbyá. Portanto, qualquer iniciativa de atuação junto a uma dessas comunidades deve antes de tudo se caracterizar por uma postura relativizadora e de respeito a uma alteridade que provavelmente não estará contemplada, na sua complexidade, em nenhuma publicação a respeito desta etnia.

Por outro lado, os Mbyá-Guarani apresentam também características comuns às demais sociedades indígenas no Brasil. A principal e a que destacamos do início ao fim deste relatório refere-se à importância do direito à terra. Como em todas as etnias indígenas, os Mbyá-Guarani dependem da garantia de espaços com características ambientais mínimas para sua sobrevivência física e cultural. Quaisquer medidas em outros campos (saúde, economia, educação...) serão em vão se esta não estiver assegurada.

ANEXO I

MAPAS

DISTRIBUIÇÃO DAS OCUPAÇÕES MBYÁ NO
BRASIL MERIDIONAL



ANEXO II

TABELAS

Tabela Nº 01.					
RIO GRANDE DO SUL					
	<i>Área/ Ocupação</i>	<i>Localização (Município)</i>	<i>Situação Jurídica</i>	<i>Propriedade das Terras</i>	<i>Extensão (hectares)</i>
01	Ag uapé	Santo Antônio da Patrulha/Cará	Identificada	Área Pública Estadual	500 ha
02	Águas Brancas I	Camaquã/Arambaré	Identificada	Á. Púb. Est.	232 ha
03	Águas Brancas II	Camaquã/Arambaré	Sem Provid.	Acampamento de Beira de Estrada (ABE)	
04	Barra do Ouro	Maquiné/Sto. Antº.Patrulha/ Riozinho	Identificada	Área Pública Estadual	2.885 ha
05	Cacique Doble	Cacique Doble	Sem Provid.	A.I.Kaingang	
06	Cantagalo	Viamão	Identificada	Á. Púb. Municipal	47,2 ha
07	Capivari	Palmares do Sul	Sem Provid.	ABE	
08	Caaró	Caibaté	Sem Provid.	ABE	
09	Cerro Grande	Barra do Ribeiro	Sem Provid.	Privadas	
10	Esquina de Tapes	Tapes	Sem Provid.	ABE	
11	Fazenda Vargas	Palmares do Sul	Identificada	Á. Púb. Est.	33 ha
12	Gamelinha		Sem Provid.	A.I.Kaingang	
13	Guajuvira		Sem Provid.	A.I.Kaingang	
14	Irapuá I	Cachoeira/Çaçapava	Identificada	Privadas	12 ha
15	Irapuá II	Cachoeira Sul/ Çaçapava Sul	Sem providência	ABE	
16	Jaguarizinho	S. Fcº. de Assis	Sem Provid.	ABE	
17	Pacheca	Camaquã	Identificada	Á. Púb. Est.	1.780 ha
18	Passo da Estância	Barra do Ribeiro	Sem Provid.	ABE	
19	Ponte Palmares	Palmares do Sul	Sem Provid.	ABE	
20	Passo Feio	Nonoai	Sem Provid.	A.I. Kaingang	
21	Passo Grande	Barra do Ribeiro	Sem Provid.	ABE	
22	Pimenta	Viamão	Sem Provid.	ABE	
23	Salto do Jacuí	Salto do Jacuí	Identificada	Á. Púb. Est.	238 ha
24	Santa Rosa	Santa Rosa	Sem Provid.	ABE	
25	São João do Sul	Torres	Sem Provid.	ABE	
26	São Miguel	S. Miguel das Missões	Sem Provid.	Á. Púb. Municipal	Aprox. 3 ha
27	Seção Guarani	Planalto	Demarcada	Kaingang	
28	Taim	Rio Grande	Identificada	Privadas	
29	Varzinha	Maquiné/Cará	Identificada	Á.Púb. Est.	250 ha
30	Velhaco	Sentinela do Sul	Sem Provid.	Privadas	Aprox. 5 ha
31	Votouro	S. Valentim/ B. Constant	Demarcada	A. I. Chiripá	741 ha
Total Famílias e População					183/966

Tabela Nº 02

SANTA CATARINA

	<i>Área/ Ocupação</i>	<i>Localização (Município)</i>	<i>Situação Jurídica</i>	<i>Propriedade das Terras</i>	<i>Extensão (hectares)</i>
01	Araranguá	Araranguá	Sem Provid.	ABE	
02	Cambirela	Palhoça	Sem Provid.	ABE	
03	Coqueiros	Araquari	Sem Provid.	Privadas	
04	Corveta	Araquari	Sem Provid.	ABE	
05	Cunhá Porã	Cunhá Porã	Sem Provid.	Privadas	
06	Dionísio Cerqueira	Dionísio Cerqueira	Sem Provid.	Privadas	
07	Espinheiro	Itajaí	Sem Provid.	Privadas	
08	Figueira	S. Fcº. do Sul	Sem Provid.	Privadas	
09	Garuva	Garuva	Sem Provid.	ABE	
10	Gravatá	Navegantes	Sem Provid.	Privadas	
11	Guabiruba	Guabiruba	Sem Provid.	Privadas	
12	Guaraciaba	Guaraciaba	Sem Provid.	Privadas	
13	Ibicaré	Ibicaré	Sem Provid.	ABE	
14	Itaipava	Itajaí	Sem Provid.	ABE	
15	Itapocu	Araquari	Sem Provid.	Privadas	
16	Itoupava	José Boiteux	Sem Provid.	A. I. Xokleng	
17	Limeira	Iguaçu	Sem Provid.	A. I. Kaingang	
18	Linha Becker	Itapiranga	Sem Provid.	Privadas	
19	Massiambu	Palhoça	Identificada	A. I. Mbyá	5,6 ha
20	Mbiguaçu	Biguaçu	Identificada	A. I. Chiripá	42 ha
21	Morro dos Cavalos	Palhoça	Identificada	Parque Nacional	121,8 ha
22	Reta	S. Fcº. do Sul	Sem Provid.	Particulares	
23	Rio Pirai	Joinville	Sem Provid.	ABE	
24	Tapera	S. Fcº. do Sul	Sem Provid.	Particulares	
Total Famílias e População					113/526

Tabela Nº 03

PARANÁ					
	<i>Área/ Ocupação</i>	<i>Localização (Município)</i>	<i>Situação Jurídica</i>	<i>Propriedade das Terras</i>	<i>Extensão (Hectares)</i>
01	Cerco Grande	Guaraqueçaba	Identificada	A. Púb. Municipal	
02	Cotinga	Paranaguá	Homologada	A.I. Mbyá	1.685 ha
03	Lebre	Laranjeiras do Sul/ Quedas do Iguaçu	Sem Provid.	A.I. Kaingang	
04	Morro das Pacas	Guaraqueçaba	Identificada	A. Púb. Federal	
05	Palmeirinha	Chopinzinho	Sem Provid.	A.I. Kaingang	
06	Pinhal	Laranjeiras do Sul/ Quedas do Iguaçu	Sem Provid.	A.I. Kaingang	
07	Rio da Areia	Inácio Martins	Demarcada	A.I. Mbyá	1.280,56 ha
08	Taquara	Laranjeiras do Sul/ Quedas do Iguaçu	Sem Prov.	A.I. Kaingang	
Total Famílias e População					253/1.148

Tabela Nº 04

Situação em que se dá a ocupação	RS			SC			PR		
	Nº de Áreas	Nº de Fam.	Nº de Pessoas	Nº de Áreas	Nº de Fam.	Nº de Pessoas	Nº de Áreas	Nº de Fam.	Nº de Pessoas
Sem Providência	19	132	674	19	47	250	04	208	960
Acampamento de Beira de Estrada	12	45	257	07	14	58	--	--	--
Propriedades Privadas	02	11	55	12	35	197	--	--	--
Terras Públicas	09	48	271	01	13	73	02	21	101
Terras de Outra Etnia	06	81	393	03	46	170	04	208	960
Identificada	10	46	261	02	20	106	01	11	53
Demarcada	--	--	--	--	--	--	01	11	51
Homologada	--	--	--	--	--	--	01	23	84

**LEVANTAMENTO DA SITUAÇÃO DOS MBYÁ-GUARANI NO
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
(1996)**

RELATÓRIO FINAL

**Ivori José Garlet
Valéria S. de Assis**

**Maringá, Brasil
1997**

DIAGNÓSTICO SOBRE A SITUAÇÃO DOS MBYÁ-GUARANI NO RIO GRANDE DO SUL EM 1997.

1. APRESENTAÇÃO

Este relatório diz respeito às atividades desenvolvidas no Rio Grande do Sul, em acordo com o planejamento e as proposições do Projeto **Prácticas de Gestión Mbyá-Guarani**. O conjunto de atividades podem ser agrupadas em três fases elementares e distintas. A primeira corresponde ao trabalho de campo, tendo por meta a observação da situação das comunidades Mbyá, coletando as impressões e registrando-as num relatório preliminar. A segunda fase engloba as atividades de apoio e assessoria implementadas junto às comunidades e às lideranças Mbyá do Estado em questão. A sistematização final dos resultados aferidos e das ações implementadas nas fases precedentes, constitui a terceira fase dentro do referido Projeto.

A execução das atividades nas diferentes fases, além de ocorrerem em tempos distintos, ficou sob a ~~de~~ responsabilidade de pessoas e/ou instituições distintas. Assim, as viagens às áreas ocupadas pelos Mbyá – ocorridas nos meses de julho e agosto de 1996 -- e os registros destas primeiras impressões foram desenvolvidas por Ignacio Kunkel e André Luís Soares. O primeiro é membro do Projeto Mbyá-Guarani (PMG) e há anos desenvolve atividades entre os Mbyá no Rio Grande do Sul. André é acadêmico, com curso de pós-graduação em Arqueologia e mantém contatos esporádicos com os Mbyá. Além das atividades referidas, esta equipe respondeu pela discussão com as lideranças locais quanto a aplicação de recursos com o objetivo de viabilizar atividades de subsistência. Estrategicamente os Mbyá acharam conveniente direcionar os recursos para a elaboração de roças em três assentamentos: Pacheca, Passo Grande e Salto do Jacuí. Em Pacheca, as roças cultivadas, além de subsidiar a economia do grupo, serviram para expandir e caracterizar a posse dos Mbyá sobre outros pontos da área em vias de legalização. Em Passo Grande, mesmo sendo um acampamento de beira de estrada¹, a roça buscou amenizar a situação de fome e miséria deste grupo, como de outros acampados nas proximidades. Quanto ao apoio destinado ao Salto do Jacuí, o mesmo foi utilizado com a perspectiva de amenizar o quadro de carências enfrentado pela comunidade em função da sua transferência e instalação sobre a área, em relação à qual havia sido, há pouco, expedida uma Portaria Demarcatória pela FUNAI, encorajando o deslocamento do grupo.

Na seqüência, as ações desenvolvidas podem ser caracterizadas como essencialmente voltadas ao apoio e assessoria. Neste sentido, a equipe coordenadora do Projeto **Prácticas de Gestión...**, procurou manter o impulso das discussões entre as lideranças Mbyá no sentido de constituírem uma organização, no âmbito estadual, que representasse e convergisse os anseios e as expectativas das diversas comunidades. Tais discussões vinham se processando desde o ano anterior. A evolução das discussões, que culminaram na criação da Organização Mbyá-Guarani (OMG), bem como os encaminhamentos subsequentes, somente foram possíveis na medida em que pessoas e instituições se somaram e praticamente assumiram com os representantes Mbyá a continuidade das ações. Em atividades conjuntas com o Conselho de Missões entre Índios (COMIN) e o Projeto Mbyá-Guarani (PMG), a equipe coordenadora manteve-se não apenas conectada aos acontecimentos no RS, mas participando ativamente dos mesmos.

Ainda em relação às atividades desenvolvidas no Rio Grande do Sul, coube também à equipe coordenadora a sistematização do respectivo relatório, apoiada nos dados e informações fornecidos pela equipe local.

¹ As terras onde foram implantadas as roças foram cedidas por um fazendeiro local.

2. PROCEDIMENTO PARA A COLETA DOS DADOS

A equipe responsável pela execução desta atividade, realizou, no decorrer de pouco mais de um mês, viagens a todos os locais habitados pelos Mbyá dentro do Estado. Ignacio Kunkel, enquanto participante de uma instituição de apoio e assessoria, possuía um bom conhecimento das áreas de atuação e abrangência da instituição a que está vinculado. Geograficamente, as comunidades atendidas pelo PMG situam-se no Centro-Sul do Estado. Já do ponto de vista político-indigenista, a entidade sempre atuou junto às comunidades situadas fora da intervenção indigenista oficial. A FUNAI tem, tradicionalmente, atuado nas áreas localizadas no Centro-Norte do Estado, onde situam-se as áreas destinadas ao povo Kaingang.

No ano anterior (1995), Ignacio havia realizado um censo entre as comunidades localizadas no Centro-Sul, a pedido da Fundação Nacional da Saúde (FNS). A realização do levantamento proposto pelo Projeto *Prácticas de Gestión ...*, significou, portanto, a possibilidade de atualizar os dados daquele censo, bem como incluir os dados referentes às comunidades inseridas no Centro-Norte.

Como resultado final, observa-se a produção de um quadro bastante fiel e próximo à situação vivenciada na atualidade pela população Mbyá no Rio Grande do Sul. Conseqüentemente, os resultados deste levantamento, embora apresentando lacunas, tira os Mbyá das projeções estatísticas, na maioria das vezes tendenciosas, dando-lhes contornos mais fidedignos e palpáveis.

3. ANTECEDENTES HISTÓRICOS DA PRESENÇA MBYÁ NO RIO GRANDE DO SUL

Apesar da importância e da projeção que as reduções jesuíticas exerceram no processo histórico e na formação sócio-política do Rio Grande do Sul, é pouco provável que os Mbyá tenham delas tomado parte.

Instaladas na Província do Tape, correspondente à boa parte do atual Estado do Rio Grande do Sul, tais reduções destinavam-se aos índios Guarani, mas não exclusivamente. A denominação genérica de populações autóctones como Guarani não permite visualizar a ocorrência de grupos étnicos específicos. Caso houvesse estudos consistentes neste sentido, os mesmos nos permitiriam compreender a distribuição geográfica dos diferentes grupos que entra(va)m na classificação de "povos Guarani". Permitira, por outro lado, ver em que medida o contato interétnico foi responsável por mudanças significativas na relação que os diversos grupos Guarani mantinham, ou mantêm, com seus territórios.

A possibilidade de que a concepção de território para os Mbyá sofreu mudanças radicais a partir do contato interétnico é defendida em estudo realizado por GARLET (1997). Baseado na documentação histórica e na história oral do grupo – sem, contudo, esgotá-las e impedir leituras mais abrangentes – o referido estudo levanta a possibilidade de que os Mbyá detinham um território de origem no Paraguai Oriental, onde permaneceram concentrados por um longo período mesmo após a chegada dos colonizadores europeus. Mas foi a partir da pressão do contato interétnico (com colonizadores europeus), sobretudo o avanço gradativo sobre o território original Mbyá, que se desencadeou o processo de saída dos grupos familiares de seu território de origem. Como resposta os Mbyá reelaboram seu conceito de território e suas relações com o mesmo.

O processo de desterritorialização dos Mbyá passa a ter seu auge por volta da metade do século passado. Datam, também desta época, as tentativas mais explícitas de reterritorialização dos Mbyá no Rio Grande do Sul.

Contudo, a inexistência de uma política indigenista eficiente, aliada à conivência do Estado quanto à expropriação e o esbulho do patrimônio indígena, impedem a permanência e o acesso dos

Mbyá aos espaços por eles eleitos. Enquanto lhes foi possível manter um distanciamento geográfico dos colonizadores, realocando-se em espaços que atendessem às demandas sócio-econômicas, o impacto do contato interétnico foi possível de ser amortizado. Contudo, paulatinamente os Mbyá foram sendo empurrados para espaços inadequados e permanecendo encurralados.

No Rio Grande do Sul pode-se comprovar, através de registros escritos e da história oral dos Mbyá, que o estabelecimento de antigos teko'a ocorreu sobre, pelo menos, três regiões bem distintas. A seguir relacionaremos cada uma destas regiões, sintetizando os principais fatos que corroboram a ocupação Mbyá, por um lado, e o processo de expropriação de suas terras por colonos e/ou pelo próprio Estado, por outro.

3.1. REGIÃO NOROESTE

Os informantes Mbyá declaram a formação de vários núcleos residenciais na região compreendida entre o Rio Comandá e o Rio Guarita, ambos afluentes do Rio Uruguai. Possivelmente os diversos núcleos dispersos nesta vasta região constituíssem uma unidade política, religiosa e econômica, ou melhor, um teko'a guasu, pois é feita referência ao Teko'a Ka'aty como sendo a unidade de referência maior, à qual estavam vinculados outros núcleos menores. Segundo os informantes, dentro do atual município de Crissiumal é que teria existido o Teko'a Ka'aty e que o seu estabelecimento ocorreu a partir da segunda metade do século passado, ou, segundo suas palavras, "no tempo da Guerra do Paraguai".

A grande oferta de recursos naturais, certamente, foi um dos principais fatores que levaram os Mbyá a elegerem esta região para nela estabelecerem seus teko'a. Antes da chegada dos colonos, toda a região era coberta por exuberantes matas; havia abundante oferta de caça, pesca e coleta. Os solos favoreciam a implantação das roças. Enfim, a região pode ser classificada como ideal, a partir do ponto de vista da cultura dos Mbyá.

No início do século XX, o Governo do Estado promoveu a colonização da região denominada Grande Santa Rosa, correspondente à grande parte do Noroeste do Rio Grande do Sul. À época o Estado, de alguma forma, antecipou-se a voracidade dos colonos, chegando a demarcar o Toldo Santa Rosa (possivelmente este seja o Teko'a Ka'aty dos Mbyá) e discriminando terras para o Toldo Santo Christo (GONÇALVES, 1912 e 1917). Contudo, esta demonstração de boa vontade inicial não foi acompanhada por decisões que levassem às últimas conseqüências aquelas iniciativas. Pouco tempo depois, as terras que deveriam ter sido asseguradas aos Mbyá, foram apossadas por colonos. As pressões exercidas pelos colonos sobre as famílias indígenas coagiram-nas a abandonar o local como forma de preservar sua integridade física e cultural (SIMONIAM, 1990-93: 122).

3.2. REGIÃO DA DEPRESSÃO CENTRAL

Esta região está inserida no vale do Rio Jacuí. Antes do advento da colonização européia, também esta região era dotada de uma grande riqueza em recursos naturais.

Pelas evidências disponíveis, é provável que a presença Mbyá nesta região esteja vinculada às ocupações que os Chiripá já mantinham desde tempos imemoriais (VENZON, 1990-93 b). Os registros escritos sobre este grupo passam a ser freqüentes a partir de 1910, justamente por conta

dos conflitos que se estabeleceram em função dos interesses de fazendeiros locais sobre a posse indígena. Nessa época (1910), o Governo do Estado executa a demarcação das terras do Toldo Lagoão, situado dentro do município de Soledade.

Provavelmente parte das famílias expulsas do Lagoão desloca-se para o local conhecido como Salto Grande do Jacuí, atual município de Salto do Jacuí. Este local, ao que tudo indica, constituía-se em uma importante referência espacial para os Chiripá, pois há notícias de deslocamentos de grupos familiares do Paraná, mais especificamente da fronteira entre Brasil e Paraguai, para a região do Salto Grande do Jacuí, onde possuíam parentes (GARLET 1994: 4).

Quanto aos Mbyá, os relatos orais apontam para o início da década de 1930 a ocorrência das primeiras incursões pela região. A partir de então a ocupação Mbyá foi se intensificando à proporção que as famílias Nandeva evacuam a área.

Durante a década de 50, a Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE) construiu em Salto do Jacuí a usina hidrelétrica Maia Filho. Durante o período de construção da usina os Mbyá retiraram-se do local. O retorno ocorreu tão logo o local deixou de ser um canteiro de obras. Os Mbyá buscaram ocupar as mesmas terras que dispunham anteriormente, mas a construção da barragem implicou na redução de boa parte do mesmo e, no novo contexto criado e alterado, as terras restantes formavam parte do patrimônio da estatal responsável pela obra.

3.3. REGIÃO SUDESTE

Outro importante acidente geográfico no Estado, em relação ao qual localizavam-se as antigas ocupações Mbyá, é o vale do Rio Camaquã.

Ao que tudo indica, também nesta região os Mbyá se beneficiaram das ocupações Chiripá para estabelecerem seus assentamentos. De acordo com registros de 1911, famílias de índios Guarani (Chiripá) saídas do Toldo do Lagoão se estabeleceram na região do alto vale do Camaquã, nas proximidades dos atuais municípios de Sentinela do Sul e Encruzilhada do Sul (JACQUES [1912] 1979: 236). Provavelmente o deslocamento destas famílias está relacionado à situação de conflito que se estabelecera no Lagoão, conforme acima descrito.

Por outro lado, os informantes Mbyá identificam o Teko'a Mato Castelhana e o Teko'a da Pacheca como as ocupações mais antigas na região. O Teko'a Mato Castelhana, situado próximo aos municípios de Dom Feliciano e Encruzilhada do Sul, foi sendo desintegrado à medida que os colonos foram se apossando das terras ocupadas pelos Mbyá, fato que se consumou na década de 1970. Já o Teko'a da Pacheca, localizado no município de Camaquã, se mantém ocupado até os dias atuais. Esta exceção à regra das ocupações Mbyá no Rio Grande do Sul se deve às características do local, sujeito a inundações periódicas, inviabilizando atividades agropastoris.

4. SITUACÃO ATUAL

A situação atual das comunidades Mbyá no Rio Grande do Sul é consequência de um longo processo de desterritorialização a que foram submetidas. É possível, contudo, estabelecer uma estreita correspondência entre a distribuição geográficas das ocupações atuais com os antigos estabelecimentos, conforme sintetizados acima. Dentro da Região Noroeste, por exemplo, a presença dos Mbyá hoje ocorre ou nas áreas oficialmente demarcadas aos Kaingang, como na Área Indígena Guarita, ou em acampamentos formados às margens das rodovias na região de Santa Rosa. Por outro lado, é muito provável que, com a desmantelamento daqueles antigos teko'a, os grupos tenham buscado espaços alternativos. Um dos prováveis rumos tomados foi em direção às áreas Kaingang situadas no Norte do Estado, como Nonoai e Cacique Doble. Outra

direção seguida pode ter sido para o Oeste, dando origem ao assentamento de Jaguarizinho (São Francisco de Assis) e outros pontos ocupados em anos anteriores na faixa de fronteira do Rio Grande do Sul com a Argentina e o Uruguai.

Nas duas últimas décadas os Mbyá buscaram com afincos fixar-se na Serra do Mar, ao longo da costa atlântica. A justificativa para o crescente interesse por esta região talvez possa estar relacionada ao fato de ser justamente a faixa da Serra do Mar a região com a maior cobertura vegetal contínua no Estado e que se estende para os demais estados onde os Mbyá vem se estabelecendo (Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo).

Também observa-se, no decorrer dos últimos anos, um acelerado crescimento no número de acampamentos em beira de estrada. Tal fenômeno pode ser parcialmente atribuído à intensificação dos deslocamentos de grupos familiares a partir do Paraguai e da Argentina, mas deve-se, basicamente, ao contínuo processo de desterritorialização a que foram submetidos. Sem espaços disponíveis onde assentar-se e viver dentro dos padrões culturais, principalmente no que diz respeito à economia, os grupos têm se estabelecido à beira das estradas, tendo na produção e comercialização do artesanato a atividade de sobrevivência exclusiva.

Contribuiu para o agravamento da situação fundiária dos Mbyá a persistente omissão dos órgãos indigenistas oficiais, tanto por parte do SPI, fundado em 1910, quanto pela FUNAI que, em 1967, se estruturou a partir dele. Não diferente dos outros estados do Sul (Paraná e Santa Catarina), os órgãos públicos nunca contaram com funcionários adequadamente preparados para atender e compreender as especificidades dos Mbyá, principalmente sua concepção de território e as relações que mantêm com o mesmo. Os Mbyá sempre foram vistos como índios inconstantes, nômades e difíceis de tratar. A partir destes paradigmas, foram caracterizados como estrangeiros e não merecedores de espaços específicos. Como conseqüências desta prática, observa-se a formação de assentamentos Mbyá sobre terras pertencentes a outros grupos étnicos, sobre terras públicas, propriedades privadas e os acampamentos em beira de estradas.

Somente na última década é que a FUNAI começou a tomar algumas iniciativas visando prover de terras algumas das comunidades. Mesmo assim, tais iniciativas não têm sido gestos espontâneos do órgão indigenista; decorrem basicamente da articulação dos próprios Mbyá, da pressão de organizações não-governamentais e de denúncias veiculadas pela imprensa.

A contínua desterritorialização provocou grandes impactos sobre os diversos aspectos culturais. Do ponto de vista econômico, observa-se um retraimento das atividades agrícolas em favor da projeção das atividades ligadas à produção e comercialização de artesanato. Quanto à organização social, a tendência nos últimos anos aponta para um fracionamento cada vez mais acentuado dos grupos; os espaços disponíveis nem sempre favorecem à manutenção de estruturas sociais mais abrangentes, que ultrapassem os vínculos das famílias extensas.

4.1. DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA E DIAGNÓSTICO DAS OCUPAÇÕES

Neste tópico trataremos de relacionar cada ocupação Mbyá atual, transcrevendo as informações levantadas pela equipe durante seu trabalho de campo. Ao mesmo tempo procuraremos agregar outros dados, buscando dar uma visão a mais completa possível da situação de cada área em particular.

As ocupações foram classificadas e agrupadas de acordo com a situação jurídica em que se encontravam na ocasião do levantamento.

4.2. ÁREAS IDENTIFICADAS

São consideradas identificadas as áreas sobre as quais a FUNAI, através de Portaria publicada no Diário Oficial da União (DOU), constituiu e designou um Grupo de Trabalho (GT) cuja finalidade é apresentar uma proposta visando legitimar os direitos possessórios de determinada comunidade indígena. Tal proposta é sustentada, basicamente, a partir da delimitação física da área e de laudo antropológico justificando a ocupação indígena e a necessidade de assegurá-la legalmente como garantia à preservação física e cultural do grupo étnico em questão. Consiste no primeiro procedimento oficial no sentido de reconhecer a posse e os direitos indígenas.

No ano de 1993 o Ministério da Justiça, ao qual está subordinada a FUNAI, determinou a formação de dois Grupos de Trabalhos (GT), objetivando a identificação de algumas áreas Mbyá no Rio Grande do Sul. O primeiro destes grupos ficou responsável pela identificação de 04 áreas (Barra do Ouro, Capivari, Varzinha e Cantagalo). O segundo, por 05 áreas (Pacheca, Águas Brancas, Taim, Irapuá e Salto do Jacuí). Ambos os grupos constituídos, conforme determinação dos Ministério da Justiça, executaram todas as viagens e trabalhos de campo necessários ao embasamento das propostas identificatórias. Por razões até hoje desconhecidas, a antropóloga designada para coordenar as atividades do primeiro GT, e elaborar os relatórios finais e os respectivos laudos antropológicos das áreas sob sua responsabilidade, não concluiu os trabalhos e os processos encontram-se estagnados. Conseqüentemente são grandes os prejuízos para os grupos Mbyá que necessitam de soluções urgentes em relação à situação fundiária das áreas em questão.

Portanto, ao se considerar o número de áreas identificadas, o bom senso aconselha fazê-lo com uma certa cautela, contando com a possibilidade de que os processos relacionados às áreas de responsabilidade do primeiro GT poderão ficar sem uma continuidade, e as áreas não serão consideradas identificadas. Ou haverá necessidade de instituir um novo GT para complementar e concluir os trabalhos do anterior.

Por outro lado, a maioria das áreas identificadas pelo segundo grupos já contam com Portaria Demarcatória expedida e publicada no Diário Oficial da União. Mas nenhuma das Portarias Demarcatórias foi, até o momento, executada pela Administração Regional da FUNAI (com sede em Passo Fundo). O motivo alegado é a falta de recursos financeiros para realizar as demarcações. Estas áreas, portanto, ainda não podem ser consideradas oficialmente demarcadas, uma vez o rito final do processo demarcatório não foi ainda cumprido.

A seguir serão relacionadas as áreas que já foram objeto de identificação.

4.2.1. BARRA DO OURO

Esta área abrange terras situadas nos municípios de Maquiné, Riozinho, Rolante e Santo Antônio da Patrulha (mapa 01, ponto 2 anexo I). Está inserida dentro do complexo da Serra do Mar, praticamente no seu extremo sul. A mata é exuberante e característica da Mata Atlântica.

Na metade do presente século, o Governo do Estado do Rio Grande do Sul tentou promover a colonização sobre as terras correspondentes à atual área indígena. Contudo, o projeto malogrou em função do clima adverso, das características topográficas e geológicas peculiares (terrenos acidentados e terras não muito favoráveis ao desenvolvimento da agropecuária), somados à falta de infra-estruturas, como estradas, créditos para aquisição de ferramentas e sementes. Na ocasião, as terras chegaram a ser loteadas e várias famílias assentadas. Mas a permanência dos colonos foi curta.

Como os colonos não pagaram os impostos e as prestações referentes ao financiamento das terras, as mesmas permaneceram ao domínio do Estado.

Mesmo sendo propriedade pública, nas décadas de 60 e 70 diversas madeireiras revezaram-se na exploração do potencial madeireiro, esgotando-o.

Na década de 70 (1975), um grupo de famílias Mbyá que se encontrava acampado à beira de estradas dentro do município de Osório, negocia com o Governo do Estado o acesso às terras públicas da Barra do Ouro. Desde então, a área sempre se manteve ocupada e vários grupos familiares já residiram no local.

Contudo, apesar do Estado permitir que os Mbyá ocupassem as terras, não tomou nenhuma medida concreta visando de formalizar e respaldar permanência das famílias indígenas.

Paralelamente, as terras em questão foram objeto de negociatas excusas. Em alguns destes atos ilícitos participaram políticos que, através da proximidade e influência sobre autoridades públicas, tentaram beneficiar-se ou favorecer apadrinhados.

De forma que a presença dos Mbyá sobre as terras nunca foram pacíficas. O quadro agravou-se a partir da metade da década passada, quando a Companhia Zaffari de Supermercados, justificando a aquisição de direitos de posse, passou a intimidar os índios para que abandonassem as terras. Diante da decisão dos Mbyá em permanecer no local, as intimidações deram lugar ao confronto aberto e à ameaça à integridade física dos índios, que passaram a ter suas casas queimadas e a receberem ameaças de funcionários armados.

Este clima tenso acabou pressionando a FUNAI a tomar medidas no sentido de assegurar terras para os Mbyá. Em 1985 foi executada a identificação sobre 1.026 ha. Em 1988 foi emitida uma Portaria de Interdição, garantindo o usufruto exclusivo à comunidade indígena sobre a área identificada. A comunidade, que na verdade só conseguiu dispor da área interditada em fins de 1992, entendeu que a proposta de identificação não havia contemplado a totalidade de terras que ocupara em outras épocas. Atendendo à pressão e ao apelo dos Mbyá, a FUNAI, em 1993, constituiu um novo GT para reavaliar a proposta e adequá-la às expectativas da comunidade indígena. Entretanto, a nova proposta não chegou, até o momento, a ser concluída e formalizada, pois ainda não foram elaborados o relatório final e o laudo antropológico.

Buscando resolver o problema a partir de iniciativas próprias, mas respaldados legalmente, em 1995 os Mbyá decidiram realizar a auto-demarcação da área, isto é, fixar os limites das terras que reivindicam (um total de 2.820 ha). Porém, a FUNAI não reconheceu como legal a iniciativa dos Mbyá. Por outro lado, a Companhia Zaffari de Supermercados vem realizando diversas investidas na esfera judicial com o objetivo de impedir a continuidade dos Mbyá sobre as terras que pretende se apossar.

No momento do levantamento 58 pessoas residiam na área, distribuídas em 9 famílias. Comparando com os dados recolhidos no ano anterior, observa-se que houve uma significativa redução populacional. Esta tendência vem se mantendo desde que os conflitos pela posse das terras têm se acirrado.

A liderança política é exercida por Avelino Gimenez. A distribuição das residências dentro da área, hoje, obedece antes a critérios estratégicos – de vigia e controle das terras contra possíveis invasões – do que a critérios da organização social e espacial tradicional. A sede da aldeia situa-se no local denominado Campo Molhado, onde mora Avelino Gimenez, seus cunhados, genro e onde encontra-se a casa ritual (*opy*). O grupo que se encontra hoje em Barra do Ouro pode ser dividido em duas famílias extensas, unidas por relações de parentesco.

Do ponto de vista econômico, o grupo consegue desenvolver e articular-se em torno de várias atividades. Cultivam roças tradicionais, sendo que as condições do solo privilegiam o cultivo de milho e feijão. A produção está voltada exclusivamente ao consumo doméstico. A oferta de caça não é abundante e limita-se a algumas poucas espécies, como o tatu, o coati, a cutia. Existe na área um açude que possibilita a pesca, mas como os Mbyá exercem esta atividade há vários anos, seria necessário o seu repovoamento. Esta atividade poderia ser expandida, uma vez que há como ampliar o açude existente ou construir outros.

Nos últimos tempos, ou melhor, desde que a FUNAI designou um funcionário para acompanhar a comunidade, os Mbyá vêm colhendo erva-mate, nativa e abundante na região, e

vendendo-a às beneficiadoras. Tal atividade possibilita o ingresso de recursos, destinados a suprir parcialmente as necessidades do período de entressafra. O pinhão, fruto da *Araucaria augustifolia* é outra possibilidade de coleta de que dispõem os Mbyá, destinada ao consumo e à venda.

A área é coberta em, aproximadamente, 95% de matas nativas. Existe boa oferta de matéria-prima para construção das casas e para a confecção de artesanato. Este é comercializado, durante o verão, nas praias próximas (Capão da Canoa, Capão Novo, Tramandaí), e o ano todo em Porto Alegre.

No período de entressafra, que coincide com o inverno, é comum os Mbyá deslocarem-se aos núcleos coloniais próximos (Pinheiro, Fagundes, Gruta) para trabalharem para os colonos. Esta atividade já foi muito mais intensa há alguns anos atrás, quando as crises envolvendo a posse das terras eram mais agudas. Também têm contribuído para uma maior permanência dos Mbyá na área as intervenções realizadas pela FUNAI, no sentido de que os Mbyá tenham recursos para o plantio e possam explorar a erva-mate.

Um aspecto em relação ao qual a comunidade ainda encontra grandes dificuldades é o relacionado ao atendimento em saúde. Contribui para a o seu agravamento tanto a dificuldade de acesso aos locais onde é possível buscar ajuda, como os esquemas formais e burocratizados que caracterizam os serviços públicos. O funcionário da FUNAI esforça-se para facilitar o atendimento, mas nem sempre conta com condições (medicamentos, combustível, dinheiro para as passagens) adequadas para fazê-lo.

4.2.2. VARZINHA (Teko'a Ka'aguy Pa'ü)

Esta área constitui-se em uma extensão da Barra do Ouro, limitando com ela em seu extremo noroeste. Diferenciam-se, basicamente, quanto à localização geográfica; enquanto Barra do Ouro situa-se sobre o platô da Serra Geral, Varzinha está em sua encosta. Os municípios de Maquiné e Cará abrigam as terras que compõem esta área (mapa 01, ponto 9, anexo I).

A população da área é de 33 pessoas, todas de alguma forma vinculadas à família de Mário Brissuela (Perumi). Este é dirigente religioso do grupo e uma das principais "autoridades" Mbyá no Rio Grande do Sul. Mantém casa de reza (opy), sendo um dos dirigentes mais tradicionais. O representante político é Cláudio Brissuela, filho de Perumi.

As terras onde está inserida a área indígena também foram, em décadas passadas, objeto de colonização por parte do Governo do Estado. Tal como em Barra do Ouro, o projeto fracassou e as terras continuaram pertencentes ao domínio público. No início da década de 1970 algumas famílias Mbyá residiram temporariamente no local. O retorno definitivo à área ocorreu em 1993, quando o GT que procedia a identificação de Barra do Ouro, ao certificar-se que as terras eram do Estado, deu proteção à família de Perumi para se estabelecer nas terras, além de proceder à identificação da área.

O GT instituído em 1993 e ao qual coube proceder à identificação de Varzinha, anexou aos 250 ha iniciais, correspondentes a esta área, outros 500 ha também caracterizados como terras devolutas, isto é, terras de domínio público estadual, conformando, a título de procedimento jurídico, uma mesma área indígena.

Os solos não são muito favoráveis à agricultura. Os Mbyá dizem que os resultados dos plantios do milho são desanimadores e que mal conseguem colher o suficiente para preservar as sementes das espécies tradicionais. Em contrapartida, as áreas cultivadas por dois ou mais anos consecutivos dão resultados satisfatórios na produção de mandioca e batata-doce. De qualquer forma, as atividades agrícolas estão longe de representar o principal meio de subsistência econômica do grupo.

A possibilidade de caça é mínima, restringindo-se a eventuais capturas de tatus. Tampouco é praticável a pesca.

Em relação à coleta, esta área não conta com os mesmos privilégios que a de Barra do Ouro. Não se observa a ocorrência nem do pinheiro, exceto alguns poucos exemplares, nem da erva-mate. Por outro lado, os Mbyá da Varzinha contam com a possibilidade de vender, para regionais, as folhas de samambaia (*amambái*), planta abundante na região e cuja exploração não leva ao esgotamento das fontes. Apesar de ser um trabalho árduo e de baixa rentabilidade, os Mbyá recorrem a ele sempre que não conseguem escoar e vender a produção de artesanato. Esta, pode-se dizer, é a principal atividade econômica da comunidade. As peças, produzidas na aldeia, são comercializadas nos municípios próximos (Gramandaí, Capão da Canoa, Capão Novo, Osório) ou em Porto Alegre.

Existe também a alternativa de trabalhar para os colonos da região, mas os Mbyá a ela recorrem somente em casos extremos.

Esta comunidade não conta com um apoio satisfatório da FUNAI, cujo funcionário, eventualmente, circula pela área.

Quanto ao atendimento médico, ao necessitá-lo os Mbyá devem deslocar-se aos postos de saúde de Maquiné ou Capão da Canoa, ou dirigirem-se a Porto Alegre. As doenças mais freqüentes são a pneumonia, sarampo, doenças de pele, verminose e tuberculose. É preocupante o grau de desnutrição, sobretudo das crianças e idosos.

4.2.3. AGUAPÉ

Do ponto de vista jurídico esta área foi identificada não como área independente, mas incorporada ao mesmo processo da área da Varzinha. Fisicamente são separadas apenas por um pequeno curso de água (Sanga das Domingas). As terras estão situadas nos municípios de Santo Antônio da Patrulha e Cará (mapa 01, ponto 1, anexo I).

As terras fazem parte da área de terras públicas que o Estado mantém na região. Também foram colonizadas em décadas passadas, mas abandonadas por não serem muito adequadas à agricultura e pela falta de incentivo do Governo do Estado.

As áreas de Barra do Ouro e Varzinha e Aguapé formam, na verdade, uma única unidade, pois estão conectadas entre si. Contudo, até o momento aos núcleos Mbyá situados em Varzinha e Aguapé – apesar de manterem ativas diversas dinâmicas sociais – formam unidades políticas, religiosas e econômicas independentes. Cada núcleo mantém e maneja seus espaços de roças e de captação de recursos dentro dos respectivos limites físicos entre as áreas.

Os Mbyá instalaram-se nesta área a partir de 1994. Várias famílias, saídas de assentamentos sobre áreas Kaingang no Rio Grande do Sul (Gamelinha) e Santa Catarina (Limeira) e que estavam acampadas em beiras de estradas, foram incentivadas pela FUNAI a transferirem-se para as terras do Aguapé. A população chegou a ser superior a 100 indivíduos. Porém, as condições pouco favoráveis à agricultura, a pouca disponibilidade de recursos naturais e as divergências internas entre as famílias Mbyá, motivaram as saídas do local. Por ocasião do levantamento apenas 02 famílias nucleares continuavam sobre a área, contando com 12 membros.

Em termos gerais, a situação, as dificuldades e problemas desta área são os mesmos descritos para a Área da Varzinha.

4.2.4. CANTAGALO (Teko'a Jatai)

Localizada no município de Viamão e aproximadamente 50 km da capital do Estado, Porto Alegre (mapa 01, ponto 3, anexo I). Desde 1972 têm-se notícias da presença dos Mbyá sobre esta área. Mas a ocupação efetiva e ininterrupta se dá desde 1985. No ano seguinte, 1986, a Prefeitura

Municipal de Viamão, num ato inédito no país, desapropriou as terras – que constituíam propriedade particular – para fins de utilidade pública e doou-as aos Mbyá.

A extensão da área é de 47, 2 ha. Durante o levantamento foi constatada a presença de 84 pessoas. Em anos anteriores a população sempre foi superior a este número, chegando a 120 pessoas. A alta concentração populacional está intimamente relacionada ao fato de que a situação jurídica das terras possibilita uma certa margem de segurança à permanência das famílias.

Por ocasião da formação de Grupos de Trabalho, em 1993, para a realização de identificação de terras Mbyá no Estado, a comunidade de Cantagalo solicitou a inclusão da área no programa de atividades, tentando assegurar sua ampliação. A proposta sugerida pelo GT foi de que a área fosse ampliada para 250 ha. Contudo, tal proposta ainda não tem respaldo e reconhecimento oficiais, uma vez que tanto o relatório final e o laudo antropológico não foram concluídos e apresentados ao Departamento de Assuntos Fundiários da FUNAI em Brasília.

A ampliação, caso venha a ser concretizada, permitirá aos Mbyá contarem com outras áreas de plantio. A área atual já não permite mais a abertura de novas roças segundo a dinâmica tradicional. As roças atuais vem sendo cultivadas por vários anos, razão pela qual o potencial dos solos encontra-se em seu limite.

Apesar da área contar com, aproximadamente, 40% da cobertura vegetal original, os recursos já foram praticamente esgotados. Atividades essenciais, como caça, pesca e coleta são impraticáveis. Nos últimos anos os Mbyá tem encontrado dificuldades para contar com matéria-prima para a construção das casas tradicionais, principalmente para a cobertura, passando a adotar materiais importados, como lona plástica e telhas.

Também para a produção do artesanato os Mbyá já não encontram matéria-prima disponível, tendo que adquiri-la, mediante compra, na vizinhança. Outra alternativa é a saída temporária da área, acampando próximo às fontes de oferta do material necessário à atividade. É freqüente o deslocamento de famílias radicadas em Cantagalo para acampamentos de beira de estrada, buscando na produção e comercialização do artesanato, suprir parte das deficiências do local.

A soma destes fatores faz de Cantagalo uma das áreas mais miseráveis no Estado. Como resultado desta situação precária, é comum ver-se grupos de mulheres e crianças apelando para a mendicância nos grandes centros urbanos, principalmente em Porto Alegre.

A proximidade de Cantagalo aos centros urbanos, por outro lado, tem transformado a área num alvo para onde convergem uma gama de ações de caráter meramente assistencialista que, em vez de tratar a questão dentro de um contexto mais amplo da situação Mbyá, buscando formas de modificá-la, acabam por consolidá-la. Tais ações levam os Mbyá à resignarem-se com sua situação de miséria e ver nela uma forma de sensibilizar pessoas e instituições, recebendo em troca esmolas que mitigam as necessidades imediatas mas não apontam para perspectivas de revertê-las a médio e longo prazos.

4.2.5. FAZENDA VARGAS

Outra área identificada pelo GT de 1993 e que não foi reconhecida pelos motivos anteriormente especificados. Localiza-se no município de Palmares do Sul, entre a Lagoa da Lavagem e a Lagoa da Porteira (mapa 01, ponto 5, anexo I):

As terras identificadas pertencem ao Instituto Riograndense do Arroz (IRGA), uma estatal que desenvolve pesquisas genéticas visando o aprimoramento de variedades deste cereal.

Os Mbyá não se encontram assentados sobre as terras identificadas. Várias famílias permanecem acampadas em Capivari, Palmares e Pimenta, aguardando uma decisão oficial para terem acesso à área.

4.2.6. PACHECA

Conforme já referimos no tópico referente aos antecedentes históricos da presença Mbyá no Rio Grande do Sul, é uma das áreas onde a ocupação se caracteriza por sua antigüidade, a ponto de poder defini-la como área tradicional.

Está situada no município de Camaquã, próximo ao local onde o Rio Camaquã desemboca na Lagoa dos Patos (mapa 02, ponto 4, anexo I). A distância entre a sede do município e a aldeia é de, aproximadamente, 50 Km.

A margem esquerda do Rio Camaquã, imediatamente próximo à sua confluência com a Lagoa dos Patos, ficou preservada da ação colonizadora uma extensa área. A suscetibilidade às inundações periódicas foi uma das variantes básicas que contribuiu para refrear os interesses e as ações sobre a área. Como estas terras nunca foram alienadas pelo estado, constituem terras públicas. Ao longo do tempo em que estão na região os Mbyá se beneficiaram dos recursos naturais nela disponíveis. Contudo, à medida que os plantadores de arroz foram tendo acesso a novos maquinários e a novas tecnologias, que permitiram estender suas lavouras sobre a área preservada, aumentou a cobiça sobre tais espaços, a depredação e os conflitos. O Estado, na metade da década de 1970 chegou a cogitar na possibilidade de transformar as terras públicas em Parque Estadual, tendo, inclusive emitido um decreto neste sentido. Mas devido a pressão dos arroteiros e articulação que teceram com políticos locais, o proposta do Parque não chegou a sair do papel.

Os Mbyá, ainda que em período de estiagem ocupassem as partes baixas com acampamentos temporários de caça e pesca e construíssem roças, sempre mantiveram a sede da aldeia numa porção mais elevada do terreno, ao abrigo das enchentes. Acontece que justamente o local em que localizam-se as residências e as áreas de roças permanentes, constam como propriedade particular. As relações entre os Mbyá e o fazendeiro sempre foram cordiais, apesar de terem suas roças frequentemente destruídas pelo gado do proprietário.

Apesar do longo tempo em que os Mbyá encontram-se no local, somente em 1993 a FUNAI tomou medidas concretas visando dar proteção legal à posse e ocupação indígena. Naquela ocasião a área foi identificada e o processo foi encaminhado à Brasília. A proposta recomenda a demarcação de 1.780 ha. Em 1995 foi emitida Portaria Demarcatória, mas até o momento a mesma não foi executada mediante justificativa da FUNAI de que não dispõe de recursos para cumprir com as determinação nela fixadas.

Durante o levantamento a população local era de 27 pessoas. Formam uma única família extensa subdividida em 5 famílias nucleares. A liderança política é exercida por Félix Brissuela. Seu irmão, Alberto, desempenha as funções de líder religioso. Em épocas pretéritas, a aldeia da Pacheca chegou a ser habitada por mais de 120 pessoas. Esta variação numérica esta relacionada ao carisma, prestígio e possibilidade de tecer alianças da liderança estabelecida no local.

O complexo ambiental formado por lagoas, banhados e matas ciliares dispostos dentro do Delta do Camaquã e sobre o qual está inserida a área indígena, possibilitam que os Mbyá executem diversas atividades tradicionais, como caça, pesca e coleta. Contudo, o conjunto destas atividades não possibilitam que a comunidade sobreviva a partir delas. Buscam complementá-las através do cultivo de roças e da produção de artesanato. As qualidades e características do solo, acentuadamente arenoso e fertilidade reduzida, não propiciam boas colheitas. Pequenas estiagens (15 a 20) podem levar à frustração das safras. Mas nos anos que chove regularmente, os Mbyá conseguem boas colheitas. Plantam milho, das variedades tradicionais, feijão, melancia, abóbora, mandioca, batata-doce e amendoim.

Os Mbyá aguardam a demarcação de suas terras para poderem expandir suas áreas de cultivo, utilizando áreas novas, sobre as quais ainda não foram abertas roças. Então necessitarão de um apoio externo mais sistemático e eficiente, a fim de poderem adquirir ferramentas e sementes.

O artesanato é produzido na aldeia e é vendido nas cidades próximas (Camaquã, Dom Feliciano, Cristal) ou em Porto Alegre. Eventualmente as famílias se deslocam até a BR 116, onde acampam para comercializar sua produção de artesanato.

Em relação ao atendimento de saúde, os Mbyá da Pacheca, a exemplo da maioria das comunidades, tomam as primeiras providências seguindo as prescrições tradicionais, tratando o paciente na *opy*, através de práticas xamanísticas, rituais e intervenções fitoterápicas. Somente em casos extremos, ou quando de antemão sabem tratar-se de "doença de branco", contra a qual suas práticas se mostram pouco eficientes é que recorrem à medicina ocidental. Nestes casos, procuram atendimento nos postos de saúde ou hospitais nas cidades próximas ou dirigem-se a Porto Alegre.

4.2.7. ÁGUAS BRANCAS I

Localizada nos municípios de Camaquã e Arambaré, às margens da BR 116 e do Arroio Velhaco (mapa 02, ponto 1, anexo I).

A área foi identificada em 1993, tendo, a proposta de 232 ha, sido aprovada pelo Departamento de Assuntos Fundiários da FUNAI em Brasília. Em 1995 foi expedida Portaria Demarcatória destinando as terras para o assentamento de famílias Mbyá. Como a Administração Regional do órgão oficial não tomou providências imediatas para executar a Portaria Demarcatória, por falta de recursos, segundo justificativas prestadas, um grupo de colonos ligados ao Movimento Sem-Terra ocupou a área.

Na verdade, estes 232 ha fazem parte de uma área maior e que o Banco do Estado do Rio Grande do Sul (BANRISUL) havia recebido como hipoteca a empréstimos feitos a um grande latifundiário e plantador de arroz da região. Na mesma época da identificação da área, o Governo do Estado indicou a área pertencente ao BANRISUL para fins de reforma agrária. Como a FUNAI não entrou em tratativas com o Governo do Estado e o Movimento Sem-Terra, cientizando-os que havia encaminhamentos oficiais objetivando destinar uma fração da referida propriedade aos indígenas, os colonos, ao realizarem o assentamento, ocuparam-na integralmente.

De forma que os Mbyá nunca chegaram a ocupar efetivamente esta área, nem antes da identificação, porque não contavam com respaldo legal para fazê-lo, nem mesmo após terem nas mãos um documento da envergadura de uma Portaria Demarcatória.

Os Mbyá sempre mantiveram – e continuam mantendo – acampamentos nas proximidades da área de Águas Brancas. Mas provavelmente não haja mais possibilidade de retomar o processo de garantia destas terras para exclusivamente para os Mbyá.

4.2.8. TAIM

Uma família extensa, chefiada por Horácio Lopes, proveniente do Paraguai, instalou-se, em maio de 1990, próximo à Estação Ecológica do Taim, no município de Rio Grande, no extremo sul do Estado (mapa 03, anexo I).

O administrador da Estação Ecológica intermediou a permanência do grupo sobre uma pequena faixa de terras pertencentes a um fazendeiro local. Nestas terras Horácio instalou suas residências, construiu casa de reza, cercando-as com roças de milho, batata-doce e aipim. A grande oferta de caça e pesca, aliada à produção e venda de artesanato, possibilitavam uma economia equilibrada e nos moldes tradicionais.

Nestas circunstâncias Horácio permaneceu por mais de quatro anos sobre as terras emprestadas. Mas o proprietário das terras, temeroso que os Mbyá movem processo de usucapião, exigiu que partissem antes de completar os cinco anos de ocupação.

Um dos GT, constituídos em 1993, realizou a identificação de terras para os Mbyá no Taim. Diante da impossibilidade de justificar uma ocupação tradicional e simplesmente desapropriar as terras ocupadas pelos Mbyá, a proposta do GT foi no sentido de aquisição, mediante compra, de uma área de 12 ha.

A morosidade burocrática, portanto, não permitiu um resultado favorável aos Mbyá enquanto os mesmos permaneceram no Taim. Com a partida de Horácio e família dificilmente o processo receberá alguma atenção, sob a alegação de que não há presença indígena no local, não havendo, portanto, necessidade de se demarcar terras. Além disso, no Brasil há posturas extremamente contrárias à compra de terras para transformá-las em áreas indígenas. E o mais incrível é que esta postura é assumida por organizações não-governamentais.

4.2.9. IRAPUÁ I

Nos limites dos municípios de Cachoeira do Sul e Caçapava do Sul, e onde a BR 290 corta o Rio Irapuá, um afluente do Rio Jacuí, ocorrem acampamentos Mbyá há, pelo menos, três décadas (mapa 02, ponto 3, anexo I).

Embora tenham sistematicamente acampado às margens da referida rodovia federal, os Mbyá freqüentam a região em função da razoável oferta de recursos naturais, que permitem a caça, a pesca, a coleta e a existência de abundante matéria-prima para confecção de artesanato. São basicamente estas as atividades econômicas de sustentação dos grupos que se estabelecem no Irapuá. Somente em raras ocasiões realizam trabalhos para os fazendeiros da região.

Diante da preferência dos Mbyá pela região, a FUNAI incluiu Irapuá no cronograma de identificações de 1993. Tal como ocorreu no Taim, também no Irapuá a proposta prevê a criação de uma área indígena a partir da compra de 12 ha terras de um fazendeiro local.

Na seqüência, discutindo a proposta com a FUNAI e ONGs que prestam assessoria e apoio, os Mbyá chegaram à conclusão de que os 12 ha não atendem suas reais necessidades e as demandas culturais. Sugeriram um reestudo da proposta inicial, reivindicando uma ampliação da área. A FUNAI manifestou-se favorável às sugestões dos Mbyá e encaminhou-as à Brasília sugerindo a formação de novo GT e solicitando a reavaliação da área de Irapuá.

Observa-se, contudo, que os Mbyá permanecem acampados à beira da estrada, aguardando o resultado dos encaminhamentos oficiais.

4.2.10. SALTO GRANDE DO JACUÍ

Situada no município de Salto do Jacuí, na região central do Estado (mapa 05, ponto 5, anexo I). Anteriormente já nos referimos sobre a importância histórica e cultural deste região, particularmente a área de Salto do Jacuí, para os Mbyá.

Outra das áreas identificadas em 1993. A proposta identificatória contemplou uma extensão de 238 ha de terras para os Mbyá. A mesma foi aceita e já foi expedida Portaria Demarcatória sem, contudo, que esta tenha sido executada.

A população da área é de 13 pessoas. Trata-se da família de Juancito Oliveira que, até recentemente, estava acampada no Irapuá. Juancito é a liderança, política e religiosa, de maior expressão e reconhecimento entre os Mbyá no Rio Grande do Sul. Além de uma vasta parentela, consegue, pelo prestígio e carisma, estabelecer alianças com vários grupos familiares. Tudo indica que o número de habitantes deve subir no futuro próximo. Parte de sua família encontra-se na Lomba do Pinheiro, periferia de Porto Alegre, onde o Projeto Mbyá-Guarani mantém uma casa de trânsito para os Mbyá que necessitam atendimento e tratamento médicos.

A área, apesar de não ser muito extensa e ter sofrido, durante a construção da usina hidrelétrica, severas intervenções no equilíbrio ambiental, como desmatamento e introdução de florestas de eucaliptos, é uma das melhores que os Mbyá dispõem no momento. As terras são muito propícias para a agricultura. O entorno da área indígena não sofreu um intenso processo de devastação, a exemplo do que ocorreu em praticamente todo o Estado. Há possibilidades de exercer atividades de caça, mas é a oferta de pesca que é abundante.

Paralelamente a estas atividades, os Mbyá dedicam-se à produção de artesanato para a venda. Mas a distância dos centros urbanos faz com que sua projeção na economia do grupo seja pouco significativa.

Como o grupo está se instalando no local, há graves problemas relacionados à alimentação. Os Mbyá sugeriram, também, que estão com dificuldades para começar a implantar suas roças, uma vez que não dispõem de ferramentas e sementes, principalmente de feijão. A equipe que realizou o levantamento destinou uma pequena de recursos do Projeto **Prácticas de Gestión** ...no auxílio a esta comunidade, entendendo ser estratégico e importante a presença dos Mbyá no local, principalmente tendo em vista os desdobramentos burocráticos e políticos relacionados à situação jurídica das terras.

4.3. ÁREAS SEM PROVIDÊNCIAS JURÍDICAS

Incluimos nesta caracterização as ocupações que não foram objeto de nenhum encaminhamento oficial específico e com o objetivo de prover de garantia legal a posse e a permanência dos Mbyá sobre as terras em que se encontram.

Entendemos que é possível proceder a uma subclassificação das ocupações sem providência jurídicas, colocando como critério fundamental a situação legal das terras em que ocorrem as ocupações. Partindo, portanto, da premissa de que os Mbyá não detêm garantia e proteção legal das terras sobre as quais estão assentados, é possível ver que tais terras ou pertencem a outros grupos étnicos (Kaingang e Chiripá), ou são propriedades particulares, terras públicas, ou, ainda, são áreas de servidão ao longo das rodovias (estaduais e federais).

4.3.1. ACAMPAMENTOS DE BEIRA DE ESTRADA

Classificamos como acampamentos de beira de estrada as ocupações temporárias que, excepcionalmente podem tornar-se de longo prazo, são levantados sobre a área de servidão situada às margens das vias públicas.

Tais acampamentos apresentam diferenças significativas dos demais tipos de assentamentos. Seja do ponto de vista econômico, pois os grupos nestas circunstâncias têm sua sobrevivência precariamente garantida a partir da produção e comercialização do artesanato. Seja do ponto de vista arquitetônico, uma vez que os abrigos são providenciados a partir de materiais diversos, inclusive a partir da reciclagem de lonas plásticas, tábuas, chapas de zinco etc. Seja ainda do ponto de vista das normas tradicionais, que são afrouxadas quando nestas situações, sendo freqüente o consumo de bebidas alcoólicas.

A proliferação de acampamentos em beira de estradas nas últimas décadas está diretamente relacionado ao contínuo processo de supressão territorial por que passaram os Mbyá. E representam iniciativas desesperadoras no sentido de encontrar alternativas de sobrevivência à medida que já não podem contar com condições minimamente satisfatórias e básicas, como espaços adequados ao desenvolvimento da agricultura e o exercício de outras atividades tradicionais, como caça, pesca e coleta.

A situação de saúde das famílias acampadas é simplesmente deplorável, ao mesmo tempo que preocupante. Estão praticamente abandonadas à própria sorte. Raros são os grupos que podem contar com algum apoio externo, de instituições governamentais ou de ONGs, no sentido de minimizar a situação. Os demais, diante da incidência de doenças, procuram contornar os problemas com base na medicina tradicional, que nem sempre pode ser exercida pelo fato de que

os ambientes em que se encontram nem sempre oferecerem os recursos (ervas medicinais) necessários. Como consequência, observa-se um quadro generalizado de desnutrição. As doenças mais comuns são pneumonia, sarampo, doenças de pele, tuberculose e verminoses. As crianças e anciãos são os que mais sofrem e estão mais sujeitos às doenças. Também deve-se mencionar os freqüentes casos de atropelamentos por automóveis a que estão sujeitos os acampados.

A partir desta caracterização geral, passamos a arrolar os acampamentos de beira de estrada localizados por ocasião do levantamento.

4.3.1.1. SÃO JOÃO DO SUL

Localização: à beira da BR 101, no município de Torres (mapa 01, ponto 8, anexo I).

População: uma família, composta por 10 membros. A mesma chegou ao local em fevereiro de 1995, proveniente do Taim.

Liderança: Horácio Lopes é o chefe religioso e político do núcleo.

Observação: Os Mbyá deste acampamento tem sua situação de miséria abrandada por poder contar com uma pequena área de terras, emprestada temporariamente por um colono da vizinhança, onde cultivam milho, batata-doce, mandioca, melancia e feijão. Desde que chegou a São João do Sul, Horácio vem insistindo junto à FUNAI e às prefeituras locais para que lhe sejam conseguidas terras afastadas da rodovia, com mata e com recursos naturais que permitam viver de acordo com os princípios tradicionais.

4.3.1.2. PIMENTA

Localização: município de Viamão, à beira da Rodovia Estadual RS 40 (mapa 01, ponto 6, anexo I).

População: 05 famílias nucleares, totalizando 27 pessoas.

Observação: a situação de miserabilidade em que se encontra este grupo, a falta de alternativas para a sobrevivência, estimulam as famílias a apelar para a mendicância nos centros urbanos próximos (Porto Alegre e Viamão). Por outro lado, a doação de roupas, alimentos etc. pela população acaba contribuindo para que as famílias permaneçam em tal situação.

4.3.1.3. CAPIVARI

Localização: município de Palmares do Sul, à beira da Rodovia Estadual RS 40 e da ponte sobre o Rio Capivari (mapa 01, ponto 4, anexo I).

População: grupo composto por 21 indivíduos, distribuídos em 06 famílias nucleares.

Liderança: Augusto Benitez, proveniente de Guajuvira (Área Indígena de Guarita) é a referência para os contatos com o grupo.

Observação: as famílias aguardam decisão da FUNAI a respeito das terras identificadas na Fazenda Vargas, com a intenção de se transferirem para elas.

4.3.1.4. PONTE PALMARES

Localização: município de Palmares do Sul, à beira da BR 101 e da ponte sobre arroio que desemboca na Lagoa dos Patos (mapa 01, ponto 7, anexo I).

População: uma família, composta por apenas 03 pessoas

Observação: o local é freqüentemente retomado pelos Mbyá, havendo informações da presença de famílias circulando e acampando este mesmo ponto já no ano de 1978. Em 1987 o local foi ocupado pela família extensa de Benito Oliveira, composta por mais de 35 indivíduos.

4.3.1.5. PASSO GRANDE

Localização: à beira da BR 116 no município de Barra do Ribeiro, a 64 Km ao sul de Porto Alegre (mapa 02, ponto 6, anexo I).

População: existem dois núcleos residenciais, revelando a existência de duas famílias extensas. Juntas formam 12 famílias nucleares e um contingente populacional de 72 pessoas.

Liderança: Juancito Silva e José Cabaña são representantes políticos destes núcleos residenciais.

Observação: devido à grande concentração de pessoas neste acampamento, à situação de penúria e ao empréstimo de terras para plantio, por parte de um proprietário local, foram destinados recursos do Projeto Práticas de Gestão... para a que os Mbyá pudessem cultivar milho e feijão.

4.3.1.6. PASSO DA ESTÂNCIA

Localização: à beira da BR 116 no município de Barra do Ribeiro, a aproximadamente 74 Km de Porto Alegre (mapa 02, ponto 4, anexo I).

População: observou-se a ocorrência de três núcleos residenciais, mas, neste caso e em decorrência das circunstâncias e limitações espaciais, averiguou-se tratarem-se de duas famílias extensas. Há 60 pessoas, compondo 10 famílias nucleares.

Observação: a maioria do grupo é composta por famílias provenientes da Argentina no ano anterior.

4.3.1.7. ESQUINA DE TAPES

Localização: à beira da BR 116 no município de Tapes, a uma distância aproximada de 100 Km de Porto Alegre (mapa 02, ponto 7, anexo I).

População: somente duas famílias nucleares, compostas por 11 membros, encontravam-se no local.

Observação: este acampamento também é conhecido pela denominação de Raia Pires. Os Mbyá vêm frêquentando, de forma ininterrupta, este local e suas imediações durante, pelo menos, as três últimas décadas. A maioria das famílias que circula(r)am pelo Rio Grande do Sul em um ou outro momento já passou por este acampamento. A população, portanto, varia segundo a composição das famílias que aí se estabelecem.

4.3.1.8. ÁGUAS BRANCAS II

Localização: à beira da BR 116, nos limites dos municípios de Arambaré e Camaquã e às margens do Arroio Velhaco (mapa 02, ponto 1, anexo I). O acampamento situa-se nas proximidades da área Águas Brancas, identificada em 1993, mas ocupadas por colonos sem-terra, conforme referência acima.

População: 02 famílias nucleares, somando 10 indivíduos, encontravam-se no local.

Observação: as famílias acampada neste ponto têm no assentamento de Velhaco suas referências básicas, tanto espaciais como sociais.

4.3.1.9. IRAPUÁ II

Localização: à beira da BR 290, nos limites dos municípios de Cachoeira di Sul e Caçapava do Sul (mapa 02, ponto 3, anexo I)

População: durante o levantamento havia apenas uma família no local, composta por 7 membros. Com as recentes definições em relação à garantia legal das terras de Salto do Jacuí, vários indivíduos transferiram-se para esta área, esvaziando os acampamentos do Irapuá.

Observação: veja as informações contidas no nº 09, acima.

4.3.1.10. JAGUARIZINHO

Localização: à beira da rodovia que liga São Vicente do Sul a São Francisco de Assis, a aproximados 5 Km da sede municipal de São Francisco e às margens do Arroio Jaguarzinho, afluente do Rio Ibicuí (mapa 04, ponto 2, anexo I).

População: apenas 01 família ocupava o local; a população era, na ocasião, de 10 pessoas. Julian, o chefe da família, aguardava a chegada de parentes da Argentina.

4.3.1.11. CAARÓ

Localização: à beira da RS 285, no município de Caibaté e às margens do Arroio Urucúá (mapa 04, ponto 1, anexo I).

População: 01 família, composta por 06 pessoas estava no local. O grupo chegou há pouco da Argentina. A intenção era de juntar-se a parentes localizados no Cantagalo e em Barra do Ouro.

Observação: ponto de referência antigo e importante para os grupos que se deslocam da Argentina para o Rio Grande do Sul. Normalmente fazem uma pausa na jornada para produzir e comercializar artesanato, juntando o dinheiro necessário para juntar-se a parentes situados em outros pontos dentro do Estado.

4.3.1.12. SANTA ROSA

Localização: município de Santa Rosa, à beira da RS 472, no trevo de acesso a Santo Cristo (mapa 01, ponto 3, anexo I).

População: 03 famílias, compostas por 20 membros estavam acampadas no local.

Observação: no momento levantamento parte da família de Perumi (Varzinha), acompanhada por mais duas famílias nucleares e parentes de Avelino Gimenez (Barra do Ouro), encontravam-se no local, viabilizando recursos para deslocarem-se a suas unidades de referências. A família de Perumi estava retornando de visita realizada a parentes localizados na Província de Misiones (Argentina), de onde se fazia acompanhar pelas famílias que pretendiam juntar-se aos parentes em Barra do Ouro. Estas famílias em trânsito foram computadas aos seus núcleos de referência (Varzinha e Barra do Ouro).

4.3.2. ASSENTAMENTOS SOBRE TERRAS PERTENCENTES A OUTROS GRUPOS ÉTNICOS

A partir da constante desterritorialização, processo que levou os grupos Mbyá a circularem por vários pontos do Estado em busca de novos espaços, uma das alternativas encontradas foi recorrer às áreas oficialmente demarcadas a outros povos. Em grande medida a formação destes assentamentos deu-se em consequência, também, da política indigenista estatal que, ao estar atrelada a interesses que não os das sociedades indígenas, tentou acomodar a situação a partir da concentração de grupos étnica e culturalmente diferenciados sobre espaços comuns.

Embora os Mbyá tenham tentado criar espaços próprios e preservar sua autonomia dentro das áreas Kaingang, na prática observa-se que a possibilidade de permanência esteve assaz condicionada à sua subordinação a este povo. Esta sujeição revela-se no fato, por exemplo, de que as lideranças Mbyá devem acatar as decisões tomadas pelas lideranças Kaingang locais, isto quando as mesmas não são designadas impositivamente por estas. Revela-se também nas relações dos Mbyá com o órgão tutelar, as quais devem ser intermediadas pelas lideranças Kaingang. Assim, os recursos e projetos econômicos destinados a determinada área indígena dificilmente beneficiam ou chegam às comunidades Mbyá, pois os mesmos ficam restritos às famílias Kaingang, via de regra às famílias a que pertencem as lideranças.

A convivência entre grupos culturais distintos acaba ensejando a conformação de várias situações sócio-culturais. Os casamentos interétnicos é uma delas.

Os assentamentos sobre terras de domínio de outros grupos étnicos apresentam diferenças básicas dos que estão em outras situações. Vários deles contam com escolas, cujo projeto pedagógico é passível de várias críticas, principalmente pelo seu distanciamento da realidade indígena. Do ponto de vista econômico, as comunidades Mbyá nestas circunstâncias têm na agricultura sua atividade principal. Apesar de terem terras disponíveis, a atividade está igualmente longe de suprir as necessidades básicas de sobrevivência das famílias. Os Mbyá não contam com projetos agrícolas voltados para suas especificidades, que partam do potencial das áreas onde estão inseridos e das expectativas culturais. O que se observa é a paulatina aderência a tecnologias e a modelos adotados pelos colonos da região, como o emprego de insumos químicos, o uso de bois e arados (e até tratores) no preparo das terras para o plantio. A crítica não é pelo fato de os Mbyá se apropriarem destes expedientes, mas a forma como se dá este processo e as dependências que os mesmos acarretam. Em razão destes diversos aspectos, constata-se que a dependência e a expectativa de tecnologias e ajudas externas é muito acentuada nas comunidades que encontram-se nestas circunstâncias.

Relacionamos, abaixo, os assentamentos Mbyá sobre terras pertencentes a outros grupos étnicos, caracterizando-os sucintamente.

4.3.2.1. GAMELINIA

Localização: no interior da Área Indígena Guarita (Tenente Portela, Miraguai e Redentora), pertencente ao povo Kaingang (mapa 05, ponto 2, anexo I).

População: o assentamento é composto por 50 pessoas, distribuídas em 10 famílias nucleares. Observou-se a existência de casamentos mistos entre Mbyá e Chiripá.

4.3.2.2. GUAJUVIRA

Localização: interior da Área Indígena Guarita, garantida ao povo Kaingang (mapa 05, ponto 3, anexo I).

População: apenas uma família nuclear, formada por cinco membros, encontrava-se no local.

Observação: o local, até pouco tempo atrás, comportava várias famílias Mbyá que ocupavam uma área aproximada de 20 ha. A depopulação é consequência da pressão dos Kaingang. As famílias saídas deste assentamento juntaram-se a outros núcleos, onde possuíam parentes, tanto no Rio Grande do Sul como na Província de Misiones.

4.3.2.3. SEÇÃO GUARANI

Localização: interior da Área Indígena Nonoai (Nonoai e Planalto), garantida ao povo Kaingang. Este núcleo está localizado sobre terras situadas no município de Planalto (mapa 05, ponto 6, anexo I).

População: 08 famílias nucleares, totalizando 35 indivíduos encontram-se neste assentamento.

Observação: é predominante a presença de representantes Chiripá neste assentamento. Constatou-se casamentos interétnicos entre Mbyá e Chiripá, bem como famílias compostas a partir de casamentos entre indivíduos Chiripá e Kaingang.

4.3.2.4. PASSO FEIO

Localização: interior da Área Indígena Nonoai (Nonoai e Planalto). Contudo, a comunidade de Passo Feio está assentada sobre terras situadas no município de Nonoai (mapa 05, ponto 4, anexo I).

População: foram relacionadas 14 famílias nucleares e uma população de 70 indivíduos.

Observação: este assentamento foi formado há, aproximadamente, dois anos e o mesmo está localizado dentro do Parque Estadual de Nonoai. A área que compõe o Parque é contígua à Área Indígena e há muitos anos vem sendo reivindicada pelos Kaingang. Em razão da disputa judicial, os Mbyá encontram-se impossibilitados de abrir áreas para a realização do plantio.

4.3.2.5. VOTOURO

Localização: Área Indígena Votouro, nos municípios de São Valentin e Benjamim Constant, pertencente aos Guarani-Chiripá (mapa 05, ponto 7, anexo I).

População: foi constatada uma concentração de 31 famílias nucleares, totalizando 157 pessoas.

Observação: há ocorrência de casamentos interétnicos (Chiripá e Mbyá), contudo o número de indivíduos da etnia Mbyá é hegemônico. Os Mbyá estabeleceram-se nesta área a partir de 1995, a partir da retirada de colonos e posseiros que ocupavam as terras indígenas. Observou-se, ainda, a existência de disputas entre os grupos familiares e étnicos pela liderança.

4.3.2.6. CACIQUE DOBLE

Localização: no interior da Área Indígena Cacique Doble, no município homônimo, oficialmente garantida ao povo Kaingang (mapa 05, ponto 1, anexo I).

População: a comunidade é composta por 76 membros, distribuídos em 17 famílias nucleares.

Observação: também nesta área há ocorrências de casamentos mistos entre indivíduos Mbyá e Chiripá e, menos freqüente, entre Chiripá e Kaingang.

4.3.3. ASSENTAMENTOS SOBRE PROPRIEDADES PARTICULARES

É outra modalidade de assentamento que decorre da falta de espaços específicos e adequados e outra alternativa determinada pela iniciativa dos Mbyá.

Ainda que, por ocasião do levantamento, foram constatados apenas dois assentamentos sobre propriedades privadas, este quadro – pelos motivos já sobejamente explicitados –, está sujeito a constantes alterações. Em épocas pretéritas, por exemplo, seu número já foi bem mais amplo. Sua redução deve-se, em grande parte, ao fato de os Mbyá terem que ajustar sua permanência aos locais aos prazos condições estipulados pelos proprietários.

Em relação aos assentamentos atuais é necessário salientar que as relações entre as comunidades Mbyá e os respectivos proprietários são cordiais e sua transferência de acampamentos de beira de estrada para as terras em que se encontram foi sugerida e facilitada pelos proprietários. No caso do assentamento do Velhaco, mesmo tendo decorridos cinco anos de ocupação Mbyá, o proprietário não demonstra preocupações de que as terras possam ser objeto de processos judiciais (usucapião, por exemplo) requerendo-as à comunidade indígena. Mas este é um caso isolado e que não caracteriza a tônica dos assentamentos que ocorrem sobre terras privadas. Quanto ao assentamento de Cerro Grande, a proprietária chegou a cogitar na possibilidade de doar as terras aos Mbyá.

4.3.3.1. CERRO GRANDE

Localização: município de Barra do Ribeiro, a uns 5 Km afastados da BR 116 (mapa 02, ponto 2, anexo I).

População: 01 família extensa, contando com 17 membros distribuídos em 04 famílias nucleares, encontra-se neste local.

Observação: as terras ocupadas foram oferecidas aos Mbyá por sua proprietária. As condições topográficas, e a existência limitada de recursos naturais desencorajam a permanência do grupo. A continuidade se dá em função da falta de opção.

4.3.3.2. VELHACO

Localização: município de Sentinela do Sul, a uns 3 quilômetros afastados da BR 116 (mapa 02, ponto 8, anexo I).

População: o grupo local é formado por 07 famílias nucleares (01 família extensa), totalizando 35 indivíduos.

Observação: o local já contou, em anos anteriores, com uma concentração maior de pessoas, mas a gradativa diminuição da produtividade dos solos e a impossibilidade de contar com áreas novas para as roças, forçaram o deslocamento de várias famílias em busca de alternativas em outros pontos. E as famílias que permanecem, o fazem por absoluta falta de opção de espaços.

4.3.4. ASSENTAMENTOS SOBRE TERRAS PÚBLICAS

Boa parte dos assentamentos atuais estão localizados sobre terras públicas, estaduais ou municipais.

Acima fizemos referência a várias destes assentamentos e em relação aos quais a FUNAI tomou providências jurídicas visando assegurá-los às comunidades Mbyá. No momento apenas um assentamento encontra-se sobre terras públicas (municipais) e em relação ao qual não há um posicionamento jurídico por parte do órgão indigenista.

4.3.4.1. SÃO MIGUEL

Localização: próximo às Ruínas de São Miguel, no município de São Miguel das Missões (mapa 04, ponto 4, anexo I).

População: composta por 03 famílias nucleares, contendo 17 pessoas.

Observação: as terras pertencem à Prefeitura Municipal de São Miguel. Não possuímos informações a respeito das condições que regem a permanência dos Mbyá sobre elas.

4.3.5. REFERÊNCIAS A OCUPAÇÕES DESATIVADAS E/OU INTERDITADAS

É possível relacionar, tanto a partir de registros escritos quanto com base na história oral dos Mbyá, um número expressivo de locais por eles ocupados e que, na atualidade, encontram-se desocupados. As razões para isso podem ser buscadas tanto na dinâmica sócio-espacial do grupo, como na coação que os mesmos sofreram no sentido de que desocupassem os espaços.

Do ponto de vista da sócio-espacialidade Mbyá, há que se considerar sua concepção de território e das relações que mantêm com e sobre o mesmo. Entendem-no como uma totalidade, contudo em sua amplitude há pontos específicos que podem e devem ser ocupados. A eleição destes pontos não é aleatória e obedecem desde determinações simbólicas e sobrenaturais até à lógica concreta e imediata do seu modelo econômico. A potencialidade dos pontos passíveis de ocupação são cuidadosamente avaliados e considerados a partir das demandas culturais. Uma vez estabelecidos nestes lugares, os Mbyá têm o cuidado de não levar ao esgotamento os recursos disponíveis, como caça, pesca, solos para a agricultura e matérias-primas para fins diversos. À medida em que há uma diminuição na oferta destes recursos, acham conveniente e prudente

substituí-lo por locais mais apropriados. Como os espaços que podem dispor hoje são cada vez mais reduzidos, em número e extensão, os deslocamentos também ocorrem com uma intensidade maior².

A não compreensão desta dinâmica de ocupação cíclica e circular, tem levado a conclusões equivocadas a respeito dos Mbyá, caracterizando-os como nômades e sem referências espaciais, inclusive em estudos recentes realizados por profissionais da área de antropologia e vinculados ao órgão estatal (EBLING, 1981). Conseqüentemente, em muitas circunstâncias em que os grupos deixaram determinados espaços em busca de outros, os mesmos foram considerados abandonados. Sua apropriação por terceiros impede o retorno de outros grupos e a continuidade da ocupação Mbyá.

Por outro lado, os Mbyá foram forçados a abrir mão de muitos espaços por eles eleitos em função da pressão externa. A expropriação e a apropriação de muitas áreas no Rio Grande do Sul contaram com a participação ativa ou com o beneplácito do próprio Estado, conforme denotamos no início deste relatório, ou ainda de acordo com estudo de VENZON (1990-93).

Ações de violência e intimidações explícitas, como as em curso atualmente na Barra do Ouro, levadas a efeito por um poderoso grupo econômico, precederam e motivaram o abandono compulsório de inúmeros grupos Mbyá de suas terras. Estudá-las e torná-las públicas conformariam apenas mais um capítulo das violências, explorações e marginalização que caracterizam o histórico das relações interétnicas envolvendo este povo. Certamente a busca da "Terra Sem-Males" não é a única e mais provável hipótese para justificar os deslocamentos dos Mbyá. Pelo menos não uma "Terra Sem-Males" que desconsidere os males (ganâncias, interesses, preconceitos, desterritorialização...) gerados e existentes neste mundo concreto e humano que vivemos.

Relacionamos na seqüência, algumas das áreas que, pelos motivos arrolados ou outros, hoje não se encontram ocupadas ou disponíveis aos Mbyá. Itapuã, Mato Castelhana, Teko'a Ka'aty, Toldo Santo Christo, Imbaa, Icamaguã, Aceguá, Piratini, Fachinal dos Oliveiras, Três Forquilhas, Uruguaiana, Passo Ricardo, Jacuizinho, Jaguarão, Mburikachi.

5. BIBLIOGRAFIA

EBLING, Paula E. R. **Levantamento de Dados Sócio-Econômicos e Culturais de Dois Grupos Guarani que Habitam Fora de Áreas Indígenas Sob Jurisdição da 13a Delegacia Regional/FUNAI.** (Datil.) Porto Alegre. 1981.

GARLET, Ivori José. **Relatório Sobre Atividades Desenvolvidas por Integrantes do Projeto Mbyá-Guarani no Grupo de Trabalho.** Porto Alegre. 1994. 15 p.

Mobilidade Mbyá: História e Significação. Dissertação de Mestrado: PUCRS. 1997. 200 p.

GONÇALVES. C. Tôres. **Proteção Fraternal aos Indígenas do Rio Grande do Sul. Relatório da Secretaria dos Negócios e Obras Públicas do Estado.** Porto Alegre. p. 151--151. 1912.

² A respeito de outras motivações que concorrem para os deslocamentos, veja Garlet (1997).

Proteção Fraternal aos Indígenas. **Relatório da Secretaria dos Negócios e Obras Públicas do Estado.** Porto Alegre. p. 383-386.

JACQUES, João Cezimbra. **Assuntos do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: ERUS. 1979. 237 p.

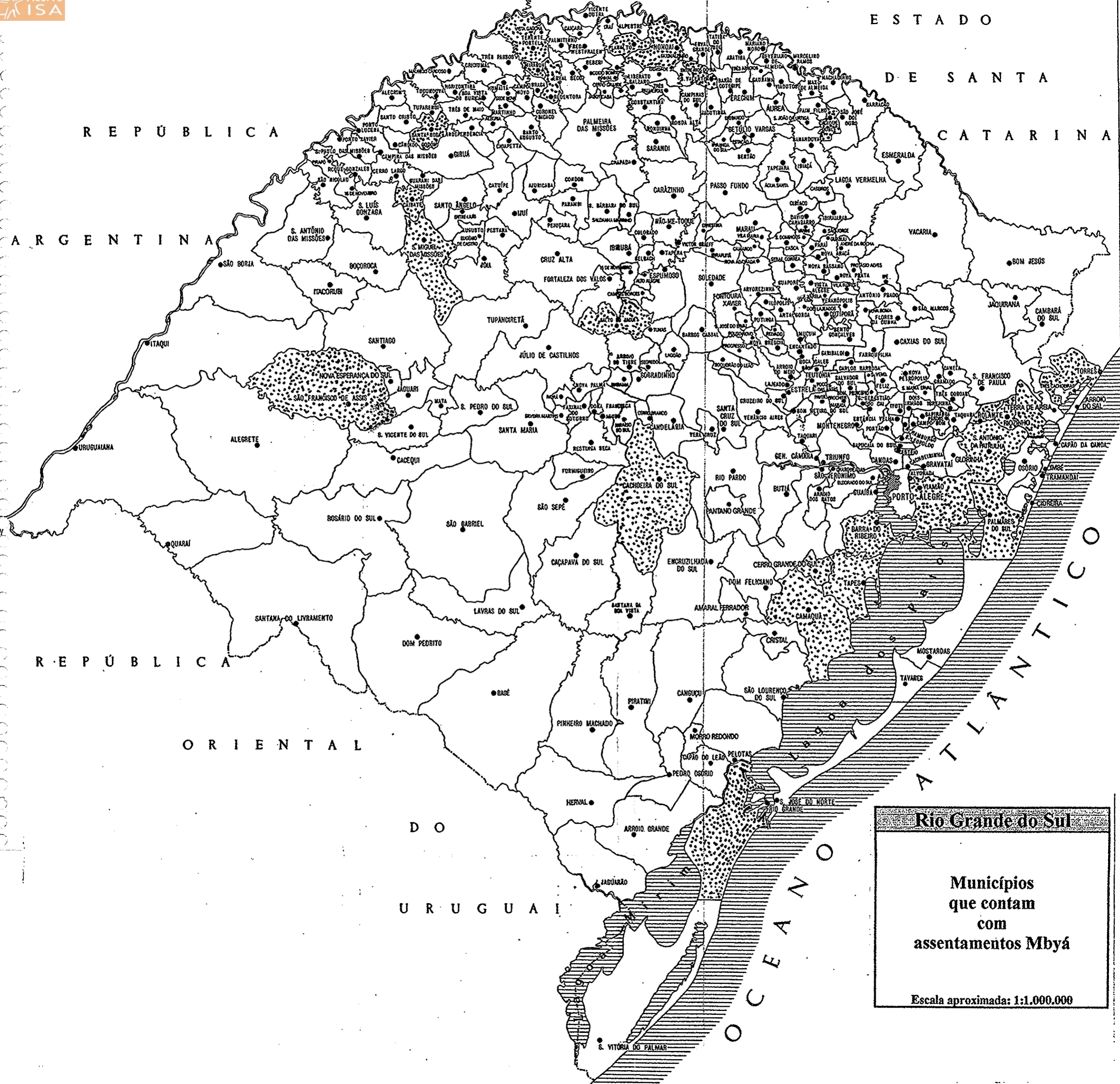
SIMONIAN, Ligia T. L. Discriminação, Demarcação e Expropriação de Terras Guarani-Xiripá: Ações do Governo Estadual e/ou Com o seu Respaldo. **PETI/ANAÍ-RS: Expropriação e Luta: As Terras Indígenas no Rio Grande do Sul.** p. 122-168. 1990-93.

VENZON, Rodrigo. Migração e Territorialidade Mbyá no Rio Grande do Sul. **PETI/ANAÍ-RS: Expropriação e Luta: As Terras Indígenas no Rio Grande do Sul.** p. 169-172. 1990-93a.

Os Guarani Missioneiros: Incorporação e Sobrevivência. **PETI/ANAÍ-RS: Expropriação e Luta: As Terras Indígenas no Rio Grande do Sul.** p.118-121. 1990-93b.

ANEXO I

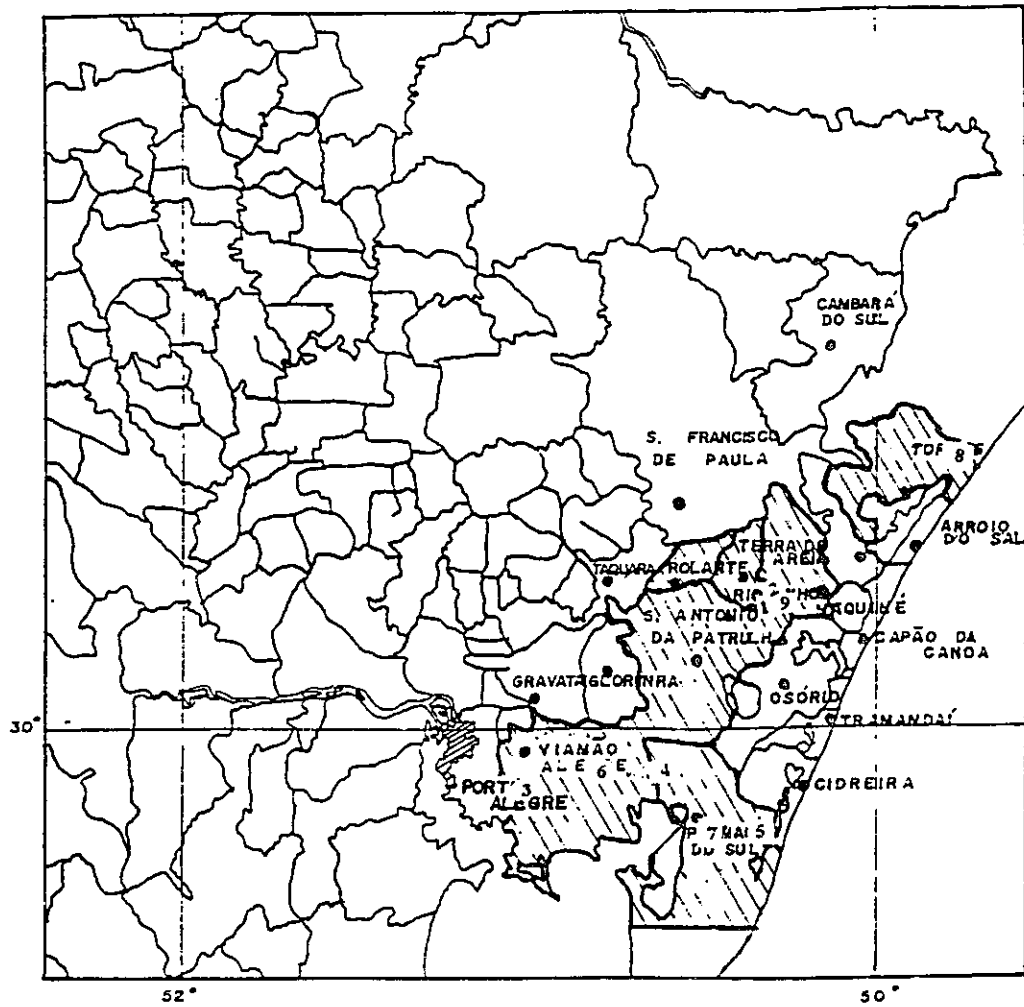
MAPAS



Rio Grande do Sul

Municípios que contam com assentamentos Mbyá

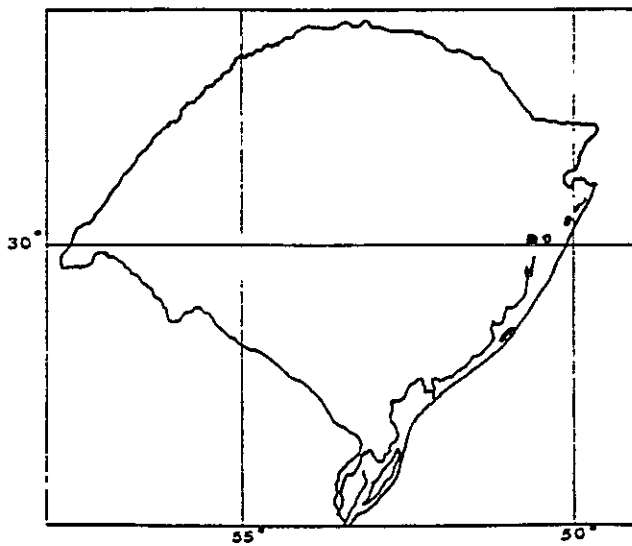
Escala aproximada: 1:1.000.000

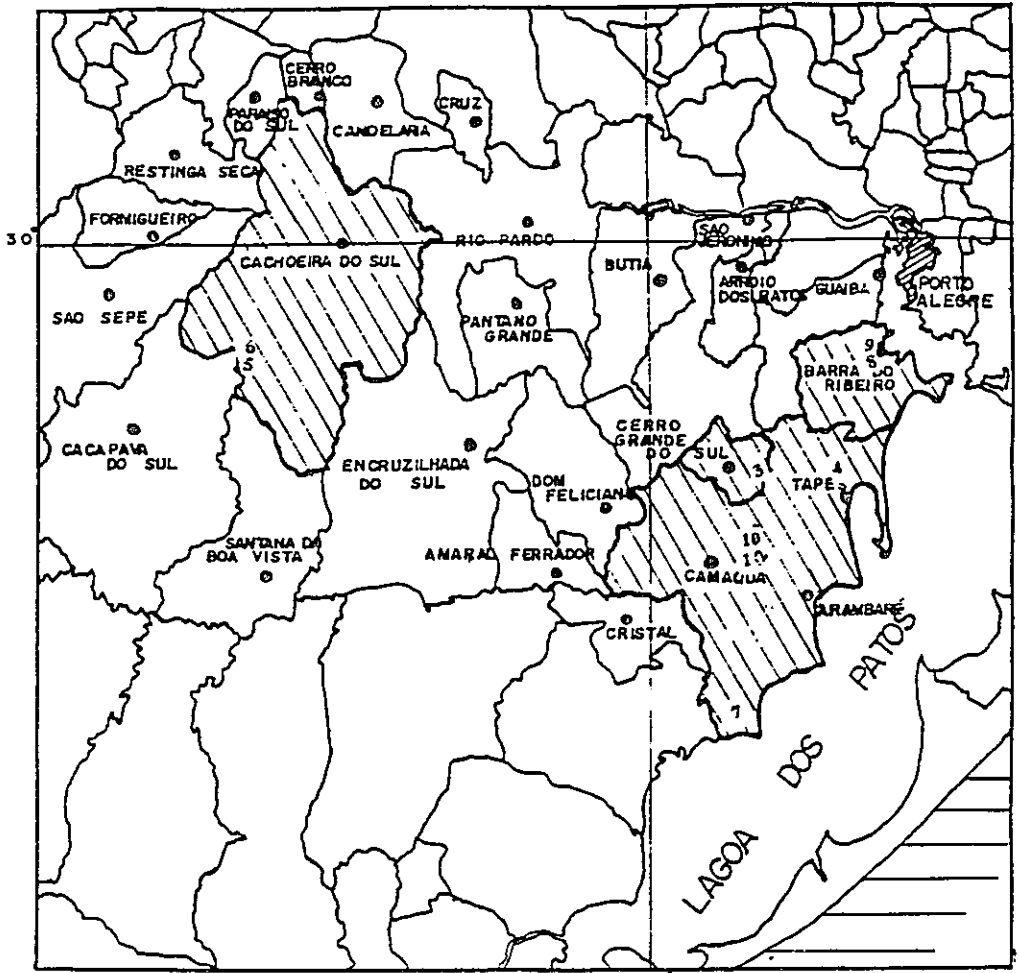


ESCALA APROXIMADA: 1:1.000.000

MAPA 01

- | | | | |
|---|----------------|---|----------------|
| 1 | Aguapé | 6 | Pimenta |
| 2 | Barra do Ouro | 7 | Ponte Palmares |
| 3 | Cantagalo | 8 | S. João do Sul |
| 4 | Capivari | 9 | Varzinha |
| 5 | Fazenda Vargas | | |

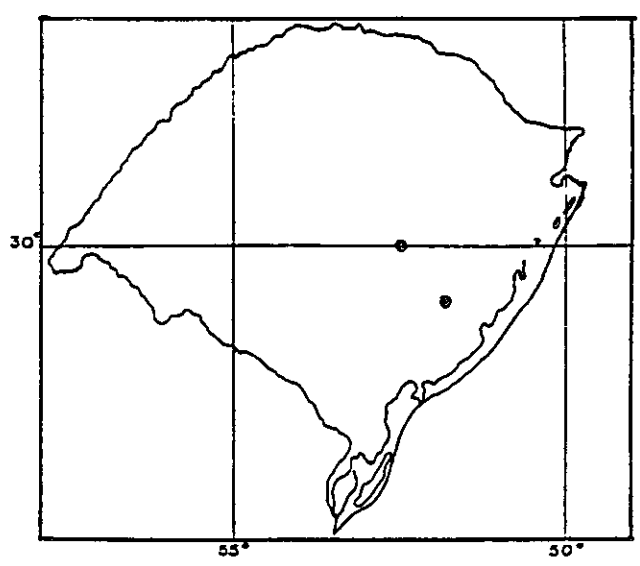


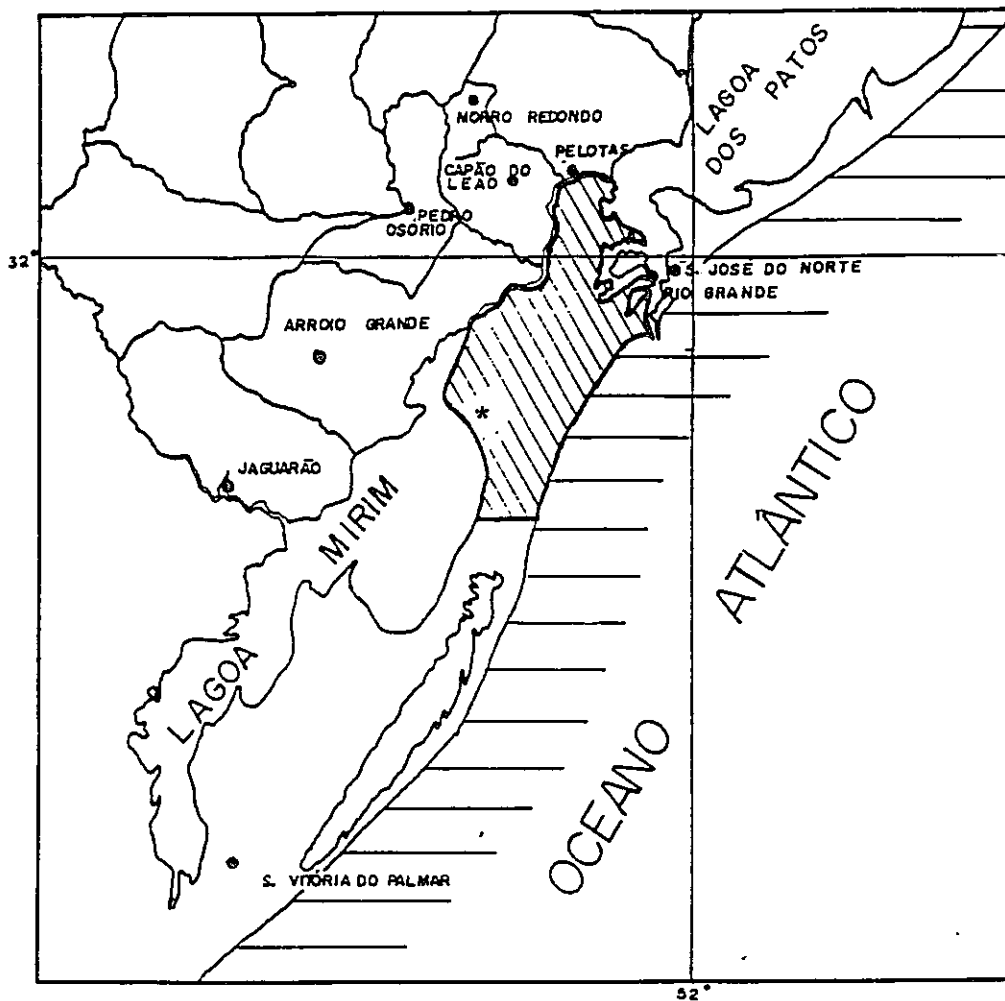


ESCALA APROXIMADA: 1:1.000.000

MAPA 02

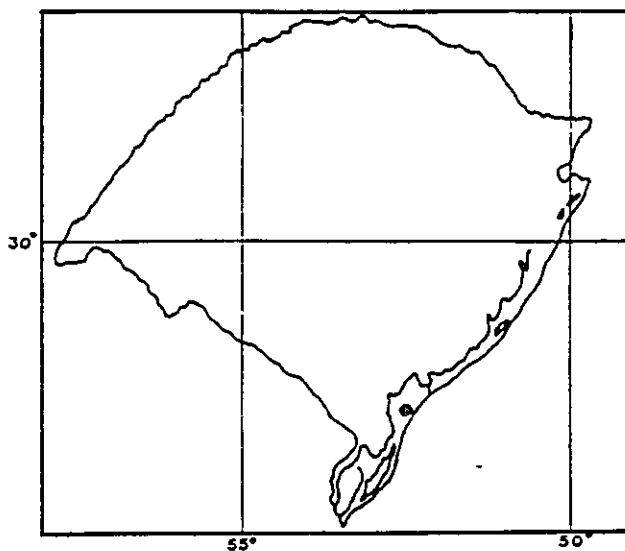
- | | | | |
|---|------------------|----|-------------------|
| 1 | Águas Brancas I | 6 | Irapuá II |
| 2 | Águas Brancas II | 7 | Pacheca |
| 3 | Cerro Grande | 8 | Passo da Estância |
| 4 | Esquina de Tapes | 9 | Passo Grande |
| 5 | Irapuá I | 10 | Velhaco |

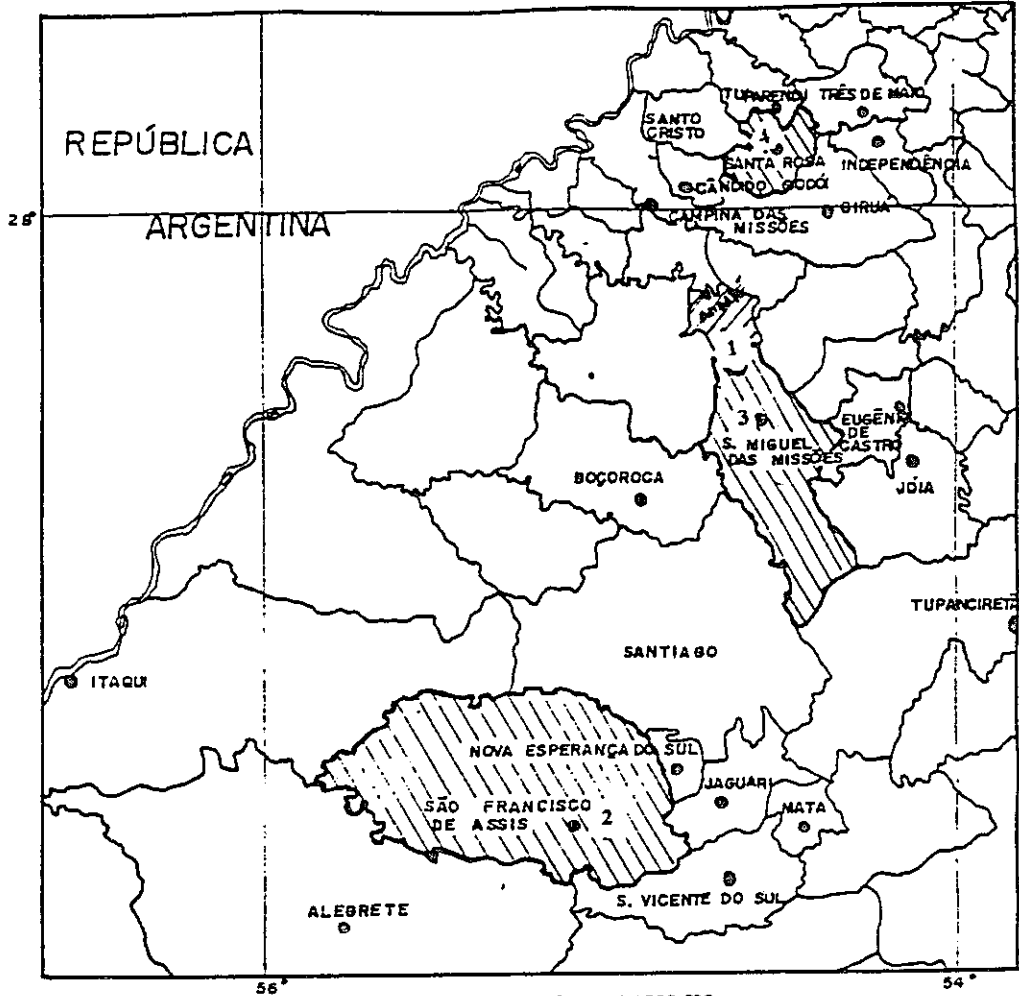




ESCALA APROXIMADA: 1:1000.000

* - Taim

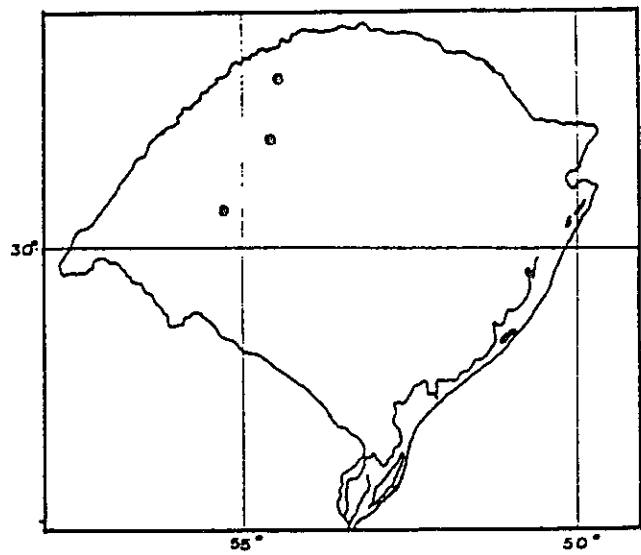


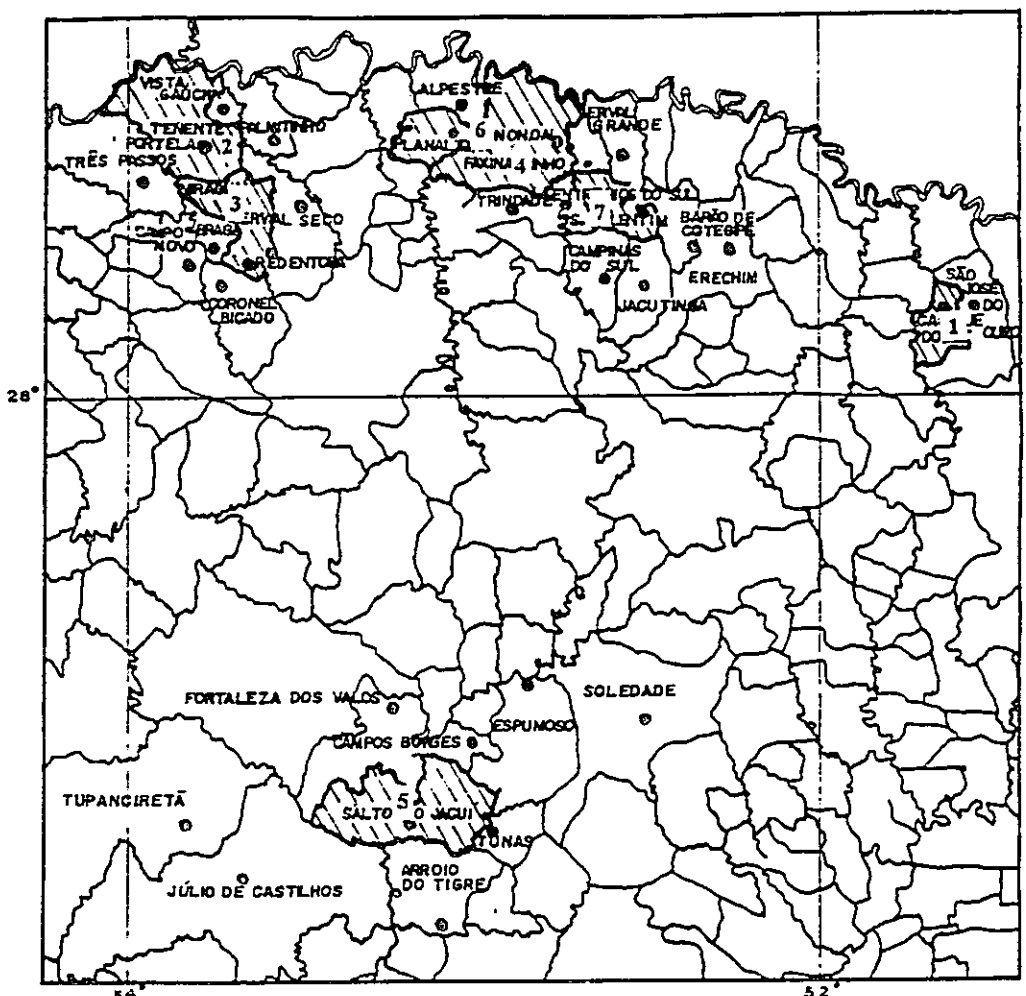


ESCALA APROXIMADA. 1:1.000.000

MAPA 04

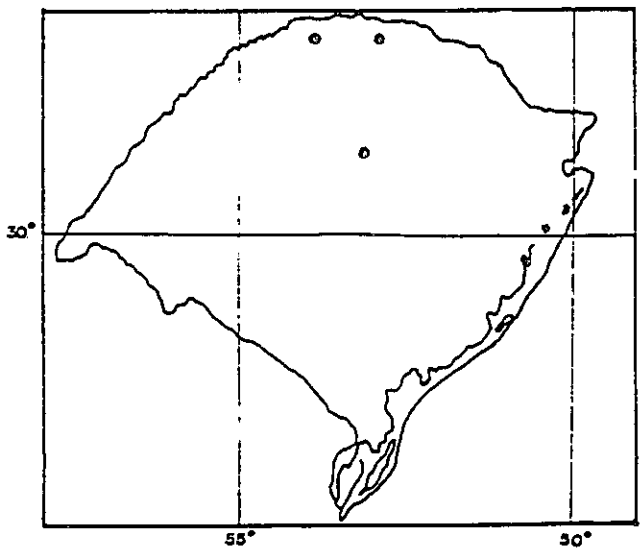
- 1 Caaró
- 2 Jaguarzinho
- 3 São Miguel
- 4 Santa Rosa





ESCALA APROXIMADA: 1: 1.000.000

- MAPA 05
- | | | | |
|---|---------------|---|----------------|
| 1 | Cacique Doble | 5 | Salto do Jacuí |
| 2 | Gamelinha | 6 | Seção Guarani |
| 3 | Guajuvira | 7 | Votouro |
| 4 | Passo Feio | | |



**LEVANTAMENTO DA SITUAÇÃO DOS MBYÁ-GUARANI NO
ESTADO DO PARANÁ
(1997)**

RELATÓRIO FINAL

**Ivori José Garlet
Valéria Soares de Assis**

**Maringá, Brasil
1997**

DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO DOS MBYÁ-GUARANI NO ESTADO DO PARANÁ EM 1997.

1. INTRODUÇÃO

As ocupações Mbyá atuais no Paraná encontram-se distribuídas em duas regiões geográficas específicas. De acordo com esta distribuição é possível traçar perfis diferenciados para as comunidades nelas inseridas. Para traçá-los é imperativo considerar o tipo de relacionamento que são obrigadas a manter com a sociedade nacional e, principalmente, a situação jurídica das terras onde estão assentadas, bem como o tempo de existência de políticas indigenistas oficiais de intervenção.

A primeira dessas regiões está situada no Litoral Norte, junto à costa atlântica, em complexos ecológicos formados por ilhas, manguezais e a face continental leste da Serra do Mar. Tais complexos estão dispostos dentro das baías de Paranaguá e de Guaraqueçaba. Durante a década passada, grandes extensões do complexo estuarino-lagunar de Paranaguá e Guaraqueçaba foram tombadas por instituições federais e estaduais, passando à condição de Unidades de Conservação. Estas medidas protecionistas impuseram grandes restrições à presença Mbyá na região. Atualmente o grande empenho das comunidades situadas nestes limites é para que não lhes seja negado o direito de usufruto do espaço, mesmo que hoje essa condição passe por ter que viver em áreas demarcadas. Os Mbyá que nelas circulam ou estão estabelecidos conseguem manter uma grande autonomia no jogo de relações com a sociedade envolvente e seus mais diversos segmentos, inclusive em relação à política indigenista oficial.

A segunda é a região situada no Sul do Estado, sobre a qual foi imprimida uma intensa colonização, sobretudo nos últimos 70 anos, sendo que uma das conseqüências básicas foi a rápida e quase total destruição da cobertura vegetal originária. Dentro de tal cenário, as áreas indígenas constituem-se nos últimos espaços razoavelmente preservados, mas sobre os quais os indígenas enfrentam grandes dificuldades para manter seus padrões culturais tradicionais. Principalmente o sistema econômico tem sido duramente atingido, justamente em função da diminuição dos espaços. A ambição econômica da sociedade envolvente sobre as riquezas naturais deste ambiente tem-se constituído em uma pressão a partir da qual a população indígena acaba sendo vítima, na medida que se vê impelida a admitir a exploração das mesmas, sendo privadas do seu usufruto de acordo com seus modelos tradicionais. Soma-se a isso o fato das terras onde os Mbyá se encontram assentados – à exceção de uma única área – pertencerem ao grupo étnico Kaingang, favorecendo a uma forte tendência de reproduzir este modelo de exploração de uma etnia sobre a outra. Nas comunidades situadas nesta região, observa-se a existência de uma tradição nas intervenções oficiais de quase um século, cuja atuação viciada e criadora de dependências levou as comunidades a abrirem mão de uma série de pautas culturais e a uma grande expectativa em relação às decisões e ajudas externas.

A seguir trataremos de cada uma destas regiões, bem como da situação de cada comunidade Mbyá sobre elas inseridas.

2. OS MBYÁ NO LITORAL NORTE PARANAENSE¹

¹ Confira no mapa nº 01 (Anexo 01) a localização das áreas atualmente ocupadas e as que foram ocupadas no pretérito.

Será entendido aqui por Litoral Norte Paranaense a faixa abarcada pelo complexo de ilhas, manguezais e uma porção do continente que fazem parte das Baías de Paranaguá e Guaraqueçaba. Esta faixa confronta, ao Sul, com a terceira baía do litoral paranaense, a Baía de Guaratuba, que por sua vez faz fronteira em seu extremo mais ao sul com o Estado de Santa Catarina; ao Norte limita com o Estado de São Paulo; a Oeste tem seu limite no divisor de águas entre o Planalto Paranaense e a Serra do Mar e a Leste com o Oceano Atlântico.

Esta região se caracteriza por apresentar-se, ao ser confrontada com o conjunto do estado, ecologicamente preservada e com a maior cobertura de floresta originária, tanto em extensão quanto em espécies. Este meio ambiente preservado é consequência, em grande parte, da história de ocupação do espaço paranaense. O interesse inicial pela ocupação do litoral foi rapidamente substituído, já no período colonial (séc. XVII), à medida em que as políticas da colonização portuguesa se direcionavam para o território correspondente ao interior.

Tanto na esfera estadual, quanto federal, têm havido, nos últimos anos, intervenções protecionistas em relação ao ecossistema da Serra do Mar, onde se insere a região de interesse pelos grupos familiares Mbyá e objeto de nossas considerações. Através do Decreto nº 90.883, de 31 de janeiro de 1985 foi implantada a Área de Preservação Ambiental de Guaraqueçaba, abarcando terras dos municípios de Guaraqueçaba, Antonina, Morretes e Paranaguá, numa extensão aproximada de 300.000 hectares. Portanto, praticamente todo o conjunto formado pelas ilhas, lagos, manguezais, planície costeira e Serra do Mar, foi tombado como Área de Preservação Ambiental (APA). O maciço florestal que incide ao longo de toda a faixa costeira paranaense é mais intenso e significativo na região limítrofe com o Estado de São Paulo, onde também encontram-se vários parques ecológicos entremeados pelas Áreas de Preservação Ambiental.

A partir das iniciativas preservacionistas oficiais efetivadas na década passada, recrudesceram as oposições, por parte de ecologistas e fiscais das instituições governamentais, à continuidade dos Mbyá na região. Vários pontos que serviram, durante anos, como importantes referenciais nas suas ocupações, hoje encontram-se interditados e proibida sua retomada.

Dentro desse complexo geográfico e ecológico, no momento do levantamento foram localizadas ocupações Mbyá apenas nos municípios de Paranaguá e Guaraqueçaba. Mas tanto a história oral do grupo, como as atestações documentais, fazem referências a ocupações em municípios adjacentes em tempos pretéritos.

Os registros escritos sobre a ocupação e presença dos Mbyá nesta região são escassos e pouco precisos. As razões para esta visibilidade ofuscada sobre os Mbyá podem ser buscadas tanto na estratégia de relacionamento do grupo com a sociedade nacional, quanto nas práticas e políticas indigenistas desenvolvidos pelos organismos oficiais². Em relação à estratégia Mbyá, pode-se dizer que os deslocamentos sobre a região em questão foram executados por grupos familiares, pouco numerosos, de forma a não despertar a atenção das autoridades e da população locais. Possivelmente as incursões Mbyá nesta região sejam contemporâneas às ocupações que foram se estabelecendo e consolidando no litoral paulistano. Neste sentido, os registros de NIMUENDAJÚ ([1914] 1987: 105) constituem as primeiras informações sobre os Mbyá no Estado de São Paulo. Como, para se chegar a São Paulo, a passagem pelo Paraná torna-se praticamente inevitável, é possível afirmar que a presença Mbyá neste Estado coincide, ao menos, com os registros de NIMUENDAJÚ. Para o litoral paranaense, temos a comprovação de sua presença já no início do século atual a partir de acervo fotográfico disponível na Casa da Memória (Curitiba)³.

² O Serviço de Proteção ao Índio foi insituído em 1910. Em 1967 sofre algumas reformulações estruturais e orgânicas, passando a contar com novas orientação e prática em sua política indigenista, bem como com um novo nome: Fundação Nacional do Índio (FUNAI).

³ A foto Nº 01 (anexo 02) mostra um grupo de Mbyá que, no início do presente século, encontrava-se em Matinhos, no Litoral Sul Paranaense.

Já no que diz respeito às políticas indigenistas de intervenção, observa-se que somente na última década ocorreram iniciativas – embora ainda muito isoladas e acanhadas – no sentido de reconhecer os Mbyá dignos de serem assistidos pelos mesmos direitos e garantias constitucionais assegurados aos demais povos indígenas em território brasileiro. As justificativas, empregadas pelos organismos oficiais para encobrir sua omissão e ausência, assentavam-se na argumentação de que os Mbyá eram índios “argentinos” ou “paraguaios”. Cabe alertar que se trata de um contexto histórico em que o país estava submetido a uma ditadura militar, estando a FUNAI dirigida por generais do exército. Portanto, esta postura pouco antropológica e de uma xenofobia descabida, contribuíram significativamente para o processo de marginalização dos Mbyá.

A partir da metade da década de 1980 a FUNAI, através de seu funcionário Francisco Witt, passa a estabelecer contatos sistemáticos com os grupos Mbyá que se encontram na região e a desenvolver atividades assistenciais, prioritariamente na Área da Ilha da Cotíngia. No ano de 1987 o referido funcionário, a partir da solicitação dos indígenas, facilitou o deslocamento de várias famílias desta Ilha para a Área Indígena do Bracuí, no Estado do Rio de Janeiro. Na seqüência, a Ilha da Cotíngia foi ocupada novamente por famílias provenientes dos assentamentos do Rio Grande do Sul e da Área Indígena da Limeira (Chapecó, SC).

Nos últimos cinco anos a região da costa atlântica paranaense tem se tornado cada vez mais estratégica e atrativa para os Mbyá. Em primeiro lugar porque, diante da devastação a que foi submetido o interior, e da dificuldade de estabelecerem *teko'a* seguros sobre espaços minimamente satisfatórios nos demais estados do sul (Santa Catarina e Rio Grande do Sul), também ecologicamente devastados, o litoral paranaense surge como uma possibilidade de encontrar terras que ofereçam os recursos mínimos necessários à manutenção e preservação das pautas tradicionais. Em segundo lugar porque tornou-se um caminho de acesso ao litoral paulista, acesso que até recentemente somente era possível mediante a passagem obrigatória pela capital do Estado (São Paulo). Assim, vários assentamentos Mbyá que foram constituídos recentemente em Iguape, Cananéia e Ilha do Cardoso, todos em São Paulo, mas na linha de fronteira com o Paraná, podem ser agora alcançados a partir dos assentamentos existentes nos municípios de Guaraqueçaba e Paranaguá.

Outras justificativas devem ser agregadas para ampliar as possibilidades de interpretação quanto à preferência e localização de núcleos Mbyá sobre esta região. Tais justificativas devem ser buscadas tanto na tradição mítico-religiosa, como na lógica econômica-ecológica do grupo. Estes dois pólos explicativos estão longe de se excluírem ou de se oporem, mas, antes ao contrário, inter cruzam-se, complementam-se e dinamizam-se mutuamente.

No primeiro caso deve ser focalizada a crença no fim do mundo⁴. De acordo com a interpretação que os dirigentes religiosos fazem da sua herança mitológica, o mundo atual está demasiadamente velho, cansado e poluído, não reunindo as condições ideais para que os Mbyá persistam e vivam em plenitude os preceitos culturais. O comportamento da humanidade atual, inclusive o dos Mbyá, desagrada profundamente aos Deuses. Razão pela qual crêem ser necessário o advento de uma mudança reparadora, após a qual o mundo novamente se apresentará novo, fresco e puro. Nele, outra vez, os Mbyá poderão viver em plenitude o seu *Mbyá reko* / “modo de ser”. Condição essencial para assegurar a passagem de um estágio ao outro é a vivência o mais proximamente possível das normas tradicionais. Para viabilizá-la, os Mbyá buscam espaços ecologicamente preservados e que ofereçam potencial para o plantio das sementes tradicionais (basicamente o *avati* – milho), caçar, pescar e coletar, garantindo, dessa forma, a economia tradicional normatizada pelo sistema de reciprocidade. A possibilidade de alcançar ao estágio de *aguyje*, portanto, será garantida pela possibilidade de viver, em maior ou menor intensidade, o

⁴De modo algum interpretamos a crença no fim do mundo como uma fuga em busca da “Terra Sem-Males”. Confira a reflexão desenvolvida em GARLET (1997: 150-156).

“modo de ser” tradicional. Este, por sua vez impescinde de espaços físicos, concretos e adequados.

Do ponto de vista ecológico, as terras situadas junto ao litoral, encontram-se menos devastadas tornando-se, portanto, alvos das insistentes buscas dos Mbyá. Outro aspecto a ser destacado em relação aos Mbyá que buscam a proximidade com a costa atlântica é o fato de, entre eles, ser viva, preservada e dinamizada a consciência e a prática do -guata. Os deslocamentos dos grupos familiares sobre os diversos assentamentos dentro da região litorânea são freqüentes e intensos. Na mesma proporção podem ser aferidos os movimentos para fora desta região, tanto em direção aos assentamentos litorâneos dos estados mais ao Norte (São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo), bem como em direção ao Sul (Santa Catarina e Rio Grande do Sul). Também é significativo o afluxo de grupos familiares em direção ao litoral paranaense. Tais grupos deslocam-se, em sua maioria, a partir dos assentamentos localizados no Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Estes, por sua vez, são constantemente alimentados e reativados por grupos que se mobilizam a partir do Paraguai e Argentina (Misiones).

Duas palavras sobre outro aspecto que deve ser considerado ao se debruçar sobre a dinâmica espacial dos Mbyá: sua concepção territorial. Dentro do amplo território em que na atualidade se encontram dispersos (Paraguai, Argentina, Uruguai e Brasil), o Litoral Norte Paranaense é uma fração do mesmo. Não se pode desconsiderar os aspectos simbólicos mantidos em relação a esta fração específica, mas certamente os recursos naturais nela contidos são uma importante base real e concreta para manter e dinamizar tal simbologia. Portanto, mesmo sendo uma fração do todo territorial, a região em apreço não pode ser tratada e vista sem as complexas teias culturais que a perpassam. Ela não está isolada dos outros pontos do território Mbyá. A dinâmica espacial está intimamente vinculada e determinada pela dinâmica social. Neste sentido, são fortes os vínculos que as comunidades inseridas no litoral do Paraná mantêm tanto com os grupos do Sul (Santa Catarina e Rio Grande do Sul), como os do Norte, principalmente os situados em Iguape e Cananéia (São Paulo).

2.1. ÁREA INDÍGENA DA ILHA DA COTINGA (TEKO'A PINDOTY)

Esta área localiza-se dentro dos limites do município de Paranaguá e é composta por terras situadas sobre as Ilhas da Cotinga e Rasa da Cotinga⁵. O acesso entre a sede do município e a aldeia é feita por barco. Os Mbyá contam com apenas três velhas canoas (batera) impulsionadas a remo, consumindo entre três e quatro horas para realizar a travessia⁶. A FUNAI mantém um barco a motor, destinado ao deslocamento do funcionário, ao transporte de materiais diversos e à remoção de pessoas que necessitam de atendimento médico.

Por ocasião do levantamento, a Área Indígena Ilha da Cotinga contava com contingente populacional de 84 pessoas, dividido em dois núcleos residenciais básicos: um no extremo leste da ilha e outro no centro. Essa divisão obedece a critérios sócio-políticos bem definidos, sendo que cada um dos núcleos abriga famílias por afinidade e por consangüinidade. Contudo, ambos os núcleos, compostos por 23 famílias nucleares, aceitam por consenso o Cacique Jorge Rodrigues como liderança política. A divisão obedece, ainda, a uma estratégia de relacionamento com a sociedade nacional. Assim, o núcleo ao qual pertence o Cacique fica no local mais acessível,

⁵ Confira mapa nº01, anexo 01.

⁶ A aquisição de meio de transporte que ofereça mais segurança é uma reivindicação constante da comunidade Mbyá. Mencionam a ocorrência de várias mortes por afogamento em razão da precariedade e da fragilidade das canoas que dispõem. O trajeto entre a cidade de Paranaguá e a aldeia coincide, em parte, com a rota de grandes navios que atracam no Porto para carga e descarga de produtos. As ondas provocadas pela passagem de tais navios, com freqüência, viram as canoas tripuladas pelos Mbyá, pondo em risco a vida dos passageiros.

próximo ao Posto que a FUNAI mantém na área⁷; ao passo que o segundo núcleo conta com casa de reza e mantém as habitações dentro dos padrões arquitetônicos tradicionais. De forma que percebem-se divisões espacial, geográfica e estratégica a um só tempo muito nítidas e reveladoras: de um lado o poder político, do outro o poder religioso. E, na verdade, o poder está onde parece não estar.

As terras, perfazendo um total de 1.685 ha, foram recentemente demarcadas e homologadas. A comunidade está relativamente tranqüila no local, uma vez que a definição oficial dos limites fundiários garantiu-lhe o usufruto exclusivo do patrimônio. Até a execução de tais medidas, eram freqüentes as inquietações no seio da comunidade Mbyá, provocadas pela presença e ocupação hegemônicas do espaço por famílias de pescadores.

Apesar da razoável extensão de terras disponíveis, os Mbyá queixam-se que as condições dos solos não são muito favoráveis à agricultura. Os mesmos são arenosos e de baixa fertilidade, não propiciando um desenvolvimento satisfatório dos cultivares tradicionais, principalmente o milho. A oferta de caça e coleta também são muito limitadas, pouco representando no conjunto das atividades de sobrevivência. A oferta de pesca (essencialmente de água salgada) é abundante, contudo pouco podem dispor do potencial, uma vez que não contam com os recursos necessários e adequados à atividade.

De acordo com os informantes, a Ilha Rasa da Cotinga oferece um potencial maior e melhor para o desenvolvimento de atividades de subsistência, sobretudo para a implantação de roças. Contudo, a comunidade não conta com condições e recursos que proporcionem um maior aproveitamento e a aplicação de técnicas de manejo que favoreçam-lhe retornos satisfatórios. A comunidade poderia manejar adequadamente tal área desde que pudesse dispor de meios de transportes (barco, canoa) e apoio para a aquisição de ferramentas e sementes.

A produção e comercialização de artesanato é a atividade de maior expressão no sistema econômico. Os itens de maior colocação no mercado são cestos (*ajaka*), peneiras (*yrupë*), arcos (*guyrapa*), flechas (*u'y*), colares (*mbo'y*) e chocalhos (*mbaraka*). Também confeccionam peças entalhadas em madeira, reproduzindo imagens de espécies da fauna (*vicho ranga*). Após a elaboração das peças artesanais, processo familiar e que ocorre dentro da comunidade, os Mbyá são obrigados a sair para poder comercializá-las. Paranaguá, um importante centro turístico e portuário, absorve boa parte da produção, mas mesmo assim são obrigados a buscar outros mercados, como Curitiba e cidades adjacentes no litoral paranaense e/ou catarinense.

A ação oficial no sentido de assegurar os direitos possessórios aos Mbyá na Ilha da Cotinga foi acompanhada por intervenções também na área da saúde e da educação. A comunidade conta com uma bem equipada enfermaria, onde um índio Terena (Marcos) atua como agente de saúde, prestando os primeiros socorros e supervisionando os tratamentos de pouca gravidade. Um médico faz visitas periódicas à área (uma vez ao mês). Nas situações emergenciais, os pacientes são removidos a Paranaguá ou a Curitiba, onde a FUNAI mantém a "Casa de Saúde do Índio", ponto de referência para os indígenas do Sul do país que necessitam de tratamentos médicos especializados e também local de hospedagem. A enfermaria da Ilha da Cotinga dispõe ainda de um gabinete dentário, recebendo a visita de um odontólogo uma vez ao mês.

Quanto à escola, encontra-se em fase de construção. O prédio permanece nesta situação há, pelo menos, quatro anos. Tais circunstâncias podem ser um indicativo de que a educação formal não é uma solicitação espontânea da comunidade, e pode estar sendo imposta por instituições indigenistas. De modo que, possivelmente, a escola esteja servindo como um trunfo utilizado pela comunidade na barganha que mantém com as instituições externas. Segundo o próprio Cacique, o

⁷ A Administração Regional de Curitiba, da FUNAI, responde pelos Mbyá que se encontram no litoral paranaense, bem como aos que estão na faixa litorânea de Santa Catarina.

funcionamento da escola estava condicionado ao fornecimento de merenda para as crianças. Quando há merenda, funciona; caso contrário, não!

Outra intervenção realizada pela FUNAI foi observada em relação à construção de casas. Tanto no que diz respeito ao padrão arquitetônico, quanto ao material utilizado, ocorrem mudanças radicais. Assim que muitas casas já se encontram construídas exclusivamente em madeira de "pinus" e com cobertura em telha de amianto. Os motivos alegados para esta substituição não procedem, pois os prédios construídos de acordo com tal padrão não são nem mais higiênicos e nem mais duráveis. Além do que gera uma dependência de tecnologias importadas que os índios não tem como repor ou sustentar.

2.2. ÁREA INDÍGENA CERCO GRANDE

Localizada na porção continental do município de Guaraqueçaba, esta aldeia parece ter sido recentemente constituída³. Sua formação deu-se a partir da junção dos núcleos familiares dos irmãos Francisco Timóteo (Kirimako) e de Roque Timóteo. As famílias ligadas a Francisco Timóteo, provenientes do Rio Grande Sul, circularam pelo litoral paulista (Itariri e Rio Branco) e, posteriormente estabeleceram-se no litoral paranaense. Antes de se instalarem na Ilha das Peças, em 1986, onde residiram até o momento de seu deslocamento para a área atual, permaneceram por algum tempo na Ilha da Cotinga.

O grupo liderado por Roque Timóteo chegou a Cerco Grande em maio de 97, proveniente da Área Indígena Aguapé (Santo Antônio da Patrulha e Cará - RS). Em seu extenso currículo de viagens, Roque inclui passagens pela Província de Misiones (Argentina), onde nasceu, e uma estada de quatro anos no Uruguai.

A partir da junção dos dois grupos contam-se 11 famílias nucleares, totalizando 53 pessoas.

As terras sobre as quais este grupo Mbyá está estabelecido pertencem ao município de Guaraqueçaba. No ano de 1996 foram identificadas pela FUNAI. Ainda que esta medida seja o primeiro passo dentro do longo processo administrativo-burocrático que deve culminar com a demarcação física da área, é a mesma muito importante. Através deste ato o órgão indigenista oficial reconhece a ocupação indígena e torna-se responsável pela segurança física, cultural e patrimonial dos membros do grupo étnico em questão. Para os Mbyá que se encontram em Cerco Grande, a atitude da FUNAI representa o respaldo oficial à sua presença sobre as terras em que são muitos os interesses contrários à permanência indígena. Entre estes podem ser citados desde ecologistas resistentes à ocupação indígena sobre unidades de conservação e preservação, até regionais e corretoras imobiliárias interessados no patrimônio indígena.

Apesar da referida iniciativa oficial, a comunidade Mbyá de Cerco Grande não conta com os mesmos serviços prestados à da Ilha da Cotinga, anteriormente citados. Informaram que eventualmente o funcionário da instituição (FUNAI) visita o local, mas que não existe uma proposta de acompanhamento e atendimento sistemáticos. De forma que esta população, em casos graves, é impelida a uma das três opções existentes, todas elas extremamente penosas, complicadas e morosas. Ou os Mbyá recorrem à prefeitura do município de Guaraqueçaba, ou solicitam a ajuda do funcionário da FUNAI na Ilha da Cotinga, ou deslocam-se até Curitiba.

³ Em seu relatório de 1987, WITT refere-se a um acampamento na periferia de Guaraqueçaba, utilizado esporadicamente pelos Mbyá da Ilha das Peças para venda de artesanato. Possivelmente a Prefeitura Municipal tenha ofertado a área pública onde hoje encontra-se o assentamento. A primeira referência escrita sobre os Mbyá em Cerco Grande foi encontrada em LADEIRA (1996: 776). É provável, portanto, que outras famílias, antes de Kirimako e Roque, tenham estado anteriormente no local.

A sobrevivência econômica é possível mediante a conjugação de atividades diversas, tais como agricultura em pequena escala, caça, pesca, coleta e produção e comercialização de artesanato.

Apesar das terras em que se encontra o grupo pertencem à Prefeitura de Guaraqueçaba, as mesmas estão inseridas dentro de uma Unidade de Conservação (APA-Guaraqueçaba). Em tal circunstância, a comunidade se sente retraída em expandir e executar atividades essenciais, como agricultura, caça e coleta. Há uma vigilância constante sobre o grupo. Os Mbyá enfrentam dificuldades para ampliarem a área de cultivo, uma vez que a preparação dos espaços para plantio, implicando na derrubada e queima da vegetação – técnica da coivara – são recriminados. Conseqüentemente, a área cultivada é reduzida e não permite que o grupo subsista desta atividade. A comunidade manifestou o desejo no sentido de ampliá-la, mas que isso não implicasse em medidas retaliativas por parte da fiscalização ambiental.

Mesmo sendo proibidas e fiscalizadas, os Mbyá conseguem exercer atividades de caça. Utilizam para tanto técnicas tradicionais, basicamente o emprego de armadilhas (*monde/ñuã*) dispostas na mata. Não utilizam armas de fogo e nem apreendem animais para a venda. As presas obtidas destinam-se exclusivamente ao consumo doméstico. A oferta de caça na região é boa e variada. Ocorre, inclusive, a presença de porcos-do-mato (**Kochi**).

As atividades de coleta estão voltadas, prioritariamente, a suprir a demanda em matéria-prima para a confecção do artesanato destinado ao comércio. Este resume-se à cestaria (balaios, cestos, peneiras) e os *vicho ranga*, imagens da fauna entalhadas em madeira. Também para a construção das casas recorrem à oferta de matéria-prima disponível no local, como madeiras, cipós, capim, troncos e folhas de palmeiras, taquaras etc.

A produção de artesanato é a única atividade que possibilita o ingresso de recursos ao grupo. Como esses recursos são bastante limitados, são destinados à aquisição de gêneros alimentícios comprados nos armazéns próximos.

O grupo de Cerco Grande mantém estreitas relações com as comunidades vizinhas, tanto no litoral paranaense como no litoral paulista. Através destas relações conseguem acesso ao potencial oferecido nestes pontos do território, trocando bens e serviços.

É a partir do desenvolvimento de atividades e práticas diversificadas que a comunidade consegue gerar e ter acesso aos recursos necessários à sua subsistência. Isto evidencia que a concepção territorial Mbyá deve ser tomada e interpretada sempre como uma totalidade, sendo que as dinâmicas sociais (reciprocidade, política de matrimônio, relações religiosas) vão limitar ou ampliar o acesso sobre a oferta e o potencial sobre regiões específicas deste território.

No caso dos Mbyá do Cerco Grande, entendemos que seria perfeitamente viável ampliar as condições de auto-sustentação do grupo, uma vez que o meio oferece um potencial excelente e, do ponto de vista cultural, as técnicas são adequadas e permitem conjugar as atividades econômicas com o equilíbrio ambiental. Seria necessário, além de assegurar recursos básicos indispensáveis (como sementes, ferramentas...), também um trabalho de informação aos próprios fiscais e técnicos ambientalistas a respeito do conhecimento e das técnicas de manejo ambiental que os Mbyá detêm. Os Mbyá não fogem e não desmentem sua trajetória milenar de integração bem sucedida do homem com o meio ambiente. Se algumas práticas e vícios atuais sugerem um desvirtuamento desta característica, são as mesmas conseqüências das circunstâncias de miserabilidade e abandono em que se encontram.

2.3. ASSENTAMENTO MORRO DAS PACAS

Também situa-se dentro dos limites do município de Guaraqueçaba, porém sobre a Ilha do Superagüi. Dos assentamentos hoje existentes no Litoral Norte do Paraná é o que oferece maior

dificuldade de acesso. Os Mbyá possuem apenas uma velha canoa impulsionada a remos para realizar a travessia entre a aldeia e a sede do município. De Guaraqueçaba é possível conseguir, mediante pagamento, transporte em barcos a motor, pertencentes a pescadores.

O assentamento Morro das Pácas, na Ilha do Superagüi, é formado pela afinidade entre os líderes religiosos Clemente Franco e Alvarito Benitez. Clemente Franco é originário do Paraguai, mas com passagens pelo Rio Grande do Sul, onde morou de 1988 a 1992 na Área Indígena do Cantagalo (Viamão). Alvarito Benitez também provém do Paraguai, mas com uma permanência dilatada em vários teko'a na Província de Misiones. No Rio Grande do Sul esteve no Teko'a Guajayvi (Guarita) e em Cantagalo, de onde saiu junto com a família de Clemente em direção ao litoral paranaense. Ambos dirigentes espirituais se destacam pela tenacidade com que seguem as tradições Mbyá, razão por que buscam o isolamento e, de certa forma, também um distanciamento das intervenções promovidas pelas instituições indigenistas.

Segundo Alcides Benitez, responsável pelos contatos do grupo com a sociedade envolvente, 10 famílias vivem neste assentamento, totalizando 48 pessoas.

As terras ocupadas não contam com proteção jurídica alguma. Apesar do órgão indigenista oficial ter ciência da presença Mbyá neste local, nenhuma medida concreta foi ainda tomada. A informação, prestada pela Administração Regional de Curitiba, foi de que aguarda-se a formação de um Grupo de Trabalho (GT), já sugerido ao Departamento de Assuntos Fundiários da FUNAI em Brasília, para proceder à identificação das terras indígenas.

Também no que diz respeito ao atendimento em saúde, os Mbyá deste assentamento não contam com apoio e assistência sistemáticos. Eventualmente o funcionário da FUNAI, responsável pela Área da Ilha da Cotinga, visita o local. Os índios devem recorrer às possibilidades oferecidas pelas instituições de saúde pública em Guaraqueçaba ou em Curitiba. Alcides refere-se à ocorrência de vários óbitos resultantes de pneumonia e tuberculose. Menciona ainda a alta incidência de desnutrição, principalmente entre crianças e velhos.

O funcionário da FUNAI, por sua vez, atribui a dificuldade de controlar e realizar os tratamentos contra a tuberculose à resistência dos Mbyá à medicina ocidental. Comenta que preferem continuar com as práticas tradicionais, totalmente ineficientes para o caso, a se submeterem a tratamentos que exigem perseverança e cujos resultados só são possíveis a médio e longo prazos. Cabe enfatizar que, de fato, o tratamento eficaz da tuberculose necessita do uso da medicina ocidental, mas a prevenção depende, essencialmente, da qualidade de vida dessas populações. Enquanto os Mbyá mantiverem-se em precárias condições nutricionais e de moradia, e em ambientes depauperados, serão recorrentes os casos de tuberculose, pneumonia, anemia, verminose... Parece-nos que, apesar de tratar-se de um grupo extremamente aferrado às tradições, o que está em jogo é a possibilidade de colocar ao alcance do grupo atendimento e recursos adequados. Primeiro porque os próprios índios tomam a iniciativa de buscar socorro em hospitais próximos e, em segundo, porque a própria comunidade declarou que ajudas, desde que não impositivas e respeitadas às normas culturais, são bem-vindas.

Quanto aos meios de subsistência, esta comunidade se assemelha muito à situação descrita para o grupo localizado em Cerco Grande. Há, porém, uma maior dificuldade para a comercialização do artesanato em função da distância dos mercados de venda. Conseqüentemente, o grupo deve articular-se com uma intensidade maior em torno de atividades tradicionais, como a agricultura, caça, pesca e coleta. No caso das roças, além das barreiras impostas pela legislação de proteção ambiental, quanto às derrubadas e à queima, o grupo enfrenta também dificuldades para adquirir sementes e ferramentas.

Sem dúvida esta é a comunidade Mbyá que enfrenta maiores dificuldades para a sobrevivência. Intervenções se fazem necessárias, sobretudo para assegurar ao grupo possibilidades de plantio, através da ampliação das áreas de cultivo, destinação de ferramentas,

sementes e melhoria das condições de transporte, a fim de que os Mbyá possam escoar a produção de artesanato.

2.4. REFERÊNCIAS A OUTRAS OCUPAÇÕES

Neste tópico trataremos das áreas que já foram ocupadas pelos Mbyá ao longo de todo o litoral paranaense em épocas pretéritas, e cujo retorno ou reocupação estão hoje restritos ou definitivamente interditados. Também serão citados alguns pontos que são eventualmente retomados por grupos em deslocamento entre os assentamentos acima referidos e os situados nos estados do Sul, ou por famílias que se dedicam à produção e comercialização de artesanato.

Num dos raros registros oficiais escritos sobre os Mbyá na costa paranaense⁹, um funcionário da FUNAI relata, em 1987, a existência de duas ocupações na Ilha das Peças e outro próximo à cidade de Guaraqueçaba.

Referências a estes dois assentamentos também são encontradas no “Relatório de Atividades – out/1989 a dez/1990”, realizado pela antropóloga Maria Inês Ladeira, do Centro de Trabalho Indigenista, uma organização não-governamental sediada em São Paulo e que atua junto às populações Guaraní distribuídas no litoral deste Estado, bem como também no Rio de Janeiro e Espírito Santo.

O que existe de comum nos registros de WITT e LADEIRA é o apelo para que a FUNAI tomasse providências urgentes no sentido de garantir a permanência dos Mbyá sobre os espaços que ocupavam.

A respeito das intenções dos índios localizados na referida Ilha das Peças, escreve o funcionário da FUNAI:

Os MBYÁ ali presentes consideram aquele local o melhor até hoje por eles encontrado para viver a maneira tradicional. Solo, água, fauna, flora, isolamento da população “branca” e outros fatores se somam para que este grupo opte por ali se fixar e permanecer (WITT, 1987).

Como providências não foram tomadas, aumentaram as pressões – sobretudo por iniciativa de instituições ambientalistas – e os Mbyá da Ilha das Peças foram coagidos a abandonar suas ocupações. Parte das famílias deslocaram-se para a Ilha do Cardoso, no vizinho Estado de São Paulo, enquanto as demais constituíram o acampamento de Cerco Grande ou mudaram-se para Área da Ilha da Cotinha.

A antropóloga Maria Inês Ladeira, em um estudo recente, mas baseado em levantamento realizado no início da década de 1990, relaciona tanto as ocupações já referidas sobre a Ilha das Peças, como a Aldeia da Barra do Ararapira (Teko’a Jejyty) e a Aldeia do Superagüi. Estes dois assentamentos localizavam-se sobre a Ilha do Superagüi (LADEIRA, 1996: 776).

A tradição oral do grupo faz referência a ocupações realizadas nos municípios de Morretes e Antonina. Até o início da década de 1980, pelo menos, mantinham assentamentos nestes pontos. Certamente as medidas oficiais no sentido de criação de Unidades de Conservação (parques, reservas ecológicas e Áreas de Preservação Ambiental) coagiram os Mbyá a abandonarem os assentamentos.

⁹ Na década de 1980 a FUNAI promoveu mais uma das tantas reestruturações do órgão. Buscando uma descentralização das decisões de Brasília, foi dividida em várias Administrações Regionais (ADR). A ADR correspondente à Região Sul ficou sediada em Curitiba. A partir de então, e desta ADR, ocorrem as primeiras tentativas de intervenção junto aos Mbyá localizados no litoral paranaense. Coincidem com esta época os primeiros registros produzidos por funcionários da instituição sobre os Mbyá que circulam por esta região.

Em seus relatos, os Mbyá mencionam ainda ocupações que eventualmente realizam no Litoral Sul Paranaense, dentro da Baía de Guaratuba, nos municípios de Guaratuba e Matinhos. Nestes locais as ocupações são de caráter temporário, sendo estabelecidas como pontos intermediários para as famílias que se deslocam dos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul em direção às aldeias localizadas em Paranaguá e Guaraqueçaba. Caracterizam-se como espaços intermediários para os grupos familiares que realizam o percurso inverso, saindo do norte e dirigindo-se para os estados mais ao sul. Podem ser utilizadas, ainda, por famílias assentadas na Área de Cotinga e que se estabelecem nos limites dos municípios referidos com o objetivo de produzir e comercializar artesanato.

O que se observa em relação às ocupações de Matinhos e Guaratuba é que, também em decorrência da inexistência de medidas oficiais para garantir estes espaços, os mesmos têm sido ocupados pelos “brancos”, fator que vem limitando e interditando a possibilidade de os Mbyá continuarem dispondo e retomando partes do território que tradicionalmente utilizavam. Embora não tenhamos localizado documentos escritos sobre assentamentos Mbyá nesses municípios, a comprovação de sua existência pôde ser feita a partir de registros fotográficos, a exemplo da já referida foto Nº 01.

3. OS MBYÁ NA REGIÃO SUL PARANAENSE

A segunda região do Paraná onde ocorre a presença Mbyá está circunscrita no Sul do Estado. O Rio Iguaçu é um importante acidente geográfico que percorre praticamente todo o limite Sul do Estado do Paraná, no sentido Leste-Oeste e desemboca no Rio Paraná nas imediações da cidade de Foz do Iguaçu. Serve, também, como ponto de referência para a localização das atuais ocupações Mbyá. Algumas áreas estão junto às margens deste Rio, ou de alguns de seus tributários.

A região foi, sobretudo nos últimos setenta anos, objeto de intensa colonização. Este se processo ocasionou a ampliação de grandes latifúndios, sustentados por atividades agrícolas de monoculturas mecanizadas. Como conseqüência, a paisagem foi radicalmente alterada, quase desaparecendo as florestas, ambientes imprescindíveis aos povos indígenas. Paralelamente, a política indigenista promoveu o confinamento de grupos Kaingang em algumas áreas florestadas, caracterizando-as como “reservas indígenas”. Quanto aos grupos Mbyá, continuaram sua estratégia de afastamento da sociedade nacional (incluindo as instituições governamentais) e de procura por ambientes florestados.

A presença dos Mbyá no Sul do Paraná é possível de ser rastreada e confirmada com base na tradição oral do grupo e em documentos de natureza diversa desde, pelo menos, a época da Guerra que a Tríplice Aliança moveu contra o Paraguai (GARLET, 1997: 57). Provavelmente a região em apreço deve ter sido percorrida por grupos familiares que se deslocaram em épocas diversas ao litoral tanto do Paraná, como dos estados mais ao norte. NIMUENDAJÚ ([1914] 1987: 105) refere-se a um pequeno grupo que, em 1912, se deslocara ao litoral paulista. SCHADEN (1974: 5) menciona a chegada, em épocas distintas e também ao litoral paulista, de três grandes grupos de famílias Mbyá. Tanto em épocas mais recuadas, como na atualidade, a região do vale do Iguaçu é uma referência espacial significativa para os Mbyá, seja pelas aldeias nele inseridas, seja como via de acesso à costa atlântica.

Por ocasião do levantamento, diversos informantes acima de 40 anos de idade relataram terem nascido fora das áreas onde hoje se encontram. Os locais referidos como de nascimento ou que abrigavam antigos teko'a (dentro dos atuais municípios Salto do Lontra, Capanema, Barracão) foram objeto de intensa colonização, impedindo o retorno dos indígenas.

A mata originária ao Sul do Paraná, cujos remanescentes podem ainda ser encontrados nas áreas indígenas, é típica da floresta temperada e úmida. Também pode-se denominá-la de floresta de coníferas, onde se destaca a *Araucaria augustifolia*, vulgarmente conhecido por pinheiro do Paraná. As áreas indígenas e as poucas áreas protegidas legalmente pelas instituições ambientalistas constituem-se em verdadeiras ilhas razoavelmente preservadas dentro de um contexto completamente alterado. Assim que o entorno das áreas indígenas situadas no interior do Estado é formado por lavouras de monoculturas ou pastagens para rebanhos bovinos.

3.1. ALDEIA PALMEIRINHA

As terras ocupadas pelos Mbyá fazem parte da Área Indígena de Mangueirinha, pertencente aos Kaingang. Estes permitem aos Mbyá o usufruto de, aproximadamente, 2.000 ha, limitados pela BR 373, o Rio Iguaçu e uma fração de terras em litígio judicial entre a comunidade Kaingang e a Companhia Madeireira Slaviero. As terras ocupadas pelos Mbyá situam-se dentro do município de Chopinzinho¹⁰.

A comunidade Mbyá é composta por 75 famílias, perfazendo uma população de 385 indivíduos. Também nesta área observa-se uma nítida distribuição geográfica entre as famílias, sendo que podem ser divididas em dois núcleos residenciais básicos. Um é formado pelas famílias que se encontram na volta da "Sede do Posto", ou seja, junto à BR 373 e onde foram construídos os prédios da Escola, do "Centro de Cultura Guarani", da Enfermaria e onde, em décadas passadas, a FUNAI¹¹ construiu algumas casas para os indígenas. Neste núcleo reside o Cacique (Nelson) e outras lideranças da comunidade. É o centro político da área. O outro núcleo é constituído pelas famílias que estão mais afastadas do contato direto com o mundo externo. Situa-se próximo às margens do Rio Iguaçu, onde prevalecem as casas em padrão tradicional. Nele reside o Opygua, o dirigente religioso (Aristides) e é o centro espiritual da comunidade.

Este é um dos assentamentos mais antigos dentro do Paraná onde é feita referência à presença Mbyá e cuja presença pode ser acompanhada até os dias atuais. Em sua obra "Aspectos Fundamentais da Cultura Guarani", SCHADEN (1974: 8) menciona que entre os Mbyá desta aldeia realizara parte de seus trabalhos de campo iniciados no ano de 1946. Palmeirinha é citada ainda como uma referência geográfica importante na memória espacial da etnia, principalmente como ponto intermediário dos grupos que, saídos do Paraguai, buscam chegar à costa atlântica, atingindo os estados mais ao norte.

A importância desta aldeia como suporte para os grupos que continuam a se deslocar em direção ao litoral pôde ser confirmada durante nossa estada no local em virtude do levantamento. Fomos informados de que famílias provenientes tanto do Paraguai, quanto de Misiones (Argentina) fazem, na área de Palmeirinha, uma interrupção nas jornadas antes de chegar às aldeias litorâneas. Foram mencionadas as aldeias do Rio Branco, situada em São Paulo, e a aldeia do Bracuí, no Estado do Rio de Janeiro, como as que mantêm maiores vínculos, sobretudo de parentescos, com os Mbyá de Palmeirinha.

Em relação ao aspecto da mobilidade espacial, gostaríamos de acrescentar algumas rápidas palavras. A impressão que tivemos foi de que as famílias que hoje se encontram residindo na área apresentam uma certa tendência à "fixação" ao local. Os comentários feitos pelos Mbyá sobre os deslocamentos permitem concluir que as famílias que saíram da área nos últimos tempos, foram as mesmas que há pouco nela haviam ingressado. De sorte que a área serve de ponto de referência

¹⁰ Confira mapa nº 02, anexo 01.

¹¹ As comunidades Mbyá inseridas no sul paranaense estão sob a jurisdição da Administração Regional da FUNAI sediada no município de Guarapuava.

para os grupos familiares que se deslocam de outros extremos em direção à costa atlântica. Mais adiante procuraremos entender a razão desta tendência à "fixação" bem como suas conseqüências.

A extensão de terras que é permitida aos Mbyá ocuparem, apesar de parecer razoável, não chega a corresponder integralmente às expectativas da comunidade. Há que se considerar que a quase totalidade destes 2.000 ha foram, até recentemente (três anos atrás) ocupada por agricultores e posseiros das circunvizinhanças. Mediante o pagamento irrisório, a título de arrendamento, os Kaingang permitiram aos colonos a exploração do potencial madeireiro bem como o desmatamento para a implantação de lavouras monocultoras¹². A agricultura de rapinagem desenvolvida, baseada na mecanização e na utilização massiva de insumos químicos, gerou, em poucos anos, grandes prejuízos ao patrimônio indígena. Os solos, por exemplo, foram deixados ao nível máximo da depauperação.

Frente a esta prática a comunidade Mbyá era duplamente lesada. Primeiro porque o arrendamento interditava a possibilidade de utilização das terras para desenvolver sua própria agricultura. Em segundo, porque apenas uma margem insignificante das barganhas e dos resultados advindos do arrendamento era repassado à comunidade Mbyá, ficando restrito ao círculo das lideranças políticas Kaingang.

A prática do arrendamento das terras indígenas a terceiros foi, pelo menos aparentemente, sustada nos últimos dois anos. Para tanto concorreram vários fatores. Em primeiro lugar deve-se focalizar a mudança ocorrida no quadro de lideranças Kaingang. O atual Cacique empenha-se por manter relações cordiais com a comunidade Mbyá, reconhecendo a legitimidade dos seus representantes, permitindo que tomem decisões por vontade própria e respeita tais decisões como válidas. Tais procedimentos não eram tolerados pelos caciques Kaingang anteriores, que impunham as lideranças Mbyá à revelia da comunidade, cabendo-lhes acatar as decisões por eles ditadas.

Outro fator que contribuiu positivamente para o estancamento dos arrendamentos foram as iniciativas das lideranças Mbyá. O Cacique Marcolino soube fazer render em favor dos Mbyá de Palmeirinha o prestígio e apoio que dispunha tanto da comunidade local, como das articulações que mantinha com várias instituições indígenas e indigenistas do Brasil. Dessa forma criou uma base de pressão política contra o arrendamento e uma plataforma para negociar com a FUNAI, com o Governo do Estado e outras instituições de apoio a garantia de recursos para a comunidade buscar sua autogestão.

A visão e as propostas de Marcolino proporcionariam retornos ainda mais positivos à comunidade de Palmeirinha, caso interesses políticos não tivessem entrado em cena. A FUNAI, nos últimos anos, tem praticamente entrado em colapso, aumentando sua ineficiência e diminuindo gradativamente sua capacidade de intervenção positiva em favor dos povos indígenas no Brasil. A situação de faliência da FUNAI é reflexo de uma política neoliberal, implantada nos últimos governos federais, que se mantém na atual administração de Fernando Henrique Cardoso. Esta política neoliberal pretende, entre outras coisas, privatizar setores sociais que são sabidamente de responsabilidade do Estado. Como estratégia o Governo vem, progressivamente, inviabilizando a manutenção destes setores, incentivando a iniciativa privada a agir em seu lugar. Assim é que, cada vez mais, ações que deveriam ser executadas pela FUNAI estão sendo realizadas por ONGs. Desta forma, cada vez menos as comunidades indígenas têm conseguido contar com o apoio estatal, e menos ainda com sua intervenção indigenista eficiente.

¹² A comunidade Mbyá eventualmente recebia algum retorno da prática do arrendamento. Este retorno podia ser em porcentagem sobre a produção, processo no qual os índios eram sistematicamente enganados, pois era o arrendatário quem tinha o controle do volume das colheitas, sendo que o pagamento era sempre inferior ao valor real. Este retorno podia ser, também, pago em forma de alimentação ou, menos freqüente, em dinheiro. De qualquer forma os Mbyá nem sempre participavam diretamente das negociações envolvendo o arrendamento de terras, uma vez que as mesmas pertencem aos Kaingang, entendendo estes que lhes cabia o direito de dispo-las e negociá-las.

A atual gestão do Governo do Paraná (1994-98) foi ocupando, com sagacidade e interesses políticos, a lacuna gerada a partir da retração do órgão indigenista federal, implantando o "Programa Paraná Indígena". A intenção final deste Programa visa a auto-sustentação das comunidades indígenas a partir dos recursos e do potencial de cada área. Na prática, observa-se a reedição de mais um grande programa assistencialista, conforme pode-se comprovar a partir do detalhamento de alguns de seus aspectos.

Dentro da comunidade Mbyá de Palmeirinha, os resultados podem ser descritos nas seguintes linhas.

Um dos aspectos vistos como de prioridade máxima dentro do Programa é o relacionado à educação. E neste sentido constatou-se a aplicação de recursos consideráveis, sobretudo em criação e ampliação de infra-estruturas. A velha escola foi substituída por um prédio amplo e bastante luxuoso. Além de aulas, as crianças recebem, gratuitamente, merenda. Também foram contratados profissionais como professoras, cozinheira e faxineira. Tudo parece funcionar maravilhosamente bem. Mas consideramos que o processo está sendo mal conduzido, simplesmente porque os Mbyá não participam dele em momento algum como sujeitos. Desde a limpeza do prédio à administração das aulas (excetuando a aula na língua Mbyá), tudo é responsabilidade exclusiva dos "brancos". Como este Programa será sustentado enquanto a atual gestão estadual se mantiver no poder, certamente não haverá interesse na sua continuidade após mudança na condução da política estadual. Conseqüentemente, a comunidade ficará desamparada e sem saber como manter e dar sustentabilidade às propostas do Programa. O resultado final novamente será o reforço, perante a opinião pública, do estigma e do preconceito em relação aos povos indígenas. Repetir-se-á que os poderes públicos não devem se preocupar com os índios, destinando-lhe recursos, pois eles realmente são incapazes, preguiçosos etc...

Próximo à escola e em certo sentido servindo como extensão e complemento desta, foi construído um exótico e megalomaniaco prédio que serve como sede do "Centro de Cultura Guarani". Pelo que pudemos perceber este Centro tem por objetivo a formação de crianças e adolescentes da comunidade e, ao mesmo tempo, servir como ponto de referência para o comércio de artesanato. Quando não estão em sala de aula, as crianças freqüentam o Centro, onde, divididas por categorias de idade, ficam aos cuidados de instrutores que lhes "ensinam" como confeccionar os itens típicos do artesanato Mbyá (cestos, arcos, flechas, colares, esculturas em madeira...). Entendemos que, também aqui, equívocos sérios estão sendo cometidos e que a comunidade não deve ter sido consultada para a implantação de tais propostas.

Também este aspecto do Programa Paraná Indígena, segundo a avaliação que fazemos, é deficiente, pois é uma demonstração evidente de que os indígenas participam nele como meros figurantes. Além disso, a prática de afastar as crianças do ambiente familiar para formalizar e institucionalizar formas de repassar conhecimentos sobre tecnologias tradicionais, favorece à desestruturação social e despreza os mecanismos genuínos do grupo de cognição, educação e formação dos seus membros.

Referimos anteriormente que o fim da prática do arrendamento das terras da área foi uma negociação em que a comunidade Mbyá buscou envolver o Governo do Estado e a FUNAI. Com o debilitamento do poder e da ação deste último órgão, o Governo do Estado, através do Programa Paraná Indígena tem se colocado com o principal, senão único, ponto de referência da comunidade. O aspecto da educação, com as ressalvas que evidenciamos, traduz o único esforço visível do Programa. Conseqüentemente a comunidade enfrenta sérias dificuldades em relação aos outros setores essenciais.

O Cacique Nelson informou-nos que, ao necessitar de atendimento médico, os Mbyá devem se deslocar até a sede do município de Chopinzinho e disputar a concorrida oferta de serviços públicos gratuitos. Para os casos de maior gravidade ou emergenciais, quando necessitam de atendimento fora do horário de expediente, não sabem a quem recorrer. De acordo com as

informações prestadas, a população idosa é a que mais sofre, principalmente de desnutrição e tuberculose. As crianças são as maiores beneficiadas, sobretudo porque a partir do Programa contam com duas refeições servidas na escola, atendimento médico e odontológico.

Outra dificuldade referida pelo Cacique Nelson é quanto à sobrevivência econômica. O artesanato proporciona uma entrada de recursos irrisória e para comercializá-lo contam com duas possibilidades: deslocarem-se até Curitiba ou ficarem sujeitos às eventuais incursões de turistas que freqüentam o Centro de Cultura. A possibilidade de venda da força de trabalho também pouco representa, pois a agricultura desenvolvida na região é altamente mecanizada e dependente de agrotóxicos, dispensando, portanto, a utilização de mão-de-obra em ampla escala. Por outro lado, as famílias Mbyá encontram-se sem condições, e tampouco sabem como conseguir recursos, para subsidiar o plantio de suas roças. O Cacique comenta que, hoje, a comunidade encontra-se em situação mais adversa do que quando arrendava as terras, pois então contavam com uma pequena percentagem da produção e com a ajuda dos arrendatários.

Portanto, considerando que o Programa Paraná Indígena é político e se manterá, na melhor das hipóteses, até o fim da atual gestão estadual, a comunidade Mbyá de Palmeirinha encontra-se, a curto e médios prazos sem condições de conseguir sua autogestão. Está muito atrelada e dependente de pessoas e instituições externas. Esta desvinculação seria garantida, face às circunstâncias atuais, mediante uma intervenção em alguns setores estratégicos, como a produção de alimentos. Para tanto, seria imprescindível também um processo de intensa discussão e educação da comunidade, durante o qual seria instrumentalizada para assumir ela própria a condução de sua história. A área oferece um grande potencial e a sabedoria milenar dos Mbyá sobre manejo ambiental também é outro fator altamente positivo para se pensar em alternativas de auto-sustentabilidade.

Concluindo, diante das iniciativas oficiais (FUNAI e Governo do Estado), pareceu-nos que a comunidade Mbyá, ou melhor, sua liderança política, encontra-se fascinada face à construção e implantação de infra-estrutura e pela doação de alguns bens e serviços. Talvez as justificativas para essa dificuldade em se posicionar deva ser buscado no histórico das relações interétnicas desta comunidade com a sociedade nacional e Kaingang. Possivelmente hoje exista por parte dos Mbyá de Palmeirinha uma decisão de buscar externamente uma identificação com os regionais. Esta identificação, ou antes esta representação, passa também por poder exhibir ao mundo exterior "coisas do branco", aquilo que é valorizado e posto além e acima da existência. Também deve-se considerar o histórico das relações com os Kaingang, processo durante o qual todas as decisões da comunidade Mbyá somente eram validadas se aprovadas e intermediadas pelas lideranças Kaingang. Talvez, num gesto de auto-afirmação os Mbyá estejam querendo demonstrar que – se eles assim o quiserem – também podem decidir e conseguir trazer para sua comunidade as "coisas do branco". Emblemática, neste sentido, é a declaração do Cacique Nelson ao expressar que "hoje não podemos mais viver como nossos antepassados, temos que nos adaptar à escola, cultivar grandes lavouras em vez de ficar esperando pela caça e a pesca; nossa realidade hoje está muito mudada, por isso nós também temos que mudar um pouquinho para não ficarmos muito para trás." A adaptação, quiçá, expressa a intencionalidade de demonstrar-se capaz de dar respostas que rompam com estigma da marginalização e da sujeição históricos a que foram submetidos.

3.2. ALDEIAS TAQUARA, LEBRE E PINHAL

Esses três núcleos Guarani (02 Mbyá e 01 Chiripá) encontram-se dentro dos limites da Área Indígena Rio das Cobras¹³, também pertencente aos Kaingang. Os núcleos residenciais localizam-

¹³ Confira mapa nº03, anexo 01.

se nos municípios de Laranjeiras do Sul e Quedas do Iguaçu. As aldeias Lebre e Pinhal são exclusivas Mbyá, ao passo que a da Taquara é formada por famílias Mbyá e Avá-Guarani (Chiripá), estas provenientes da Área do Ocoí (São Miguel do Iguaçu)¹⁴.

Quanto aos dados populacionais temos o seguinte quadro: na aldeia Lebre encontram-se 40 famílias, perfazendo um total de 210 pessoas; na aldeia Pinhal, 52 famílias, 256 pessoas e na Taquara 16 famílias, 85 pessoas. Nesta última aldeia, em decorrência de casamentos mistos entre Mbyá e Avá-Guarani, não foi possível separar e precisar o número de indivíduos pertencentes a cada um dos grupos étnicos. O total geral de habitantes deste núcleo (85) foram contabilizados como pertencentes à etnia Mbyá. É necessário, portanto, fazer esta ressalva e estar atento ao se manipular tais dados, considerando a possibilidade de uma pequena variação no cômputo final.

Fomos informados, durante o levantamento, sobre a existência de um "acampamento de paraguaios", constituído no ano anterior, próximo ao núcleo residencial do Pinhal. Ao buscar mais informações sobre tais pessoas, constatou-se serem os mesmos Mbyá, provenientes do Paraguai. O grupo é formado por 27 pessoas (uma família extensa) e que, apesar do vínculo de parentesco com famílias residentes no Pinhal, preferiram constituir um núcleo em separado. O chefe da família alegava que "mi costumbre es diferente", isto é, que se considerava mais apegado às pautas tradicionais que os Mbyá do Pinhal, e que, por este motivo, necessitava manter um certo distanciamento geográfico dos seus parentes e anfitriões. Esclarecemos, portanto, que esta família foi considerada, no agrupamento dos dados, como pertencente ao núcleo do Pinhal.

Os núcleos exclusivamente Mbyá encontram-se o mais afastados possível da população Kaingang e "branca", ao passo que aquele que reúne Mbyá e Avá-Guarani encontra-se mais acessível, próximo à Rodovia Estadual 473 e nas vizinhas de famílias Kaingang e de colonos.

Cada uma das aldeias apresenta organização interna independente e lideranças políticas e religiosas próprias. Contudo, para as negociações políticas externas, as três comunidades aceitam a representação de um "Cacique Geral", que no momento era exercida por Valdomiro Pires de Lima, da aldeia do Pinhal. Na aldeia Lebre é Cacique seu irmão, Darci Pires de Lima. Na comunidade da Taquara o representante político é o Cacique Fernando, um Avá-Guarani (Chiripá).

As relações com a liderança Kaingang parecem ser cordiais. No momento da realização do levantamento, o Cacique Kaingang nos informou estar tomando medidas no sentido de restringir a atuação da FUNAI dentro da área. Uma das implicações destas medidas era a destituição do Chefe de Posto mantido pelo órgão, indicando para ocupar a vaga um funcionário índio (Kaingang). Para legitimar suas ações o Cacique Kaingang informou estar contando com o apoio dos Guarani. Não soubemos em que medida os Mbyá teriam algum benefício ao participarem de tal aliança. Presumivelmente atitudes como esta fazem parte do rol de obrigações que os Mbyá devem cumprir como condição para garantir a ocupação e permanência sobre os espaços pertencentes aos Kaingang.

Além da influência da FUNAI, apesar de hoje estar bastante atenuada, as aldeias Mbyá no Rio das Cobras sofrem há alguns anos a pressão exercida pela missão religiosa alemã dos Missionários do Cristianismo Decidido (MCD). Esta instituição adquiriu uma área de terras nos limites da Área Indígena onde funciona sua sede. Contam com uma grande estrutura, como prédios escolares, igrejas, casas para os pastores, oficinas, hospital (hoje desativado) e armazém para grãos. Sob o discurso de um assistencialismo desinteressado e descomprometido, a Missão desenvolve um intenso trabalho cujo objetivo final é mudar os hábitos culturais indígenas e integrando-os à sociedade nacional na condição de "cidadãos trabalhadores e cristãos".

¹⁴ Após a inundação e redução das terras da comunidade do Ocoí pela hidrelétrica de Itaipu, e em decorrência de atritos internos com as lideranças do Ocoí, a família extensa chefiada por Fernando deslocou-se para Rio das Cobras (núcleo da Taquara). Este grupo continua, mantendo constantes e fortes vínculos com os habitantes do Ocoí, através de frequentes visitas.

Em suas oficinas oferecem periodicamente cursos profissionalizantes aos indígenas que demonstram simpatizar com seus ideais e princípios religiosos. Fornecem-lhes recursos e possibilidades de trabalho, a fim de que se sobressaíam sobre os seus próprios parentes. Não raro, cria-se uma divisão na comunidade entre os "índios crentes" e "os demais". Uma das primeiras medidas dos missionários é aprender a língua indígena e providenciar a tradução da bíblia para língua nativa. Diante de tal quadro, é fácil deduzir os desdobramentos das ações e das pregações missionárias, criando e acirrando divisões internas e tirando proveito da situação de miséria em que se encontram as comunidades indígenas.

Não apenas os agentes da MCD vêm investindo sobre os povos indígenas. Nos últimos anos, com a proliferação de várias seitas pentecostais no Brasil, os povos indígenas – vistos como pagãos por excelência – passaram a ser seus alvos prediletos. Como consequência desta grande "cruzada missionária", é comum encontrar-se numa mesma comunidade indígenas representantes e seguidores de quantas seitas por ela tenham incursionado. Mesmo a propalada resistência religiosa Guarani, não raro, fraqueja diante das "tentadoras promessas" de salvação eterna e paraíso presentes nos discursos e na doutrina de tais seitas. Assim, a religião que tradicionalmente servia de fator de unificação, coesão e sedimentação das relações sociais, passa a motivadora do faccionalismo e das disputas internas.

Apesar da intensa propaganda do Programa Paraná Indígena através da mídia, não se observou nenhuma medida mais concreta nos núcleos habitados pelos Guarani no Rio das Cobras. Sua proposta é de estender também para estas comunidades os mesmos "benefícios" levados para Palmeirinha. Talvez a demora deva-se ao fato de que estas comunidades encontram-se em locais mais isolados e de maior dificuldade de acesso. Os investimentos sobre elas não dariam a projeção e a visibilidade tão esperados em se tratando de iniciativas motivadas por interesses meramente políticos.

Em relação aos problemas evidenciados pelas lideranças das comunidades, pode-se dizer que, com pequenas variações, não diferem dos que são comuns para as demais áreas.

O atendimento em saúde deve ser buscado nos hospitais da rede pública de atendimento, na sede dos municípios vizinhos ou em Curitiba. Apesar de existir um hospital destinado exclusivamente aos indígenas dentro dos limites da área, o mesmo, quando em funcionamento e com medicação disponível, prioriza o atendimento à população Kaingang.

Os três núcleos apresentam dificuldades para o desenvolvimento de suas roças. Talvez porque estes grupos puderam ficar preservados de um contato mais direto e intenso tanto com os regionais e também da intervenção da FUNAI, têm se mantido com um grau de dependência externa menor. Assim, diante das dificuldades para a aquisição de sementes e recursos para o plantio, não ficam numa atitude passiva de aguardo de soluções externas. Preservam algumas variedades de sementes tradicionais, principalmente o milho. Em pequena escala e a nível familiar, produzem em suas roças milho, feijão, batata-doce, mandioca e amendoim.

A agricultura, portanto, é a atividade de subsistência básica. A produção está voltada, prioritariamente, ao consumo doméstico e, eventualmente, há preocupações no sentido de gerar pequenos excedentes destinados à venda. O artesanato, a caça, a pesca e a coleta contribuem muito pouco para a economia do grupo. Igualmente insignificante e fortuita é a possibilidade de venda da força de trabalho para colonos e fazendeiros da região. O modelo agrícola, monocultor e mecanizado, não prima pela oferta de trabalho braçal.

A área oferece um grande potencial, principalmente para atividades relacionadas ao manejo agroflorestal. Apesar da ação voraz dos madeireiros até a década passada, há ainda uma grande porcentagem da área coberta com matas primárias, constituindo um excelente banco genético do germoplasma nativo. Uma grande variedade de frutíferas nativas, inclusive a *Araucaria augustifolia*, poderiam ensejar o repovoamento das áreas desmatadas ou onde a agricultura vem sendo praticada a vários anos consecutivos. Estas medidas favoreceriam, a médio e longo prazos,

uma maior oferta de caça e coleta. Mas, de qualquer forma, a atividade básica e essencial para a subsistência do grupo deve girar em torno da agricultura.

3.3. ÁREA INDÍGENA RIO DA AREIA

Localiza-se no município de Inácio Martins, às margens do Rio da Areia, um dos afluentes do Rio Iguaçu e que serve de limite natural a uma boa extensão do perímetro das terras da comunidade indígena¹⁵. Trata-se de um assentamento exclusivamente Mbyá, mas até algum tempo atrás algumas famílias Chiripá estavam nesta área. Estas famílias Chiripá reuniram-se a seus parentes da comunidade do Ocoí.

A comunidade é formada por duas famílias extensas que, por sua vez, comporta 11 famílias nucleares, totalizando 51 indivíduos. A liderança política é exercida pelo Cacique Laurici.

A área possui uma extensão contínua de 1.280,56 ha de terras já demarcadas. A demarcação ocorreu em processos e momentos diferentes. Inicialmente a comunidade conseguiu assegurar a demarcação de 401, 56 ha. A partir disso, continuou pleiteando a ampliação de sua área, o que ocorreu em fases e propostas diferentes. Uma formada a partir da identificação de 652 ha e a outra contemplando mais 227 ha.

Do ponto de vista ecológico a área encontra-se razoavelmente preservada. O difícil acesso possibilita aos Mbyá um bom isolamento e mantém à distância a curiosidade e as intervenções nem sempre positivas de parte da sociedade envolvente.

A razoável extensão de terras disponíveis e o potencial oferecido na área permitem uma maior coesão social e religiosa do grupo. O resultado positivo destes fatores reflete-se sobretudo no aspecto econômico. É uma das raras comunidades Mbyá no Sul do Brasil onde os indivíduos não estão sujeitos à fome e à misérias crônicas. As atividades agrícolas estão voltadas tanto para garantir o suprimento das necessidades básicas internas, como conseguem gerar um excedente destinado ao mercado. Com os recursos gerados pela venda de produtos agrícolas, a comunidade adquire os gêneros e bens que não consegue produzir sobre a área.

Nesta área a FUNAI mantém a estrutura tradicional de um Posto Indígena, consistindo de escola, enfermaria e casa para funcionário.

Também constatou-se a presença e atuação da missão cristã dos Missionários do Cristianismo Decidido. As conseqüências de sua prática são as mesmas descritas para as comunidades localizadas em Rio das Cobras, só que não de forma tão negativa e virulenta, pois a comunidade ainda consegue se articular, reagindo e se posicionando ativamente frente a mesma.

4. CONCLUSÃO

Observa-se que os Mbyá-Guarani no Paraná possuem duas formas gerais de ocupação. No litoral o que se verifica é que a maioria dos núcleos ocupacionais são temporários. Um determinado grupo se instala por um certo período, para em seguida partir. Em seguida, ou tempos depois, outro grupo aí se instala. Este tipo de ocupação se caracteriza pela circularidade de diferentes grupos por vários pontos que constitui uma extensa faixa territorial, atingindo os países do cone-sul e vários estados brasileiros¹⁶.

Por outro lado, outras comunidades Mbyá adotaram outra forma de ocupação neste estado. Elas são mais características no interior, e se distinguem por serem núcleos ocupados de forma

¹⁵ Confira mapa nº04, anexo 01.

¹⁶ Para maior aprofundamento sobre este aspecto consulte GARLET, 1997.

permanente por um mesmo grupo. Nestes núcleos ocupacionais os Mbyá parecem ter adotado de forma mais flexível uma série de elementos exógenos a sua cultura, assim como diferentes formas de intervenção de instituições públicas, privadas e religiosas.

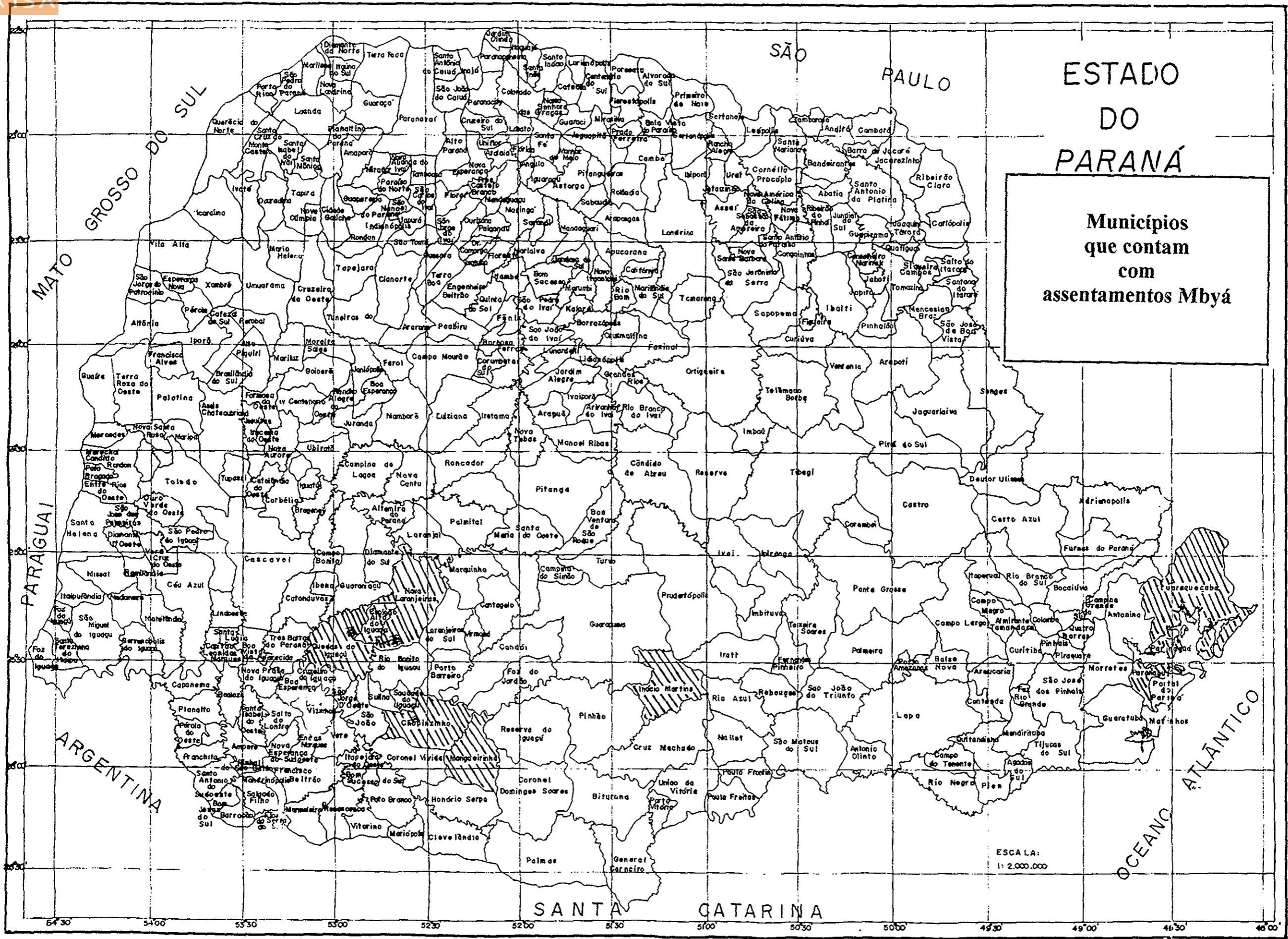
Estas diferenças entretanto, devem ser entendidas como geradas por uma causa comum. Ambas podem ser entendidas como respostas ao contato interétnico, intensificado nas últimas décadas com a progressiva restrição de espaços onde estas comunidades pudessem viver de forma razoavelmente isolada e independente da sociedade ocidental. Desta forma, a partir de processos históricos específicos essas comunidades desenvolveram estratégias diferenciadas para se manterem etnicamente distintas diante de um contexto, onde o relacionamento com a sociedade envolvente se tornou inevitável.

5. BIBLIOGRAFIA

- GARLET, Ivori José. **Mobilidade Mbyá: História e Significado**. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: PUCRS. 1997. 200 p.
- LADEIRA, Maria Inês. **Os Guarani na Mata Atlântica. Povos Indígenas no Brasil 1991/95**. São Paulo: Instituto Socioambiental. p. 773-778 . 1996.
- Relatório de Atividades (out/1989 a dez/1990). Projeto Yvy Katu**. São Paulo: Centro de Trabalho Indigenista. 1990.
- SCHADEN, Egon. **Aspectos Fundamentais da Cultura Guarani**. São Paulo: EPU/USP. 1974. 190 p.
- INSTITUTO SOCIAMBIENTAL. **Sul. Povos Indígenas no Brasil 1991/95**. São Paulo: Instituto socioambiental. p.765-771. 1996.
- WITT, Francisco D. A. **Relatório Sobre os Mbyá-Guarani do Rio da Pescada da Ilha das Peças, Município de Guaraqueçaba**. Curitiba: FUNAI/1a. SUER. 1987.

ANEXO I

MAPAS

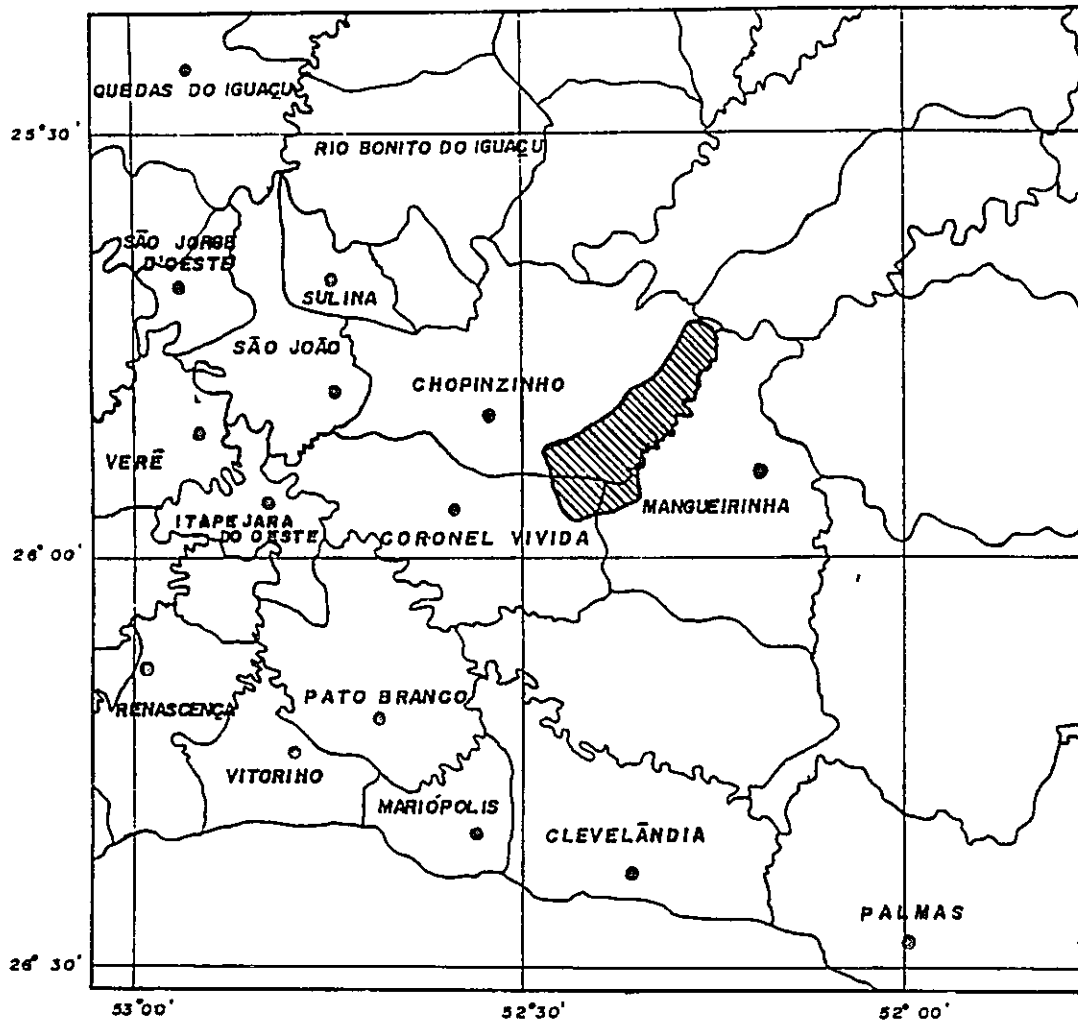


**Municípios
que contam
com
assentamentos Mbyá**

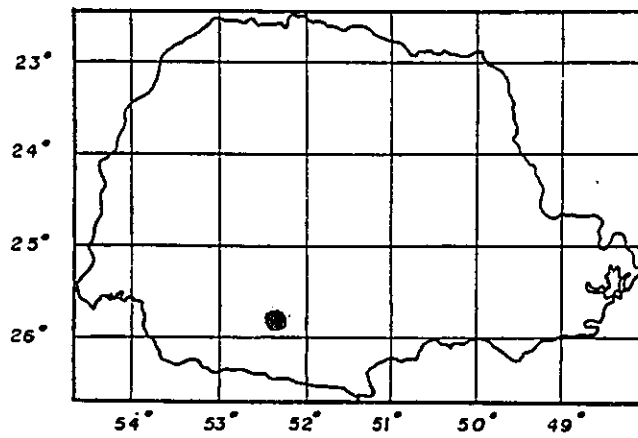
ESCALA:
1:2.000.000

64°30' 54°00' 53°30' 53°00' 52°30' 52°00' 51°30' 51°00' 50°30' 50°00' 49°30' 49°00' 48°30' 48°00'

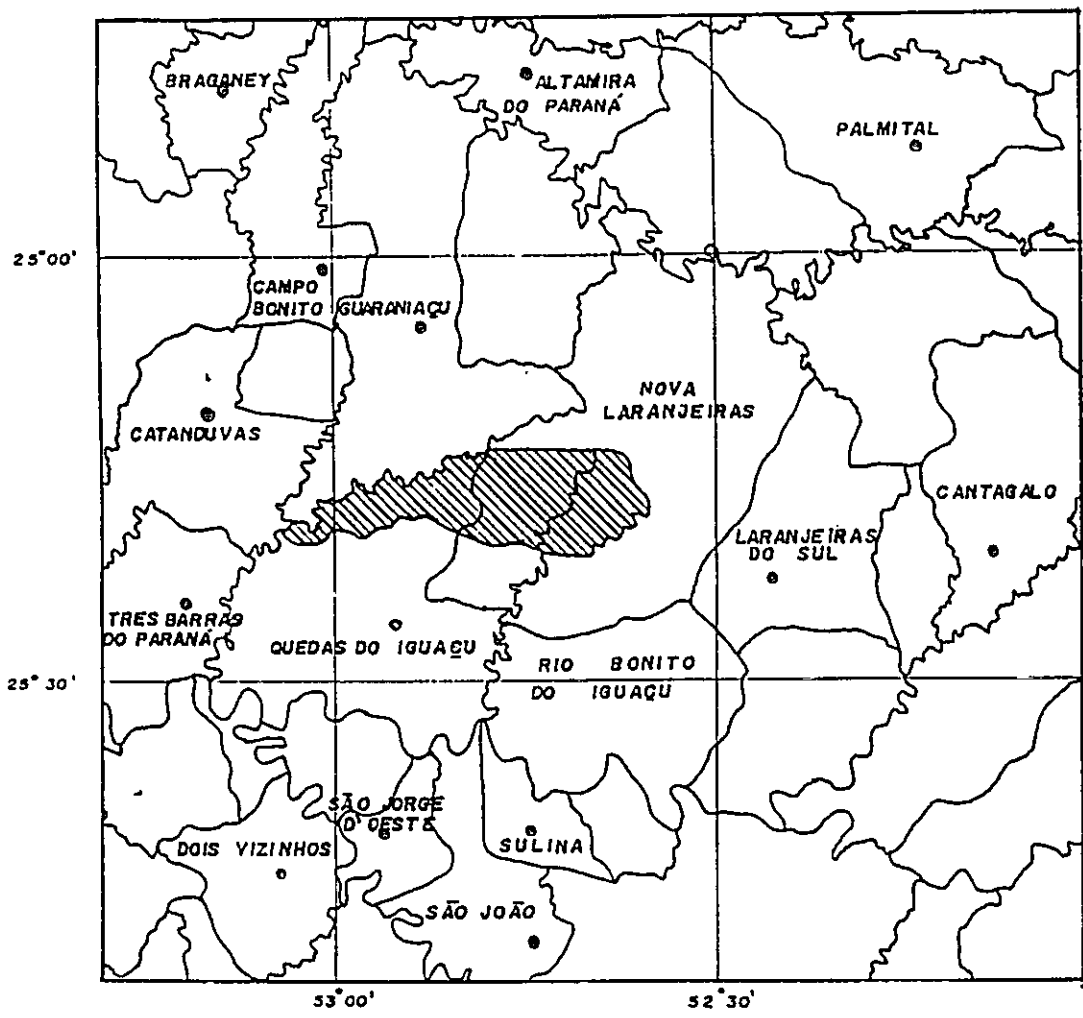
ÁREA INDÍGENA MANGUEIRINHA TEKO'A PALMEIRINHA



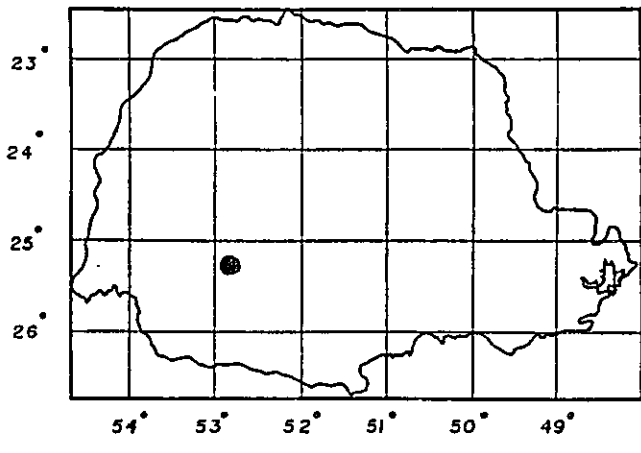
ESCALA APROXIMADA: 1 : 1.000.000



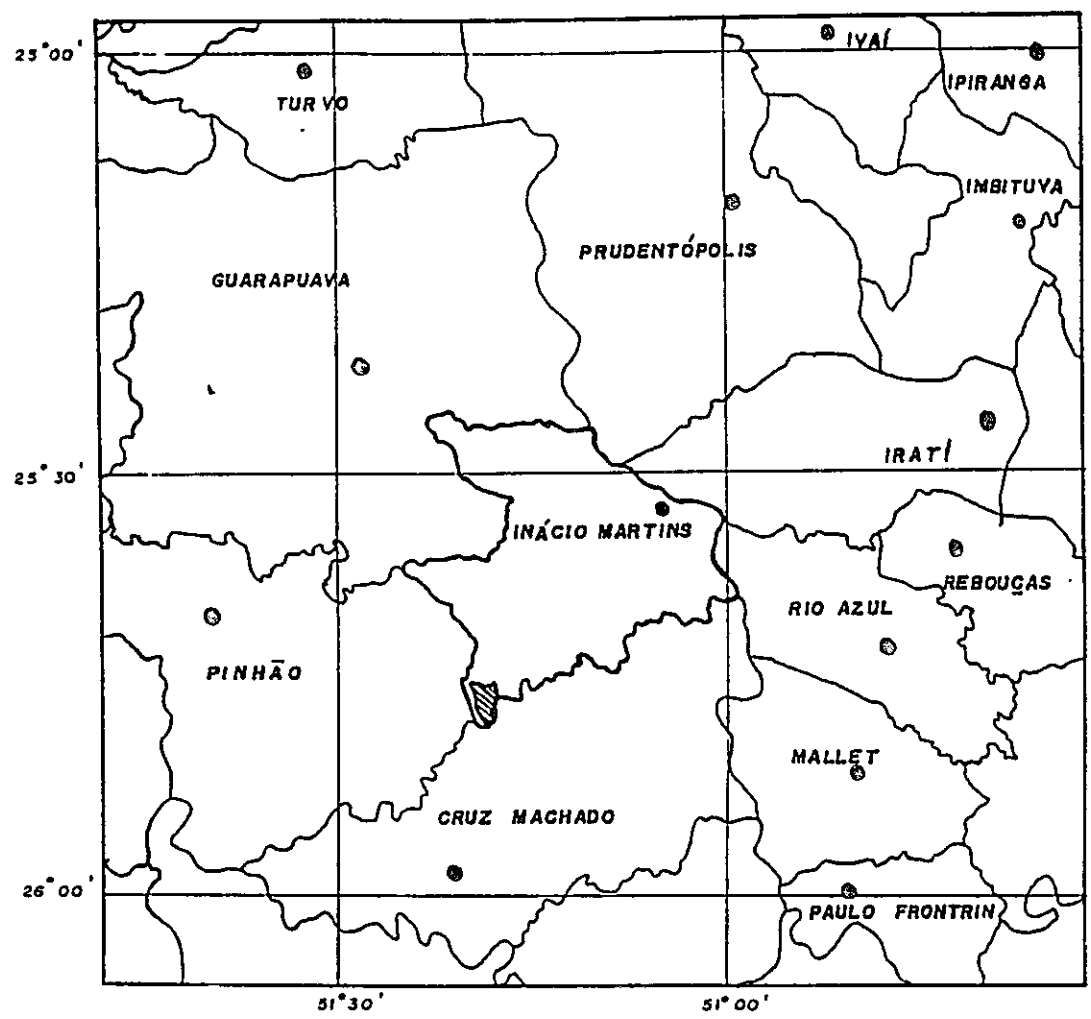
ÁREA INDÍGENA RIO DAS COBRAS



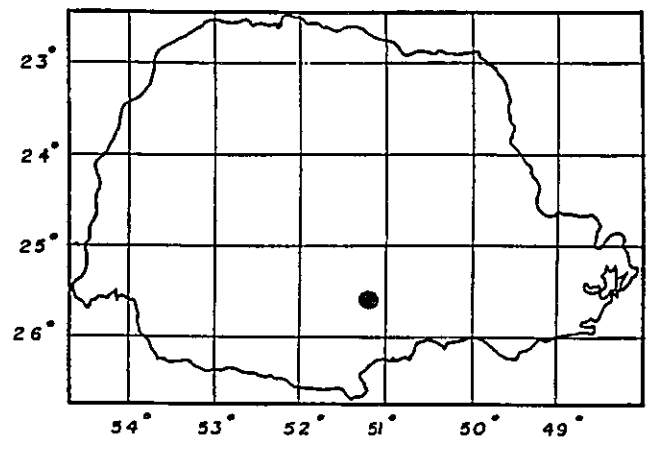
ESCALA APROXIMADA: 1: 1.000.000



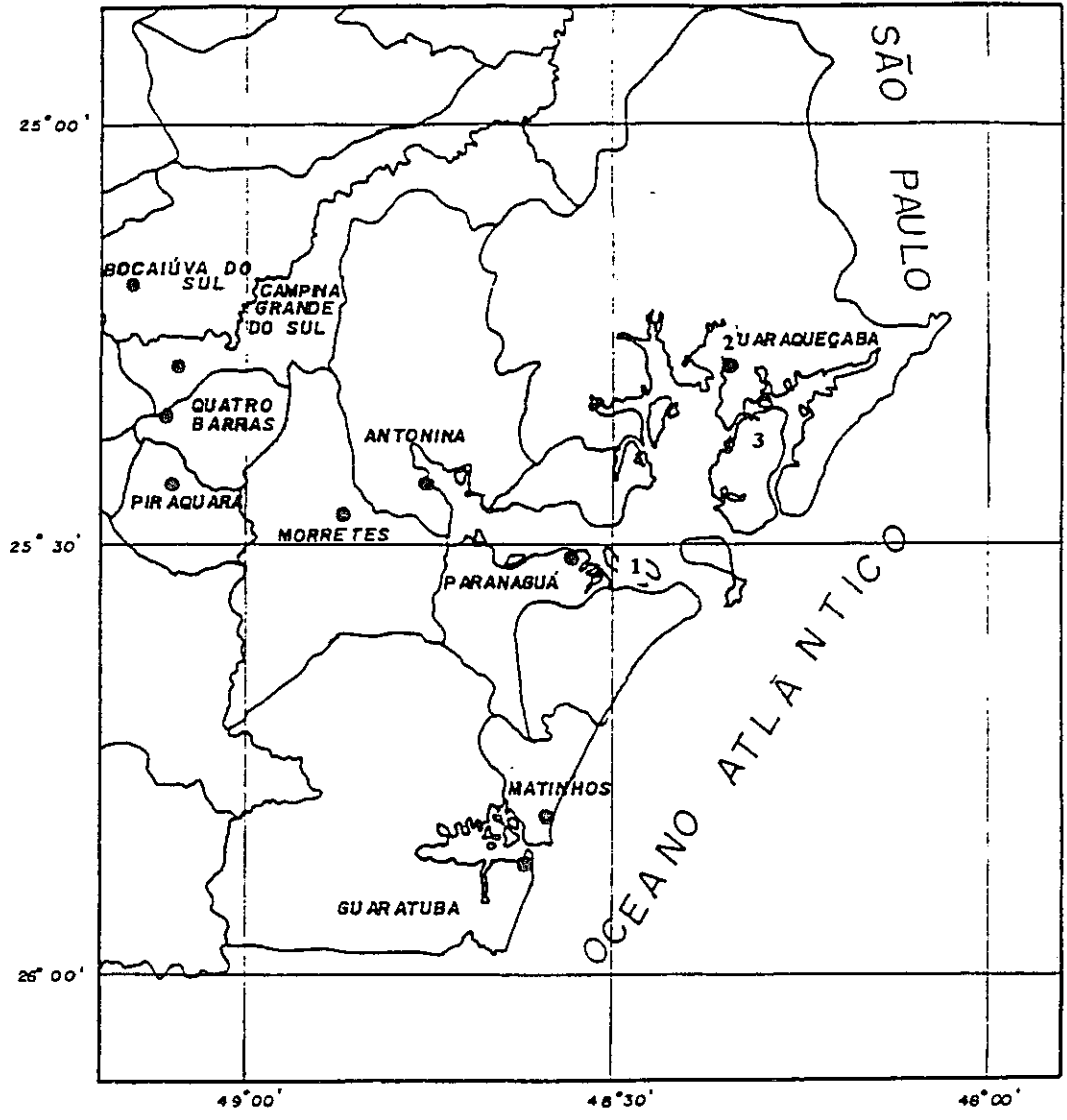
ÁREA INDÍGENA RIO DA AREIA



ESCALA APROXIMADA : 1:1.000.000



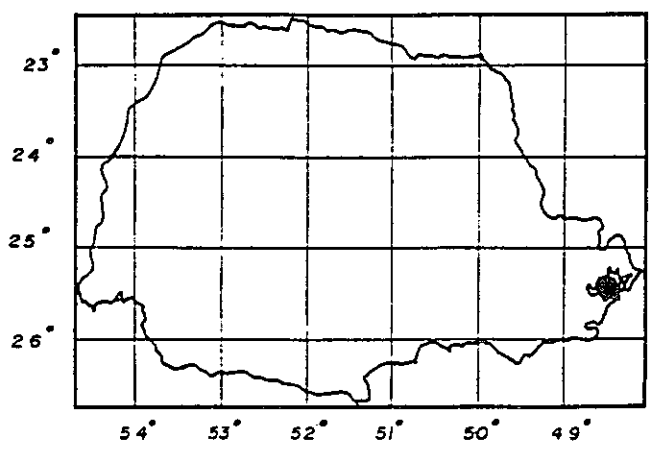
MBYÁ NO LITORAL NORTE PARANAENSE



ESCALA APROXIMADA : 1:1.000.000

..... índice para o Paraná

- 1 Ilha da Cotinga
- 2 Cerco Grande
- 3 Morro das Pacas



ANEXO II

FOTOS



Foto Nº 11 - Ocupação Mbya em Matinhos (Litoral Paranaense) no início do século XX.
Fot. Armin Henkel - Acervo Casa da Memória e Acervos Documentais - Curitiba